



**Universidade do Minho**  
Escola de Psicologia

Ana Isabel Fernandes dos Santos **Decision-making processes in child abuse situations**

Ana Isabel Fernandes dos Santos

**Decision-making processes in child  
abuse situations**

Uminho | 2016

Outubro de 2016



**Universidade do Minho**  
Escola de Psicologia

Ana Isabel Fernandes dos Santos

**Decision-making processes in child  
abuse situations**

Tese de Doutoramento  
Doutoramento em Psicologia Aplicada

Trabalho efetuado sob a orientação do  
**Professor Doutor João Arménio Lamego Lopes**

e sob orientação da  
**Professora Doutora Joana Rodrigues  
Arantes Silva**

## DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados. Mais declaro que tomei conhecimento integral do Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 26 de Outubro de 2016

Nome completo: Ana Isabel Fernandes dos Santos

Assinatura: \_\_\_\_\_



## AGRADECIMENTOS

Este trabalho não resulta apenas de empenho individual, mas antes de um conjunto de pessoas e instituições que partilharam o caminho desafiante comigo. Sem o esforço conjunto a concretização do projeto e o caminho até à mesma teria sido ainda mais atribulado. Por estas razões, não poderia deixar de expressar o meu enorme e sincero agradecimento.

Aos meus orientadores científicos. Ao Professor Doutor João Lopes pela orientação de sempre e pelo crescimento no início do meu percurso de investigação, desde o Mestrado até ao Doutoramento. À Professora Doutora Joana Arantes pelo acompanhamento constante e dedicação na supervisão deste trabalho. Pela criação de desafios e oportunidades de crescimento académico, profissional e pessoal. Aos dois, por terem acreditado que era possível.

A todos os investigadores que apoiaram este projeto. Em especial à Doutora Professora Maria do Céu Taveira e ao Professor Doutor Pedro Rosário pelas orientações e sugestões que muito contribuíram para a evolução do projeto.

A todos os que ajudaram na divulgação dos estudos permitindo a obtenção de um maior número de respostas. Pelas inúmeras partilhas nas redes sociais. Em especial à Ju pelo tempo dedicado pessoalmente à recolha de dados; pelos quilómetros caminhados.

A todos os participantes que anonimamente se dispuseram a completar os questionários online e físicos. Aos docentes das Escolas de Direito por terem disponibilizado parte das suas aulas para o preenchimento dos questionários. Aos alunos que os preencheram com dedicação e interesse.

À equipa de investigação pela disponibilidade e atenção permanentes. Por toda a partilha de ideias e reflexão contínua. Obrigada pela colaboração. Obrigada à Célia pelo exemplo de profissionalismo e delicadeza sempre presentes.

À Catarina, à Cristina, à Elisabete, à Filipa e à Zé pelo entusiasmo presente em cada momento e pelo apoio na concretização deste projeto. Pela importantíssima ajuda no momento da recolha de dados e na organização dos mesmos. Obrigada pela atitude positiva e a palavra certa no momento certo.

À Íris e à Madalena pelos momentos de amizade e descontração. Pelo apoio ao longo de todo o processo e pela partilha de conhecimentos.

À Bárbara, à Catarina, à Cris, à Lu e à Tunes pela amizade e conversas de incentivo. Pelos planos surpreendentes e pelo apoio moral. Obrigada pela disponibilidade e companheirismo.

À Inês por ter acreditado neste meu projeto e pelo apoio. Também à Renata, ao Diogo, ao Luís, ao Paulo, ao Pedrinho e ao Rafa, obrigada pela presença constante na minha vida. Pela alegria, carinho, cuidado e lembrança.

Ao Eguinhas e ao Borges pelas brincadeiras e pelos momentos de descontração nos momentos mais difíceis de trilhar. Por me receberem sempre com alegria contagiante.

À minha família por ser a base não só desse projeto mas de todas as minhas aventuras de vida. À minha madrinha pelos telefonemas descontraídos e pelo apoio constante. Pelas palavras e histórias certas. A todos os meus tios e primos pela aprendizagem constante enquanto pessoa e pelo apoio incessante. À minha avó Isabel e ao meu avô Élio pelos almoços e conversas. Por acreditarem em mim e pelos projetos conjuntos que tiveram influência clara na evolução deste trabalho.

Ao meu pai e à minha irmã, por todo o amor e carinho ao longo deste projeto. Pelo exemplo de força e determinação e por acreditarem no meu trabalho, mesmo quando a minha força estava mais frágil. Pela celebração única das vitórias e por serem o meu porto de abrigo naqueles momentos menos bons. Obrigada por realçarem sempre o lado positivo de cada experiência. Ao Nuno pelo amor, carinho e paciência. Por acreditar não só neste meu trabalho como nos nossos projetos a dois. Pela confiança, cumplicidade e bons momentos ao longo deste percurso. Obrigada.

À minha mãe que estará certamente orgulhosa de mim. Obrigada pelas aprendizagens constantes, ainda hoje.

# DECISION-MAKING PROCESSES IN CHILD ABUSE SITUATIONS

## Resumo

Os maus-tratos infantis constituem um problema social, real e complexo, com consequências profundas tanto para as crianças como para as suas famílias, a curto e longo prazo. Por esta razão, é essencial entender as decisões dos profissionais que visam proteger as crianças e os jovens em risco após a ocorrência de maus-tratos infantis.

A presente tese surge como uma tentativa de compreender melhor esta realidade. É constituída por três estudos que têm como denominador comum os processos de tomada de decisão em situações de maus-tratos infantis. Especificamente, procurou compreender-se a posição de diferentes intervenientes como, por exemplo, juizes e psicólogos no que respeita a situações de maus-tratos infantis. Por ser um processo moroso e complexo com uma multitude de informação disponível, é importante compreender o processamento dessa mesma informação e possíveis influências associadas.

A tese é composta por três estudos: Uma revisão da literatura e dois estudos empíricos. O primeiro estudo assume-se especificamente como uma revisão sistemática da literatura que foca as características que podem influenciar a decisão dos juizes (e.g., características dos juizes), bem como os modelos que, eventualmente, esses profissionais utilizam como orientação no momento da tomada de decisão. Foi possível verificar alguma consistência quanto à referência de algumas características situacionais que influenciam significativamente o processo de tomada de decisão, como os fatores relativos aos juizes (e.g., religião), à vítima (e.g., idade), ao ofensor (e.g., género) e ao contexto (e.g., regras e leis). Apesar de existir uma tendência de utilização de modelos que abrangem os sistemas legal, político e social e também os valores pessoais, a revisão sistemática sugere a inexistência de um modelo consensual que represente o processo da tomada de decisão dos juizes na íntegra.

O segundo estudo aborda a opinião de diferentes profissionais habitualmente envolvidos no processo de tomada de decisão de situações de maus-tratos infantis (e.g., psicólogos, assistentes sociais). Analisou-se não só a perspetiva dos participantes relativamente à panóplia de serviços disponibilizados na realidade portuguesa como também face aos diferentes profissionais envolvidos. Foi ainda estudada a opinião relativa a um conjunto de características específicas das situações de maus-tratos infantis (e.g., psicopatologia dos pais). Características como a gravidade, duração e recorrência do abuso foram consideradas as mais importantes, sendo a menos importante das

variáveis em estudo o nível socioeconómico das famílias. Foram ainda encontradas associações significativas entre diversas variáveis em estudo, nomeadamente profissão dos participantes e serviços sugeridos e local de trabalho e características situacionais.

O terceiro estudo constituiu uma análise comparativa quanto ao papel da experiência académica na tomada de decisão. Especificamente, foram comparados os processos de tomada de decisão de alunos de Direito e de sujeitos sem formação jurídica específica, no que diz respeito a situações de menores em risco. Foram alvo de estudo questões como a retirada da criança da família, a confiança na decisão e também a posição (*ranking*) quanto a um conjunto de características específicas das situações de maus-tratos infantis (e.g., gravidade do abuso). Os resultados mostraram que existem diferenças significativas na confiança na decisão tomada e no ranking das características, mas não na decisão final.

No seu conjunto, os três estudos permitiram não só confirmar a complexidade das tomadas de decisão específicas destas situações, mas também perceber a necessidade de se construir um modelo abrangente e integrativo dessas mesmas tomadas de decisão, que possa servir de organizador do processo, quer para os decisores, quer para as instituições envolvidas. É importante que os próprios profissionais compreendam o processo da sua tomada de decisão específica. A título de exemplo, a partir dos modelos explicativos da tomada de decisão, os juizes poderão tentar perceber a que informações conferem mais importância ou ponderar sobre as informações a incluir em casos específicos, entre outros aspectos.

Relativamente a outros profissionais como psicólogos e assistentes sociais, este trabalho permite um olhar externo às suas decisões. É possível realizar um levantamento informal do processo de tomada de decisão dos profissionais, percebendo, por exemplo, potenciais influências ao longo do mesmo. Espera-se por isso que os contributos desta tese sejam passíveis de aplicação no dia-a-dia. Por último, é importante refletir sobre os resultados encontrados acerca da formação académica dos diferentes intervenientes do processo de tomada de decisão referentes a situações de maus-tratos. Em parte, a reflexão deverá incidir, por exemplo, sobre a eventual influência da formação académica na prática profissional futura.



# DECISION-MAKING PROCESSES IN CHILD ABUSE SITUATIONS

## Abstract

Child maltreatment is a real and complex social problem with severe short and long-term consequences to the children. In order to protect the children and youth at risk, it is crucial to understand the decisions regarding child maltreatment situations.

The present work emerges as an attempt to better understand this reality. It encompasses three studies about decision-making processes in child maltreatment situations. Specifically, we intended to understand the opinion of different intervenient (e.g., judges and psychologists) on child maltreatment situations. Also, the slowdown of the process and multiplicity of available information reveals the importance of understanding information processing and probable influences associated to it.

This thesis is compounded by three studies: One literature review and two empirical studies. Specifically, the first study is a systematic review about: (i) the characteristics that can influence judges' decision about children at risk (e.g., judges' characteristics); and (ii) the models that are eventually used for the professionals' decision making in specific situations. Some consistency was found in the literature about the importance of situational characteristics such factors from judges (e.g., religion), victim (e.g., age), offender (e.g., gender), and context factors (e.g., rules and laws). Apparently, there is no consensual model that can represent the decision making process as a whole, even though a trend to the use of models that encompass legal, political and social system as well as personal values, seems to emerge.

The second study approaches the opinion of professionals usually involved on the decision making process on child maltreatment situations (e.g., psychologists, social assistants). The participants' perspective about the services available in Portugal and the different professionals involved on the process were analyzed. The study also approached the professionals' opinion about specific characteristics of child abuse situations (e.g., parents' psychopathology). Characteristics such as severity, length and reoccurrence of the abuse were considered the most important, whereas the family socioeconomic status was the least important. Significant associations between several study variables emerged, namely between participants' profession and suggested services, and between workplace and situational characteristics.

The last study is a comparative analysis about the potential role of academic experience on the decision making process. More specifically, this study compares the decision making process of law students and lay people (without experience on the legal field) regarding child maltreatment situations. Three features were explored: i) decision of removing or not the child from home; ii) confidence on the decision (post-decision confidence); and iii) rating of some characteristics specific of abuse situations (e.g., severity of the abuse). Results showed statistically significant differences between both groups regarding their post-decision confidence and characteristics' ranking. However, no differences were found on the decision itself.

Together, these three studies allowed not only to confirm the complexity of the decision-making in child maltreatment situations, but also to realize the need to build a comprehensive and integrative model of decision-making on specific situations of child maltreatment. Ideally, the model can be a support to process' organizing, both for decision makers and for the institutions involved. It is important for those professionals to comprehend the specificities of their decision making process. For example, having as a base the explanatory models found in the first study about the judges' decision making, professionals can reflect on their own decisions: Understand the most important factors and analyze the available information on specific cases.

In what concerns other professionals – such as psychologists and social assistants –, this thesis allows an external look to their decisions. It is possible to do an informal survey about the decision making process of this professionals (e.g., about potential influences to the process). Moreover, and the knowledge acquired is likely to be applied to day-to-day actions. At last, it is relevant the reflection about the academic experience results regarding the professionals involved along the process, in particular, the judges. For example, a reflection about the eventual influence of academic experience on the professional practice is needed.

## ÍNDICE DE CONTEÚDOS

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
Tomada de Decisão em Situações de Maus-tratos Infantis .....	4
Enquadramento dos Estudos desta Tese .....	6
Referências Bibliográficas.....	9
<b>CAPÍTULO 1. How do judges make their decisions? A systematic literature</b>	
<b>review .....</b>	<b>17</b>
Introduction .....	19
The decision-making process.....	19
Components of the decision-making process .....	21
Decision-making models.....	22
Decision-making models in the legal field.....	23
Aim.....	24
Methods .....	24
Literature Search .....	24
Results .....	25
Which factors influence the judges' decision-making? .....	31
In what models do the judges base their decisions? .....	35
Discussion.....	36
References .....	38
<b>CAPÍTULO 2. Tomada de decisão de profissionais sobre a retirada de menores à</b>	
<b>família .....</b>	<b>45</b>
Introdução .....	47
Processo de tomada de decisão .....	47
Fatores importantes para a tomada de decisão.....	48
Realidade europeia: Particularidades do sistema português.....	50
Finalidade do estudo .....	51
Método.....	52

Participantes.....	52
Instrumentos.....	52
Procedimentos.....	54
Análise de dados.....	54
Resultados.....	55
Envolvimento de diferentes profissionais no processo de tomada de decisão.....	55
Serviços sugeridos pelos participantes.....	57
Valoração das características específicas em situações de maus-tratos físicos.....	58
Preditores das características específicas em situações de maus-tratos físicos.....	59
Discussão.....	60
Referências Bibliográficas.....	64

**CAPÍTULO 3. Decision making about child abuse situations: Laypeople vs. Law students..... 71**

Introduction.....	73
Decision making about child abuse situations.....	73
Experts versus laypersons decision making.....	74
Factors that may affect the decision-making process.....	75
The present study.....	78
Method.....	78
Participants.....	78
Instrument.....	80
Procedure.....	84
Data analysis.....	84
Results.....	85
Internal validity.....	85
Laypeople vs. Law students: Decision-making, post-decision confidence, and	
Ranking task.....	85
Demographic variables: The effect of age, civil status, gender and number of children.....	87
Laypeople and law students: Correlations between decision-making, and post-decision	
confidence.....	88

Law students: Effect of the education degree and university on the decision-making, post-decision confidence, and ranking task .....	88
Discussion .....	90
References .....	94
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>103</b>
Referências Bibliográficas.....	112
<b>ANEXOS .....</b>	<b>117</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.1. Influences on judges' decision making, and theoretical models. ....	26
Tabela 2.1. Características Associadas a Situações de Maus-tratos Infantis. ....	58
Tabela 3.1. Participants' demographic characteristics.....	79
Tabela 3.2. Case vignettes description. . ....	82
Tabela 3.3. Description of vignettes dimension, levels and wording example. ....	83
Tabela 3.4. Correlation between all-experimental cases mean and all holdout cases. ....	85
Tabela 3.5. Ranking task.....	86
Tabela 3.6. Effect of education degree.....	89

## ÍNDICE DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1.1. Literature search method. ....	25
Figura 2.1. Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção em Situações de Risco e de Perigo. ....	48
Figura 2.2. Grupos de características associadas a situações de maus-tratos físicos.....	55
Figura 2.3. Importância atribuída aos diferentes profissionais. ....	56
Figura 3.1. Age, civil status and number of children mediation effect. ....	88
Figura 3.2. Decision (overall mean). ....	89

## ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEJ: Centro de Estudos Judiciários

CPCJ: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

ECMIJ: Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude

---

## INTRODUÇÃO

---





A tomada de decisão, enquanto constructo, não é recente. Pelo contrário, tem uma história longa, rica e diversificada (Buchanan & O'Connell, 2006; Köksalan, Wallenius, & Zionts, 2011). Segundo Buchanan & O'Connell (2006), os primeiros registos de tomadas de decisão surgem ainda antes de Cristo. No século V A.C., os cidadãos de Atenas tinham por hábito tomar decisões colectivas através de votações. Contudo, em 399 A.C., estas decisões já dependiam de um júri.

A partir de 1900 foram-se multiplicando os estudos sobre o tema da tomada de decisão nas mais diferentes áreas do conhecimento: Freud (1900) escreveu sobre as ações e tomadas de decisão na área da psicologia, Fischer (1907) na área da economia e Barnard (1938) na área da gestão organizacional. Ainda antes dos anos 60, Simon apresentou o conceito de "bounded rationality", que reconhece as limitações do raciocínio humano para as tomadas de decisão (Barros, 2010; Selten, 1999). Nos últimos 80 anos foram desenvolvidos diversos modelos e teorias que abordam a tomada de decisão a um nível social e a um nível estratégico, grupal e empresarial (Buchanan & O'Connell, 2006).

O conceito de tomada de decisão teve um desenvolvimento gradual e congruente com a evolução temporal, que nem sempre foi no sentido do racionalismo puro (Buchanan & O'Connell, 2006). Algumas investigações sugerem a existência de constrangimentos contextuais e psicológicos que podem afetar a capacidade de tomar as melhores decisões (e.g., Dettlaff, Graham, Holzman, Baumann, & Fluke, 2015; Shook & Sarri, 2007). Frequentemente, as decisões são tomadas em circunstâncias complexas e pouco claras, e com limitações de tempo (DeRoma, Bingley, Kessler, & Merino, 2005; Dettlaff, Graham, et al., 2015). Tais constrangimentos estabelecem limites à nossa capacidade de raciocínio e impedem-nos, segundo Buchanan e O'Connell (2006), de realizar escolhas ideais.

No quotidiano, a tomada de decisão está presente na maioria das atividades a que nos propomos, tanto a nível pessoal como profissional (Glöckner & Witteman, 2010; Kaufmann, Reips, & Wittmann, 2013; Quartz, 2009). Os indivíduos autónomos têm a capacidade de fazer escolhas e de tomar decisões sobre a sua vida, apesar de essa capacidade ser variável (Dewberry, Juanchich, & Narendran, 2013; Fetherstonhaugh, Tarzia, & Nay, 2013). Escolher o prato quando se está num restaurante, o destino de férias, o caminho para chegar a um determinado destino ou até mesmo uma simples aposta num resultado desportivo, são apenas exemplos de decisões que fazem parte do dia-a-dia de cada indivíduo (e.g., Glöckner & Witteman, 2010; Kaufmann et al., 2013). Por esta razão, são inúmeras as áreas científicas, como a economia, a psicologia, as ciências políticas e a matemática,

que manifestam o seu interesse por esta temática (Buchanan & O'Connell, 2006; Grandori, 2010; Kaufmann et al., 2013; Mor, 2006).

### **Tomada de Decisão em Situações de Maus-tratos Infantis**

Os maus-tratos infantis constituem um problema social, real e complexo, com consequências profundas para as crianças, a curto e longo prazo (Stokes & Schmidt, 2011; Stokes & Taylor, 2014). A literatura especializada identifica vários tipos de maus-tratos infantis, como a negligência, os maus-tratos físicos, os maus-tratos psicológicos e o abuso sexual, entre outros (ver Legano, McHugh, & Palusci, 2009; Werkele & Wolfe, 2003; WHO & ISPCAN, 2006). No entanto, existe ainda, segundo alguns autores, um problema de definição dos diferentes tipos de maus-tratos, em particular, da negligência (Carter & Meyers, 2007; Dubowitz, 2007; McSherry, 2007). Esta, apesar de ser o tipo de maus-tratos mais frequente, tende a ser subvalorizada pelos meios de comunicação, que parecem direcionar a sua atenção para os maus-tratos físicos e sexuais, que constituem situações mais inequívocas e eventualmente mais chocantes (Stokes & Taylor, 2014).

O processo de tomada de decisão relativo aos maus-tratos infligidos a crianças e jovens é caracterizado pela sua objetividade, rigor e transparência (Benbenishty et al., 2015b; Kwaadsteniet, Bartelink, Witteman, Berge, & Yperen, 2013). Além disso, é também um processo complexo com um impacto significativo tanto nas crianças como nas suas famílias (Dettlaff, Graham, et al., 2015; Kwaadsteniet et al., 2013; Taylor, 2010). Assim, os profissionais envolvidos nas decisões necessitam de analisar os benefícios e prejuízos de todas as alternativas e avaliar os riscos de recorrência (Dettlaff et al., 2011; Rodrigues, Calheiros, & Pereira, 2015; Stokes & Taylor, 2014).

Segundo Christiansen e Anderssen (2010) o processo de tomada de decisão específico em situações de maus-tratos infantis divide-se, essencialmente, em três fases: i) balanceamento dos fatores de risco e de proteção; ii) avaliação; e iii) decisão. Na primeira fase os profissionais recolhem e analisam a informação disponível para recomendar ou não a retirada da criança à família, procurando analisar se a sinalização é fundamentada. Depois da recolha e análise da informação, os profissionais avaliam o risco de recorrência e também as capacidades e necessidades da família. Assim, a partir desta avaliação, podem decidir sobre o tipo de intervenção mais adequada para o caso particular (Christiansen & Anderssen, 2010; Dettlaff et al., 2011).

Entre as possíveis decisões e consequentes intervenções sobressaem, pelo seu carácter urgente e imprevisto, aquelas que dizem respeito a situações em que é necessário no imediato

proteger a criança durante o intervalo de tempo em que uma decisão de longo prazo está a ser pensada (Christiansen & Anderssen, 2010). No entanto, não é só a decisão de retirar uma criança à família que é complicada. Quais os serviços que podem ser oferecidos à família, onde colocar a criança e até mesmo quando é que esta poderá eventualmente regressar à família, são exemplos de questões complexas e, frequentemente, controversas entre os profissionais (Benbenishty et al., 2015b; Dettlaff, Graham, et al., 2015; Graham, Dettlaff, Baumann, & Fluke, 2015; Kwaadsteniet et al., 2013; Spratt, Devaney, & Hayes, 2015).

Os profissionais envolvidos na tomada de decisão estão deparados com um contexto vulnerável ao erro (Dettlaff, Graham, et al., 2015). São vários os fatores que poderão estar associados a um contexto caracterizado pela incerteza e ambiguidade (Dettlaff et al., 2015; Lindsey, 2004; Munro, 2008; Stokes & Taylor, 2014). A definição dos tipos de maus-tratos não aparenta ser clara e objetiva e as orientações e conceitos de risco e proteção são pouco concretos, o que dificulta a construção de uma perspetiva consistente e (Dettlaff et al., 2015; Stokes & Taylor, 2014). Os recursos disponíveis nem sempre são os mais adequados e a informação sobre as situações de maus-tratos é muitas vezes incompleta, não factual, e inconsistente (Dettlaff, Graham, et al., 2015; Munro, 2008; Spratt et al., 2015). Além disso, a tomada de decisão é realizada frequentemente sob constrangimentos e pressões de tempo (Dettlaff, Graham, et al., 2015; Kwaadsteniet et al., 2013; Munro, 2008; Spratt et al., 2015).

As decisões podem ainda depender da colaboração da família da criança, a qual, segundo Kwaadsteniet e colaboradores (2013), tende a mostrar alguma resistência e relutância em assumir um papel ativo e colaborativo no processo. De referir ainda que, tendo em conta o conhecimento atual do desenvolvimento infantil, não existem orientações claras e objetivas que permitam certificar, a priori, que o bem-estar de uma criança estará assegurado com a retirada da família (Benbenishty et al., 2015b).

A literatura sugere que é benéfico considerar a tomada de decisão num contexto sistemático e inclusivo, aquando da decisão sobre situações de maus-tratos infantis (Munro, 2005; Rzepnicki & Johnson, 2005). Na verdade, a tomada de decisão é o resultado de uma interação complexa de diferentes influências externas ao caso em apreço (Benbenishty et al., 2015b). Factores relativos aos profissionais (decisores), vítima, ofensor e contexto, são apenas exemplos de influências comuns no processo de decisão (Benbenishty et al., 2015b; Crea, 2010; Graham et al., 2015; Rodrigues et al., 2015; Wells, Lyons, Doueck, Brown, & Thomas, 2004). Por outro lado, a severidade e a cronicidade dos maus-tratos, o tipo de maus-tratos e o risco de recorrência são exemplos de variáveis contextuais

importantes para a tomada de decisão (e.g., Britner & Mossler, 2002; Dettlaff et al., 2015; Horwitz et al., 2011)

De igual modo, diversas características dos profissionais podem, conscientemente ou não, influenciar o processo de tomada de decisão (Graham et al., 2015). A experiência profissional e acadêmica, a história pessoal e a idade, por exemplo, podem induzir uma leitura seletiva das informações recolhidas ao longo do processo (e.g., Britner & Mossler, 2002; Brunenberg & Pečnik, 2007). Os valores, atitudes e crenças sobre alguns assuntos, em particular a parentalidade, são também essenciais para as tomadas de decisão e podem justificar alguma volubilidade das decisões (e.g., Benbenishty, Osmo, & Gold, 2003; Portwood, 1998).

Ademais, características da própria criança e da família são fulcrais para a tomada de decisão. Alguns estudos afirmam que o género, a idade, a raça e a etnia da vítima podem ser decisivos num processo (Bhatti-Sinclair & Sutcliffe, 2013; Esnard & Dumas, 2013; Franklin & Fearn, 2008; Graham et al., 2015; Knott & Donovan, 2010), o mesmo sucedendo com o nível socioeconómico do agregado, o histórico de maus-tratos, o suporte familiar e a disponibilidade da família para colaborar (e.g., Bhatti-Sinclair & Sutcliffe, 2013; Britner & Mossler, 2002; Horwitz, Hurlburt, Cohen, Zhang, & Landsverk, 2011). O consumo de substâncias dos progenitores e a presença de doenças mentais ou físicas incapacitantes são outros fatores frequentemente referidos nos relatórios sociais anexos aos processos judiciais (e.g., Beeman, Kim, & Bullerdick, 2000; Bhatti-Sinclair & Sutcliffe, 2012; Simkiss, Stallard, & Thorogood, 2012).

### **Enquadramento dos Estudos desta Tese**

A presente tese é constituída por três estudos, que têm como denominador comum o processo de tomada de decisão de juizes em situações de maus-tratos infantis. A nível nacional, é o tribunal, em particular, o juiz, que detém o poder de tomar decisões últimas, sempre que as instâncias mais próximas (Entidades com Matéria em Infância e Juventude, ECMIJ e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, CPCJ) não conseguem intervir adequadamente com vista a minimizar ou extinguir o risco de maus-tratos infantis (*Lei 147/ 99, 1 de setembro, 1999*). Assim a importância destes profissionais no processo de tomada de decisão nas situações específicas apresentadas é evidente.

Este processo de tomada de decisão específico é complexo, sendo frequentemente afetado por experiências e preferências subjetivas (Arad-Davidzon & Benbenishty, 2008; Dettlaff, Graham, et al.,

2015; Guthrie, Rachlinski, & Wistrich, 2001; Kwaadsteniet et al., 2013; Roets & Hiel, 2011; Tsaoussi & Zervogianni, 2010). A dificuldade do processo pode ser ilustrada, por exemplo, pela necessidade de avaliação do risco a que a criança está exposta, sendo que muitas vezes este risco não é óbvio ou iminente, o que obriga à ponderação de outros factores, com consequente aumento da complexidade do processo (Benbenishty et al., 2015; Dickert, Herbig, Glöckner, Gansen, & Portack, 2012; English & Soder, 2009; Munro, 2008; Roets & Hiel, 2011; Taylor & White, 2001).

Deste modo, inicialmente procurou-se analisar a literatura existente sobre a tomada de decisão dos juízes. A importância destes profissionais no processo que deriva de situações de maus-tratos infantis é consensual (Child Welfare Information Gateway, 2006), pelo que impera a necessidade de uma maior compreensão sobre as decisões dos mesmos. Além disso, considerou-se a relevância, reconhecida pelo corpo científico, de uma contextualização teórica e não apenas empírica (Kawulich, 2009). Para a presente tese contribuíram revisões da literatura constantes ainda que muitas vezes através da leitura flutuante, a partir das quais foi possível obter um conhecimento mais pormenorizado e detalhado do tema e também identificar algumas lacunas como, por exemplo, o reduzido número de estudos focados nos diferentes profissionais. Além disso, foi também realizada uma revisão da literatura formal que é apresentada sob o título “How judges make their decisions? A systematic literature review”. Esta representa uma síntese do estado da arte sobre o tema e assume um papel orientador para a restante tese. Pretendeu-se compreender, à luz da literatura especializada atual, o modo como os juízes tomam as suas decisões. Especificamente, procurou-se estudar os fatores que estão na base do processo de decisão dos juízes e também os modelos teóricos explicativos do processo decisório. Não existe um consenso na literatura quanto aos modelos que podem, porventura, servir de base aos juízes aquando da tomada de decisão (Bruce, 2012; Drobak & North, 2008). No entanto, é possível verificar uma tendência significativa para os modelos que consideram mais do que um constructo, associando os sistemas legais, políticos e sociais com os valores pessoais (Tumonis, Šavelskis, & Žalytė, 2013). Os resultados deste estudo sugerem que os fatores situacionais e os fatores pessoais específicos – como o género, a idade e a raça da vítima, do ofensor e do decisor – podem afetar a tomada de decisão dos juízes (e.g., Jilani, Songer, & Johnson, 2010; Lewis, Klettke, & Day, 2013; McDevitt, Giapponi, & Tromley, 2007; Mor, 2006; Redding & Hensl, 2011; Williams & Law, 2012). A decisão pode ainda ser afetada, entre outras, pela afiliação política e orientação ética dos juízes e pelo contexto social, económico e político em que estes se encontram (e.g., Dumas & Haynie, 2012; Hausegger, Ridell, & Hennigar, 2013; Sommer & Li, 2011). Contudo, existem fatores potencialmente importante que têm merecido pouca atenção por parte da comunidade científica, como

por exemplo a formação académica dos juizes, que não é referida com frequência apesar de ser uma fase vital para a sua formação enquanto profissionais da área.

O segundo estudo, “Tomada de decisão de profissionais sobre a retirada de menores à família”, derivou em parte da lacuna identificada na literatura relativamente aos estudos comparativos entre os juizes e os restantes profissionais envolvidos no processo de tomada de decisão em situações de maus-tratos infantis. Contudo, apesar dos contactos formais e informais estabelecidos, não foi possível obter um número mínimo de respostas necessário que permitisse considerar os juizes na amostra (n = 2). Assim, o estudo abordou as ponderações de outros profissionais que não juizes durante o processo de tomada de decisão (psicólogos, educadores sociais assistentes sociais e professores). Em particular, procurou compreender-se a opinião dos participantes face: i) aos profissionais envolvidos no processo de tomada de decisão; ii) aos serviços disponibilizados para a criança e a família; e iii) aos fatores específicos de situações de maus-tratos.

Na verdade, a tomada de decisão em situações de maus-tratos infantis não é específica de uma categoria profissional. Juizes, assistentes sociais e psicólogos são exemplos de profissionais que podem tomar decisões ao longo do processo (Dettlaff et al., 2011). Também os gestores do processo, em particular da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens), podem ser considerados uma peça fundamental na ação de promover o bem-estar dos menores (*Lei 147/ 99, 1 de setembro, 1999*). Hipoteticamente a filiação profissional e o tipo de experiências que esta filiação proporciona poderão à partida produzir variações nas percepções dos profissionais acerca das situações de maus-tratos infantis e conseqüentemente derivar em decisões diferenciadas (Finnilä, Santtila, Mattila, & Niemi, 2012; Grøndahl, Grønnerød, & Sexton, 2011; Spengler et al., 2009). Para explorar esta hipótese foram apresentadas vinhetas com casos de eventuais maus-tratos a diversos tipos de profissionais envolvidos na proteção de menores, sendo os participantes inquiridos quanto aos fatores que mais valorizariam (e.g., gravidade do abuso, nível socioeconómico) em cada situação específica. Foi também pedido aos participantes para se pronunciarem sobre a pertinência e a importância da participação dos diversos profissionais e serviços disponíveis ao longo do processo. Além disso, foi ainda solicitado que opinassem face a um conjunto de características específicas de situações de maus-tratos (e.g., gravidade do abuso e psicopatologia dos pais). Os resultados deste estudo evidenciam que os serviços de saúde são considerados os mais importantes, seguidos dos serviços sociais e de educação e dos serviços jurídicos/ legais. Além disso, os profissionais cuja participação é considerada como sendo essencial no decorrer do processo são os gestores do processo, os psicólogos clínicos e os profissionais do serviço de perícia médico-legal.

O último estudo intitulado “Decision making about child abuse situations: Laypersons vs. Law students”, advém da necessidade de compreender o papel da formação académica na tomada de decisão. A nível nacional, por forma a apresentar uma candidatura válida à formação inicial de juízes (Centro de Estudos Judiciários, CEJ), é necessário que os interessados sejam titulares do grau de licenciado em Direito, pelo que a formação na área referida se revela importante. Neste sentido o objectivo fundamental deste estudo é perceber a eventual influência da formação académica nos processos de tomada de decisão em situações de maus-tratos na infância. Nesta tese, formação académica refere-se à base de formação que os alunos obtêm durante a frequência de um curso do ensino superior.

Neste estudo foram contrastados dois grupos: estudantes de direito e população geral. Através de situações de maus-tratos infantis apresentadas sob a forma de vinhetas procurou-se compreender se a formação académica assume alguma relevância ao longo do processo e na decisão final. Com este estudo pretendeu-se, mais especificamente: i) identificar e perceber se os grupos tomam decisões diferentes perante os mesmos casos de maus-tratos; e ii) avaliar o grau de confiança que os participantes depositam nessa mesma decisão. Analisou-se ainda a importância de alguns fatores descritos na literatura como importantes para as tomadas de decisão específicas de situações de maus-tratos infantis (e.g., tipo de maus-tratos e idade da criança).

Os resultados não evidenciaram diferenças ao nível da tomada de decisão. No entanto, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas ao nível da confiança na decisão e também nos fatores que contribuem para a tomada de decisão. Considerando apenas o grupo de estudantes, foram levadas a cabo análises relativas ao ano escolar e também à universidade que frequentam, tendo sido encontradas algumas diferenças nomeadamente ao nível da confiança na tomada de decisão em função destas variáveis.

### Referências Bibliográficas

- Arad-Davidzon, B., & Benbenishty, R. (2008). The role of workers' attitudes and parent and child wishes in child protection workers' assessments and recommendation regarding removal and reunion. *Children and Youth Services Review, 30*, 107–121. doi: 10.1016/j.childyouth.2007.07.003
- Barros, G. (2010). Herbert A. Simon and the concept of rationality: Boundaries and procedures. *Revista de Economia Política, 30*, 455–472. doi: 10.1590/S0101-31572010000300006

- Beeman, S. K., Kim, H., & Bullerdick, S. K. (2000). Factors affecting placement of children in kinship and nonkinship foster care. *Children and Youth Services Review, 22*, 37–54. doi: 10.1016/S0190-7409(99)00072-9
- Benbenishty, R., Davidson-Arad, B., López, M., Devaney, J., Spratt, T., Koopmans, C., Knorth, E., Witteman, C., Del Valle, J., & Hayes, D. (2015). Decision making in child protection: An international comparative study on maltreatment substantiation, risk assessment and interventions recommendations, and the role of professionals' child welfare attitudes. *Child Abuse & Neglect, 49*, 63-75. doi: 10.1016/j.chiabu.2015.03.015
- Benbenishty, R., Osmo, R., & Gold, N. (2003). Rationales provided for risk assessments and for recommended interventions in child protection: A comparison between Canadian and Israeli professionals. *British Journal of Social Work, 33*, 137–155. doi: 10.1093/bjsw/33.2.137
- Bhatti-Sinclair, K., & Sutcliffe, C. (2012). What determines the out-of-home placement of children in the USA? *Children and Youth Services Review, 34*, 1749–1755. doi: 10.1016/j.chilyouth.2012.05.004
- Bhatti-Sinclair, K., & Sutcliffe, C. (2013). Challenges in identifying factors which determine the placement of children in care? An international review. *Child and Adolescent Social Work Journal, 30*, 345–363. doi: 10.1007/s10560-012-0293-x
- Britner, P., & Mossler, D. (2002). Professionals' decision-making about out-of-home placements following instances of child abuse. *Child Abuse & Neglect, 26*(4), 317–32.
- Bruce, J. (2012). *A cultural theory of judicial decision making*. Bloomington, IN: Indiana University.
- Brunnberg, E., & Pećnik, N. (2007). Assessment processes in social work with children at risk in Sweden and Croatia. *International Journal of Social Welfare, 16*, 231–241. doi: 10.1111/j.1468-2397.2006.00456.x
- Buchanan, L., & O'Connell, A. (2006). A brief history of decision making. *Harvard Business Review, 84*, 32-41. doi: 10.1126/science.1133427
- Carter, V., & Meyers, M. (2007). Exploring the risks of substantiated physical neglect related to poverty and parental characteristics: A national sample. *Children and Youth Services Review, 29*, 110–121. doi: 10.1016/j.chilyouth.2006.08.002
- Child Welfare Information Gateway. (2006). *Working with the courts in child protection*. Washington, DC: Department of Health and Human Services, Children's Bureau.
- Christiansen, O., & Anderssen, N. (2010). From concerned to convinced: Reaching decisions about out-of-home care in norwegian child welfare services. *Child & Family Social Work, 15*, 31–40. doi:



10.1111/j.1365-2206.2009.00635.x

- Crea, T. M. (2010). Balanced decision making in child welfare: Structured processes informed by multiple perspectives. *Administration in Social Work, 34*, 196–212. doi: 10.1080/03643101003609529
- DeRoma, V., Bingley, C., Kessler, M. L., & Merino, C. (2005). Unacceptable risk factors in child maltreatment: Formulations from caseworkers. *Internacional Journal of Behavioral Consultation and Therapy, 1*(2), 114–123.
- Dettlaff, A. J., Christopher Graham, J., Holzman, J., Baumann, D. J., & Fluke, J. D. (2015). Development of an instrument to understand the child protective services decision-making process, with a focus on placement decisions. *Child Abuse & Neglect, 49*, 24-34. doi: 10.1016/j.chiabu.2015.04.007
- Dettlaff, A. J., Rivaux, S. L., Baumann, D. J., Fluke, J. D., Rycraft, J. R., & James, J. (2011). Disentangling substantiation: The influence of race, income, and risk on the substantiation decision in child welfare. *Children and Youth Services Review, 33*, 1630–1637. doi: 10.1016/j.chilyouth.2011.04.005
- Dewberry, C., Juanchich, M., & Narendran, S. (2013). Decision-making competence in everyday life: The roles of general cognitive styles, decision-making styles and personality. *Personality and Individual Differences, 55*, 783–788. doi: 10.1016/j.paid.2013.06.012
- Dickert, S., Herbig, B., Glöckner, A., Gansen, C., & Portack, R. (2012). The more the better? Effects of training , experience and information amount in legal judgments. *Applied Cognitive Psychology, 26*, 223–233. doi: 10.1002/acp.1813
- Drobak, J. N., & North, D. C. (2008). Understanding Judicial Decision-Making: The Importance of Constraints on Non-Rational Deliberations. *Journal of Law & Policy, 26*, 131–152.
- Dubowitz, H. (2007). Understanding and addressing the “neglect of neglect:” Digging into the molehill. *Child Abuse & Neglect, 31*, 603–606. doi: 10.1016/j.chiabu.2007.04.002
- Dumas, T. L., & Haynie, S. L. (2012). Building an integrated model of trial court decision making: Predicting plaintiff success and awards across circuits. *State Politics & Policy Quarterly, 12*, 103–126. doi: 10.1177/1532440011433590
- Englich, B., & Soder, K. (2009). Moody experts: How mood and expertise influence judgmental anchoring. *Judgment and Decision Making, 4*(1), 41–50.
- Esnard, C., & Dumas, R. (2013). Perceptions of male victim blame in a child sexual abuse case: Effects of gender, age, and need for closure. *Psychology, Crime & Law, 19*, 817–844. doi:

10.1080/1068316X.2012.700310

- Fetherstonhaugh, D., Tarzia, L., & Nay, R. (2013). Being central to decision making means I am still here!: The essence of decision making for people with dementia. *Journal of Aging Studies, 27*, 143–150. doi: 10.1016/j.jaging.2012.12.007
- Finnilä, K., Santtila, P., Mattila, J., & Niemi, P. (2012). The effects of experience, outcome feedback, and cognitive feedback on decision-making in child sexual abuse cases: A simulation study. *Nordic Psychology, 64*, 242–257. doi: 10.1080/19012276.2012.768030
- Franklin, C. A., & Fearn, N. E. (2008). Gender, race, and formal court decision-making outcomes: Chivalry/ paternalism, conflict theory or gender conflict? *Journal of Criminal Justice, 36*, 279–290. doi: 10.1016/j.jcrimjus.2008.04.009
- Glöckner, A., & Witteman, C. (2010). Beyond dual-process models: A categorisation of processes underlying intuitive judgement and decision making. *Thinking & Reasoning, 16*, 1–25. doi: 10.1080/13546780903395748
- Graham, J. C., Dettlaff, A. J., Baumann, D. J., & Fluke, J. D. (2015). The Decision Making Ecology of placing a child into foster care: A structural equation model. *Child Abuse & Neglect, 49*, 12–23. doi: 10.1016/j.chiabu.2015.02.020
- Grandori, A. (2010). A rational heuristic model of economic decision making. *Rationality and Society, 22*, 477–504. doi: 10.1177/1043463110383972
- Grøndahl, P., Grønnerød, C., & Sexton, J. (2011). The magic or myth of expertise: A comparison of judgment processes between forensic experts and lay persons based on psychiatric case vignettes. *Psychiatry, Psychology and Law, 19*, 1–10. doi: 10.1080/13218719.2011.615812
- Guthrie, C., Rachlinski, J., & Wistrich, A. (2001). Inside the judicial mind. *Cornell Law Review, 86*(4), 777–830.
- Hausegger, L., Ridell, T., & Hennigar, M. (2013). Does patronage matter? Connecting influences on judicial appointments with judicial decision making. *Canadian Journal of Political Science, 46*, 665–690. doi: 10.1017/S0008423913000681
- Horwitz, S. M., Hurlburt, M. S., Cohen, S. D., Zhang, J., & Landsverk, J. (2011). Predictors of placement for children who initially remained in their homes after an investigation for abuse or neglect. *Child Abuse & Neglect, 35*, 188–198. doi: 10.1016/j.chiabu.2010.12.002
- Jilani, N. A., Songer, D. R., & Johnson, S. W. (2010). Gender, consciousness raising, and decision making on the supreme court of Canada. *Judicature, 94*(2), 59–69.
- Kaufmann, E., Reips, U.-D., & Wittmann, W. W. (2013). A critical meta-analysis of lens model studies in

- human judgment and decision-making. *PloS One*, 8, e83528. doi: 10.1371/journal.pone.0083528
- Kawulich, B. (2009). The role of theory in research. In M. Garner, C. Wagner, & B. Kawulich (Eds.), *Teaching Research Methods in the Social Sciences*. Burlington, VT: Ashgate.
- Knott, T., & Donovan, K. (2010). Disproportionate representation of African-American children in foster care: Secondary analysis of the National Child Abuse and Neglect Data System, 2005. *Children and Youth Services Review*, 32, 679–684. doi: 10.1016/j.childyouth.2010.01.003
- Köksalan, M. M., Wallenius, J., & Zionts, S. (2011). *Multiple Criteria Decision Making: From Early History to the 21st Century*. Singapore: World Scientific Publishing Co. Pte. Ltd.
- Kwaadsteniet, L. de, Bartelink, C., Witteman, C., Berge, I. ten, & Yperen, T. van. (2013). Improved decision making about suspected child maltreatment: Results of structuring the decision process. *Children and Youth Services Review*, 35, 347–352. doi: 10.1016/j.childyouth.2012.11.015
- Legano, L., McHugh, M. T., & Palusci, V. J. (2009). Child abuse and neglect. *Current Problems in Pediatric and Adolescent Health Care*, 39, 31–54. doi: 10.1016/j.cppeds.2008.11.001
- Lei 147/ 99, 1 de setembro. Diário da República (1999). Portugal.
- Lewis, T., Klettke, B., & Day, A. (2013). Sentencing in child sexual assault cases: factors influencing judicial decision-making. *Journal of Sexual Aggression*, 1–15. doi: 10.1080/13552600.2013.804603
- Lindsey, D. (2004). *The welfare of children (2nd ed.)*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- McDevitt, R., Giapponi, C., & Tromley, C. (2007). A model of ethical decision making: The integration of process and content. *Journal of Business Ethics*, 73, 219–229. doi: 10.1007/s10551-006-9202-6
- McSherry, D. (2007). Understanding and addressing the “neglect of neglect”: Why are we making a mole-hill out of a mountain? *Child Abuse & Neglect*, 36, 607–614. doi: 10.1016/j.chiabu.2006.08.011
- Mor, G. (2006). Theories of decision making, 123, 19–20. doi: 10.1201/9781420016918.pt2
- Munro, E. (2005). Improving practice: Child protection as a systems problem. *Children and Youth Services Review*, 27, 375–391. doi: 10.1016/j.childyouth.2004.11.006
- Munro, E. (2008). Lessons from research on decision-making. In D. Lindsey & A. Shlonsk (Eds.), *Child welfare research: Advances for practice and policy* (pp. 194–200). New York, NY: Oxford University Press.
- Portwood, S. G. (1998). The impact of individuals’ characteristics and experiences on their definitions

- of child maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, *22*, 437–452. doi: 10.1016/S0145-2134(98)00008-8
- Quartz, S. R. (2009). Reason, emotion and decision-making: risk and reward computation with feeling. *Trends in Cognitive Sciences*, *13*, 209–15. doi: 10.1016/j.tics.2009.02.003
- Redding, R. E., & Hensl, K. B. (2011). Knowledgeable judges make a difference: Judicial beliefs affect juvenile court transfer. *Juvenile and Family Court Journal*, *62*, 15–24. doi: 10.1111/j.1755-6988.2011.01063.x
- Rodrigues, L., Calheiros, M., & Pereira, C. (2015). The decision of out-of-home placement in residential care after parental neglect: Empirically testing a psychosocial model. *Child Abuse & Neglect*, *49*, 35–49. doi: 10.1016/j.chiabu.2015.03.014
- Roets, A., & Hiel, A. Van. (2011). An integrative process approach on judgment and decision making: The impact of arousal, affect, motivation, and cognitive ability. *The Psychological Record*, *61*(3), 497–520.
- Rzepnicki, T. L., & Johnson, P. R. (2005). Examining decision errors in child protection: A new application of root cause analysis. *Children and Youth Services Review*, *27*, 393–407. doi: 10.1016/j.chilyouth.2004.11.015
- Selten, R. (1999). What is bounded rationality? *Prepared for the Dahlem Conference 1999*, (May), 1–25.
- Shook, J. J., & Sarri, R. C. (2007). Structured decision making in juvenile justice: Judges' and probation officers' perceptions and use. *Children and Youth Services Review*, *29*, 1335–1351. doi: 10.1016/j.chilyouth.2007.05.008
- Simkiss, D. E., Stallard, N., & Thorogood, M. (2012). A systematic literature review of the risk factors associated with children entering public care. *Child: Care, Health and Development*, *39*, 628–642. doi: 10.1111/cch.12010
- Sommer, U., & Li, Q. (2011). Judicial decision making in times of financial crises. *Judicature*, *95*(2), 68–77.
- Spengler, P. M., White, M. J., Aegisdottir, S., Maugherman, a. S., Anderson, L. a., Cook, R. S., Nichols, C., Rush, Lampropoulos, G., Cohen, G., & J. D. (2009). The meta-analysis of clinical judgment project: Effects of experience on judgment accuracy. *The Counseling Psychologist*, *37*, 350–399. doi: 10.1177/0011000006295149
- Spratt, T., Devaney, J., & Hayes, D. (2015). In and out of home care decisions: The influence of confirmation bias in developing decision supportive reasoning. *Child Abuse & Neglect*, *49*, 76–85.

doi: 10.1016/j.chiabu.2015.01.015

- Stokes, J., & Schmidt, G. (2011). Race, poverty and child protection decision making. *British Journal of Social Work, 41*, 1105–1121. doi: 10.1093/bjsw/bcr009
- Stokes, J., & Taylor, J. (2014). Does type of harm matter? A factorial survey examining the influence of child neglect on child protection decision- making. *Child Care in Practice, 20*, 37–41. doi: 10.1080/13575279.2014.905456
- Taylor, B. (2010). *Professional decision making in social work*. Exeter: Learning Matters Ltd.
- Taylor, C., & White, S. (2001). Knowledge , truth and reflexivity. *Journal of Social Work, 1*, 37–59. doi: 10.1177/146801730100100104
- Tsaoussi, A., & Zervogianni, E. (2010). Judges as satisficers: A law and economics perspective on judicial liability. *European Journal of Law and Economics, 29*, 333–357. doi: 10.1007/s10657-009-9123-9
- Tumonis, V., Šavelskis, M., & Žalytė, I. (2013). Judicial decision-making from an emprical perspective. *Baltic Journal of Law & Politics, 6*, 140–162. doi: 10.2478/bjlp-2013-0007
- Wells, S. J., Lyons, P., Doueck, H. J., Brown, C. H., & Thomas, J. (2004). Ecological factors and screening in child protective services. *Children and Youth Services Review, 26*, 981–997. doi: 10.1016/j.chilyouth.2004.05.002
- Werkele, C., & Wolfe, D. A. (2003). Child Maltreatment. In E. J. Mash, & R. A. Barkley (Eds.), *Child Psychopathology (2nd. ed)* (pp. 632–684). New York: Guilford Press.
- WHO, & ISPCAN. (2006). *Preventing child maltreatment: A guide to taking action and generating evidence*. (T. Kahane, Ed.). Geneva, Switzerland: WHO. doi: 10.1016/j.coms.2012.04.002
- Williams, M. S., & Law, A. O. (2012). Understanding judicial decision making in immigration cases at the U.S. Courts of Appeals. *The Justice System Journal, 33*(1), 97–120.



---

# How do judges make their decisions? A systematic literature review<sup>1</sup>

---

### Abstract

The decision-making process is present in many domains, from the scientific research to the most basic and simple everyday task, varying in its complexity and importance. The decision-making in the legal system is crucial to the society, with the judges being the final decision makers. As an embracing concept, the decision making process had been studied for a long period of time, and several different models have been developed – e.g., attitudinal model, legal model and intuitive-override model. Some of these models postulate the influence of individual and situational factors among the decision-making process. The present study aims to know: a) which factors can influence the judges' decisions; b) which models are used to explain the judges' decision-making process. A research was made between 2004 and 2015 on four electronic databases – Scopus, Web Of Science, PsycArticles and HeinOnline – and 317 articles were identified and analyzed. Some situational and personal characteristics are shown to affect the judges' decisions, namely factors of the judges, the offenders, the victims, as well as contextual factors. Although there is not a consensual model to explain the decision-making process, there is a significant trend of the models that combine legal, political and social systems with personal values.

Key words:

Decision making; Judicial; Court; Judges; Systematic Review

---

<sup>1 1</sup> Manuscript under review on Law and Human Behavior (2016).





## Introduction

Along the centuries there has been an evolution of the law and the legal system. The law is constantly developing and adapting to the changes in the society, trying to make the judgments of the decision makers consistent with the system of values adopted by a given society (Rembar, 1980). For example, until the renaissance, God was the center of the universe. The spirit power was above everything and everyone, including the monarch. The clerics were the main decision makers, and therefore decisions were determined by the Church and its principles. During the renaissance period a change of philosophy and beliefs occurred, and there was an escape from the pre-eminence of the clergy and a morality strongly influenced by the Church (Rommen, 1949).

Currently, in most nations, when there is a legal dispute the law is undertaken in specific places named courts. Courts are complex institutions that facilitate life as a society, and enclose numerous professionals with a specific hierarchy. Currently, most courts follow one of two major legal traditions: Common law (e.g., America) or Civil law (e.g., Europe). In both the final decision maker is a judge, trained to understand the law (theoretically and practically), as well as to develop functional and personal competences (e.g., ethics).

Even though the law should be objective and not purely subjective, the judges are crucial in the decision-making process, and may play a big role in the final decision.

Therefore, many questions arise: How do judges make their decisions? What is the basis of their decisions? Do they decide only according to the legal system? Or do their personal values also influence the decision? Is there a unanimous model that answers perfectly to these questions?

To better analyze the judges' decisions, we need to understand the basis of the decision-making process.

### **The decision-making process**

The decision-making process is present in many domains, from the scientific research to the most basic and simple everyday task, varying in its complexity and importance. Contemporary society force people to make several judgments and decisions on a daily basis, in which sometimes even a small imprecision can have a significant impact (e.g., in the medical field, if the physician diagnoses cancer more accurately the patient has better chances to receive early and better treatment, and therefore has a greater chance to survive) (Glöckner & Witteman, 2010; Kaufmann et al., 2013).

A decision can be defined as a weighted process in which, among several alternatives with different results, the decision maker chooses and commits to a certain option (Glöckner & Betsch, 2008; Gold & Shadlen, 2007). Making a decision is a process that begins with data collection, which includes the deliberation of what data to collect, and analyzes to decide whether they are sufficient. Then it is important to integrate the data, and to draw the most accurate conclusions (Gambrill, 2005). In this process, the acts of deliberating and compromising with the chosen option are elements shared by all decision-making processes, that end up in a final choice (Gold & Shadlen, 2007). The decision maker has the task of comparing various sources of information and then – balancing probabilities based on their own experiences and values – chooses the option that will be the most useful (Boumans, 2011).

The decision-making process develops in three interdependent stages that gradually evolve from partial decisions: Pre-decision, decision and post-decision (Milburn & Billings, 1976; Zeleny & Cochrane, 1982). In the *pre-decision stage*, the decision maker is faced with the conflict between the lack of alternatives with quality and the impossibility of having an ideal alternative. The pre-decision stage is characterized by the constant search for new alternatives, that become closer and closer to the ideal alternative (Zeleny & Cochrane, 1982). At the central stage of the decision-making process, the *decision* itself, the search, gathering and interpretation of information becomes more biased. At the same time the number of alternatives reduces as well as their variability (Zeleny & Cochrane, 1982). The last stage of the decision-making process, the *post-decision*, is characterized by dissonance, which is induced by the choice of one option. As the decision maker seeks to validate the decision, the pre-installed conflict present in the pre-decision stage decreases, increasing the field of cognitive dissonance (Zeleny & Cochrane, 1982).

Decision making is a process based on parameters such as the magnitude, the probability and the variance of the consequences and, therefore, it always involves risks and exposure to biases often imperceptible (Christopoulos, Tobler, Bossaerts, Dolan, & Schultz, 2009; Glöckner & Betsch, 2008a; Irwin & Real, 2010). Often the available data are not enough and there is no detailed information about the problem at hand or possible alternatives and consequences. This reality gives to the decision-making process a character of endless uncertainty (Milburn & Billings, 1976). The uncertainty is directly related to the risk inherent in every decision that is no more than the possibility of opting for a not-so-good alternative (Milburn & Billings, 1976; Slovic, 1964). For instance, when choosing a new dish for dinner, the alternative might look good, but the taste can be disappointing; or when choosing an

alternative route to avoid traffic, it may save some time or it can take even longer. These examples of daily decisions show that uncertainty is always present (Quartz, 2009).

It is necessary to constantly evaluate the type and level of risk of each alternative. The complexity of this evaluation requires special attention by the decision maker, as it is based on something perceptual and subjective. The decision maker must consider the advantages and disadvantages of each alternative (e.g., the more disadvantages we can enumerate, the greater the level of associated risk, and their probabilities). More important than these variables individually is their combination, which allows us to evaluate the risk, albeit in a subjective, unstructured and non-scientific way (Milburn & Billings, 1976; Nwogugu, 2005).

### **Components of the decision-making process**

Several characteristics, such as individual and situational variables, may influence the risk assessment as a multidimensional construct and consequently the decision (Milburn & Billings, 1976; Roets & Hiel, 2011). These variables should not only be analyzed as independent constructs, but their interaction should also be considered (Roets & Hiel, 2011). Each individual, as a decision maker, ponders the risk differently, which can also result in a different decision (Milburn & Billings, 1976).

Age, religious beliefs, gender, moral maturity and self-esteem are examples of variables referenced in the literature as relevant to the decision-making process (Hegarty & Simms, 1978; McDevitt et al., 2007; Mor, 2006). Decision-makers have some guidelines to help along the process such as i) personal (e.g., ambitions, personal interests), professional (based in formal education) and organizational values (e.g., promoting the interests of the organization); ii) policy (e.g., definition of what is ethical and what is morally right); and iii) ideology (e.g., system of political and religious beliefs) (Mor, 2006). The locus of control, i.e., the attribution of causes made by the decision makers regarding their options may be equally important at the time of decision making (Forte, 2004). This assignment can be internal or external. More specifically, if the individuals consider themselves responsible for the consequences of their decisions and beliefs, and they think they actually have control over their actions, it is said they have an internal control locus. If something or someone external to the decision makers is hold accountable for the consequences instead of the decision makers themselves, the individuals have an external control locus (Forte, 2004; McDevitt et al., 2007).

It is crucial to approach decision making from an ecological perspective, considering the individual, the context and the situation in which the decision is included (McDevitt et al., 2007). Situational variables, relating to the context, can have different levels of specificity and cover various

concepts. The influence and peer pressure, norms of society, time pressure, fatigue, lack of information and noise are examples of situational constraints (McDevitt et al., 2007; Pei, 2013; Roets & Hiel, 2011). Any other situation that may lead to mood changes or that somehow promote certain emotions can also influence the process and the moment of decision (Roets & Hiel, 2011; Stocco & Fum, 2008).

### **Decision-making models**

In an attempt to explain the complex process of decision making, several explanatory models have been developed over the past few years, some crossing different fields and domains (e.g., medicine, education, business) and some more specific models (Kaufmann, et al., 2013). The concept or model of rational choice has gained more attention as a descriptive-prescriptive paradigm, i.e., the decision makers choose between alternatives, taking into account their preferences (Samuelson & Zeckhauser, 1988). This comprehensive model was first formalized in 1954 by Savage (Savage, 1954), who argued that the decision maker must weigh the probabilities and consequences, and anticipate and assess possible risks in order to balance the alternatives and, finally, decide (Glöckner & Betsch, 2008b; Samuelson & Zeckhauser, 1988). However, it is important to remember the limitations of the individual as a decision maker in terms of capacity and speed of information processing, which does not allow to compare all possible alternatives or predict all the consequences (Pollock, 2005). The rational model encloses several models and explanatory theories that have emerged with the continuous research. The classical theory of decision making was one of the first theories to emerge and it is considered the traditional approach of individual decision making (Huczynski & Buchanan, 2001). According to the classical theory the decision makers show their relative preference for an alternative based in its utility always looking for the option with the highest expected utility to rationalize their decision (Dastani, Hulstijn, & van der Torre, 2005; Falzer, 2004; McDermott, 2006; Milburn & Billings, 1976). Specifically, the decision maker is seen as someone objective who collected all the possible information and, therefore, has the ability to consider all alternatives and consequences before acting. The classical theory assumes that the decision maker is in a context characterized by certainty and total safety, an ideal context (Lee et al., 1999; Li, 2008; Simon, 1955). This theory also assumes the ease of problem definition, ignoring the need, at first, to recognize the nature of the problem itself (Li, 2008). Currently, many of these assumptions seem somewhat unrealistic and no longer fit in the society; therefore, new models have emerged (Li, 2008; Robbins, 2003).

## Decision-making models in the legal field

Representing the duality of decision making, particularly in the legal field, two models are often taken into consideration: Legal theory and attitudinal model. The legal theory postulates that decision making is based solely on the legal system, and that the decision makers ignore their personal preferences and values (Abramowicz & Tiller, 2009; Cross, 2004; Fleisher, 2008; Jones & Cauffman, 2008). Moreover, the legal theory assumes that there are no pre-defined concepts or biases by the decision maker at the beginning of the decision-making process (Cross, 2004; Fleisher, 2008; Pacelle, Marshall, & Curry, 2007).

In opposition to the legal theory, it was developed in the mid-50s and 60s a new line of thought named the attitudinal model (Johnson, 2012). This model suggests that attitudes, values and ideologies of the decision maker, the judge in particular, directly impact the process of decision making (Abramowicz & Tiller, 2009; Johnson, 2012; Jones & Cauffman, 2008; Weinshall-Margel, 2011; Yates & Coggins, 2009). According to this model, the judge assumes the rationality of the decision-making process. This rationalization is based on the judges' attitudes and follows their legal opinion (Fleisher, 2008; Pacelle et al, 2007; Unah & Hancock, 2006). The attitudinal model also argues that judges take into account the potential attitudes and actions of other judges when making their decision, modifying sometimes their behavior in response to feedback from the colleagues (Bowie & Songer, 2009).

More recently a new explanatory model has emerged – the intuitive-override model. This model incorporates some assumptions of both the legal theory and the attitudinal model. More specifically, it assumes that the decision-making process of judges is often done intuitively, but may be modified by the conscious consideration of the laws (Guthrie, Wistrich, & Rachlinski, 2009; Irwin & Real, 2010). This model proposes that there is a balanced relationship, albeit complicated, between intuitive thinking and the deliberative process (Irwin & Real, 2010; Rawls, 1999). The knowledge and experience of the judge seem to work as the basis against which a first intuitive decision is confronted (Rawls, 1999).

The intuitive-override model is an example of a dual process model, i.e., a process that integrates intuitive and deliberative processes (Glöckner & Betsch, 2008b; Guthrie et al., 2009; Mukherjee, 2010). In the literature, there are several denominations for both processes (intuitive and deliberative). For example, Kahneman and Frederick (2002) labeled the intuitive processes as System 1 and the deliberative processes as System 2. System 1 is automatic and its processing is associative, conferring responsiveness without expending much effort (Glöckner & Betsch, 2008b; Guthrie, Rachlinski, & Wistrich, 2007; Guthrie et al., 2009). In addition, System1 is spontaneous and unintentional, which also confers some disadvantages, in particular at the level of cognitive biases

(Glöckner & Betsch, 2008b; Guthrie et al., 2007, 2009; Tumonis et al., 2013). At this point arises System 2, that monitors the decisions and proposals of System 1 and may approve, amend or reject them (Guthrie et al., 2007). This system is responsible for actions that require mental effort, motivation and focus and is consciously controlled, allowing the subject to act deliberately according to rules and laws (Glöckner & Betsch, 2008b; Guthrie et al, 2007, 2009). Unlike System 1, System 2 uses deductive reasoning, which requires a great mental stress and attentional effort. Therefore, the speed of response is reduced (Glöckner & Betsch, 2008b; Guthrie et al., 2007; Vries, 2014).

## **Aim**

The major aim of the present work is to understand how judges make their decisions. For that we will focus on the type of information that is more likely to be on the basis of their decision-making process. More specifically, we intend to know: a) which factors influence the judges' decisions; and b) which models are used to explain their decision making.

## **Methods**

### **Literature search**

Computer-assisted searches were conducted in four online databases: Web of Science, Scopus, PsycArticles (Psychology area) and HeinOnline (Law and Law-related materials). We searched for English, Portuguese or Spanish-language studies published between 2004 and May 2015. As keywords three sets were used, combining “decision-making” with “court”, “judge” and “judicial”. Documents such as commentaries, notes, revision, indexes, editorials, erratum and books were excluded, as well as literature reviews and case studies (see Figure 1).

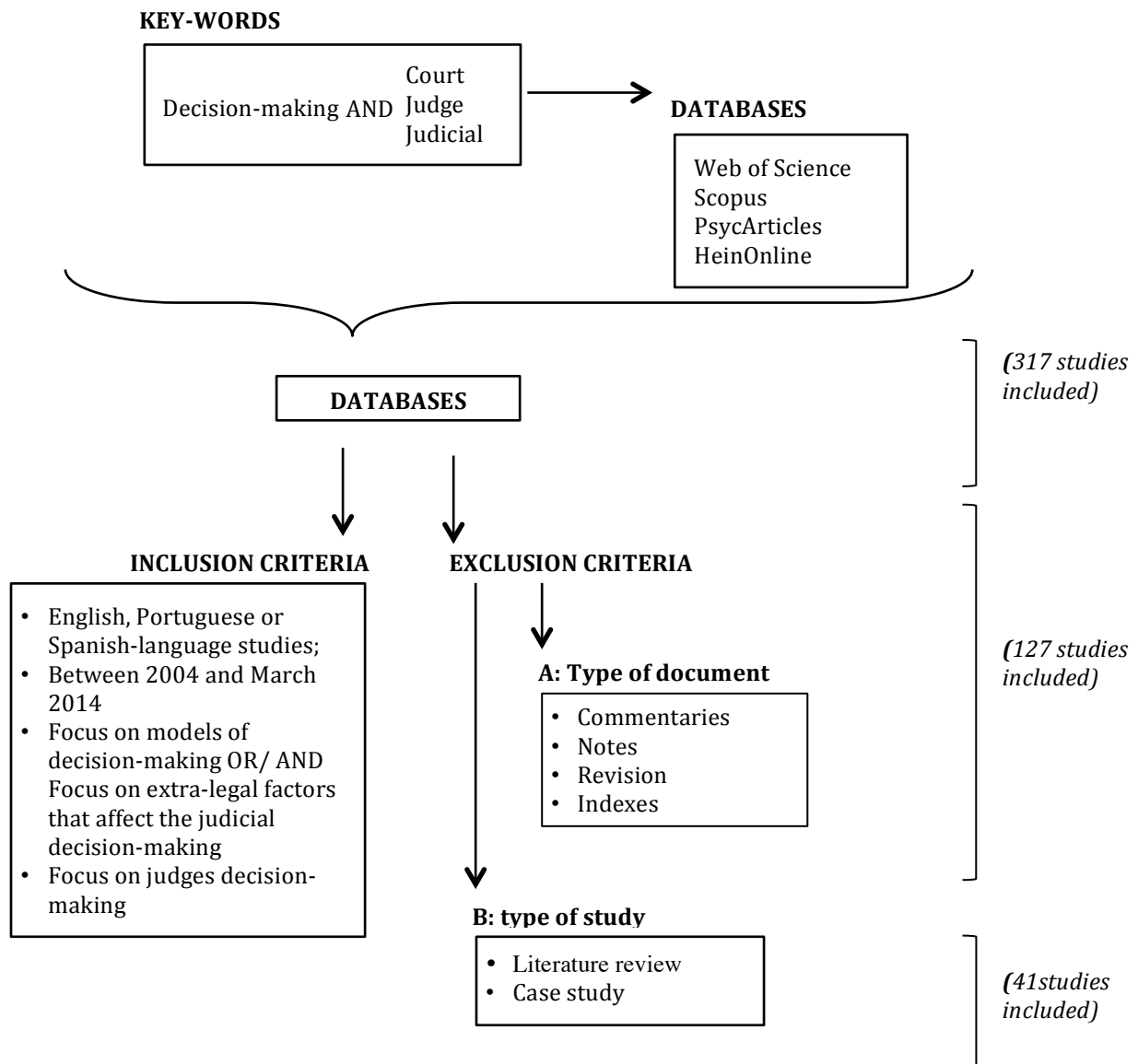


Figure 1.1. Literature search method.

## Results

We organized the review of the manuscripts on judge's decision making into two main categories: Factors that influence the judges' decisions, and the theoretical models that may account for their decisions. The first category was then subdivided in characteristics of the judges, the victims, the offenders, contextual factors, and other characteristics. Evidence concerning each category appears summarized below in Table 1.1.

Table 1.1. *Influences on judges' decision making, and theoretical models.*

Authors	Type of Court	Influences on Judges' Decision Making					Type of Case	Theoretical Models
		Characteristics of the Judges	Characteristics of the Victims	Characteristics of the Offenders	Contextual Factors	Other Characteristics		
(Abramowicz & Tiller, 2009)	U.S. Federal Courts	-	-	-	-	-	-	Legal theory/ formalist model Attitudinal Model
(Banks & Tauber, 2014)	Federal District Court	-	-	-	-	Litigator	U.S. patriot act cases	-
(Bowie & Songer, 2009)	U.S. Court of Appeals	-	-	-	-	-	-	Attitudinal Model
(Calvin, Collins, & Eshbaugh-soha, 2011)	U.S. Court of Appeals	-	-	-	-	Public opinion	-	-
(Carrubba & Zorn, 2010)	U.S. Supreme Court	-	-	-	-	-	U.S. Government was a party to the case	-
(Catlin, Posadas, Bond-Maupin, & Maupin, 2011)	Juvenile Courts	Ethical orientation	-	-	-	-	-	Ethical relativism/ absolutism/ idealism
(Chew & Kelley, 2012)	Federal District Courts	Race Ethnicity	-	-	-	Plaintiff's race	Racial harassment cases	Realism model
(Collins, Manning, & Carp, 2010)	U.S. District Court	Gender	-	-	-	-	-	Critical mass theory
(Cross, 2004)	U.S. Court of Appeals	-	-	-	-	-	-	Legal theory/ formalist model
(Curry & Miller, 2013)	Court of Appeals - Columbia Circuits	Specialization	-	-	-	-	-	-



Table 1.1. Cont.

Authors	Type of Court	Influences on Judges' Decision Making					Type of Case	Theoretical Models
		Characteristics of the Judges	Characteristics of the Victims	Characteristics of the Offenders	Contextual Factors	Other Characteristics		
Dumas & Haynie, 2012	Alabama Circuit Courts	-	-	-	Economic, social and political conditions	-	-	-
(Englich, Mussweiler, & Strack, 2006)	German Court	-	-	-	-	-	-	Heuristics
(Fleisher, 2008)	U.S. Supreme Court	-	-	-	-	-	Challenges to government action	Legal theory/ formalist model Attitudinal Model
(Franklin & Fearn, 2008)	-	-	Race	Race Ethnicity Gender	-	-	-	Conflict theory
(Gergent & Quinn, 2012)	U.S. Supreme Court	-	-	-	-	-	-	IRT model
(Harris, 2008)	Juvenile Courthouses in Hughes County, California	-	-	-	-	-	Molestation, armed robbery, assault, attempted murder, and murder	Focal concerns theory
(Hausegger et al., 2013)	Ontario Court of Appeals	Gender Political preferences Professional background	-	-	-	-	Criminal non-charter; criminal charter; family; human rights	-
(Heise & Sisk, 2012)	U.S. Federal Court U.S. Court of Appeals	Religion	-	-	-	-	Cases raising constitutional religious freedom issues	-
(Hwong, 2014)	Supreme Court of Canada	Professional background	-	-	-	-	Income tax	-
(Jilani et al., 2010)	Supreme Court of Canada	Gender	-	-	-	-	-	-

Table 1.1. Cont.

Authors	Type of Court	Influences on Judges' Decision Making					Type of Case	Theoretical Models
		Characteristics of the Judges	Characteristics of the Victims	Characteristics of the Offenders	Contextual Factors	Other Characteristics		
(Johnson, 2012)	U.S. Supreme Court Supreme Court of Canada	-	-	-	-	-	-	Attitudinal model
(Jones & Cauffman, 2008)	Juvenile Court	-	-	Psychopathic traits and/or labels	-	-	-	Legal theory/ formalist model Attitudinal Model
(Kaheny, Haire, & Benesh, 2008)	U.S. Court of Appeals	-	-	-	-	-	-	Choice model
(Keijser & Koppen, 2007)	U.S. Court of Appeals	-	-	-	-	-	-	Heuristics
(Lewis et al., 2013) <sup>se</sup>	County Courts	-	Age Credibility Behavioral evidence Number of victims	Number of offenders	-	-	Child sexual abuse	
(Lightcap, 2010)	U.S. Supreme Court	-	-	-	-	-	Civil liberties, criminal procedure, civil rights, First Amendment, due process, unions, economic activity, judicial power, federalism, and federal taxation	Separation of powers mod
(Manning, Carroll, & Carp, 2004)	U.S. District Court	Age Political preferences	-	-	-	-	Racial and gender discrimination cases	-
(McCall & McCall, 2007)	U.S. Supreme Court	Gender	-	-	-	-	-	-

Table 1.1. Cont.

Authors	Type of Court	Influences on Judges' Decision Making					Type of Case	Theoretical Models
		Characteristics of the Judges	Characteristics of the Victims	Characteristics of the Offenders	Contextual Factors	Other Characteristics		
(Mccall, 2005)	U.S. Supreme Court	Gender Mode of election	-	-	-	-	Police brutality cases	Institutional model
(Meernik, Aloisi, & Ding, 2012)	International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia (ICTY)	Country of origin	-	-	-	-	-	-
(Pacelle et al., 2007)	U.S. Supreme Court	-	-	-	Legal considerations	-	Constitutional civil liberties and civil rights	Legal theory/ formalist model Attitudinal Model
(Redding & Hensl, 2011)	Juvenile and Family Court	Professional background	-	Race	-	-	-	-
(Scott, 2007)	Court of Last Resort (CLR)	-	-	-	Institutional design Law	-	-	-
(Shook & Sarri, 2007)	Juvenile Courts	-	-	-	-	-	Delinquency case	Structured Decision Making
(Sommer & Li, 2011)	U.S. Supreme Court	-	-	-	Law Institutions Economic conditions	-	Mortgage moratorium	-
(Songer & Johnson, 2007)	Supreme Court of Canada	Political preferences Gender	-	-	-	-	-	Judge attribute model
(Szmer & Ginn, 2014)	U.S. Supreme Court	-	-	-	-	-	-	Legal theory/ formalist model Attitudinal Model

Table 1.1. Cont.

Authors	Type of Court	Influences on Judges' Decision Making					Type of Case	Theoretical Models
		Characteristics of the Judges	Characteristics of the Victims	Characteristics of the Offenders	Contextual Factors	Other Characteristics		
(Unah & Hancock, 2006)	U.S. Supreme Court	-	-	-	-	-	Civil rights cases	Institutional model
(Weinshall-Margel, 2011)	U.S. Supreme Court Supreme Court of Canada Israel Supreme Court	Religion	-	-	Law	-	Freedom of religion	Legal theory/ formalist model Attitudinal Model
(Williams & Law, 2012)	U.S. Supreme Court	Gender Political preferences	Country of origin	-	-	-	-	-
(Yates & Coggins, 2009)	U.S. Supreme Court	-	-	-	-	-	Criminal procedure cases	Attitudinal model

The 41 studies included in the present review examined judges that worked in different types of courts (Table 1.1). Most of them (48,7%) worked at Supreme Courts, whether in the U.S., Canada or Israel (e.g., Carrubba & Zorn, 2010; Jilani, Songer, & Johnson, 2010; Weinshall-Margel, 2011). Some of the professionals (19,5%) worked at Courts of Appeals (e.g., Calvin, Collins, & Eshbaugh-soha, 2011; Curry & Miller, 2013; Hausegger, Ridell, & Hennigar, 2013), and others (12,2%) worked at Juvenile Courts (e.g., Catlin, Posadas, Bond-Maupin, & Maupin, 2011; Harris, 2008; Jones & Cauffman, 2008). Some studies analyzed the decision-making process of Federal Courts (9,8%) (Abramowicz & Tiller, 2009; Chew & Kelley, 2012; Heise & Sisk, 2012), of the U.S. District Courts (4,8%) (Collins et al., 2010; Manning et al., 2004) and of other courts such as the Court of Last Resort, the German Court, the International Criminal Court for the Former Yugoslavia etc. (2,4%) (e.g., Englich, Mussweiler, & Strack, 2006; Meernik, Aloisi, & Ding, 2012; Scott, 2007).

Forty four percent of the studies focused on a particular type of problems such as child sexual abuse (Lewis, Klettke, & Day, 2013), religion (Heise & Sisk, 2012; Weinshall-Margel, 2011), racial discrimination (Manning et al., 2004), human, family and civil rights (e.g., Hausegger et al., 2013; Unah & Hancock, 2006), and gender discrimination (Manning et al., 2004), among others.

### **Which factors influence the judges' decision-making?**

Over the past several years many studies focused on the extralegal factors that may influence judges' decision making (Franklin & Fearn, 2008). From the 41 studies included in the present review, 25 examined the factors that may be related to the court decision-making, focusing on: i. Personal characteristics of the judges; ii. Characteristics of the victims; iii. Characteristics of the offenders; iv. Contextual factors; and v. Other characteristics. These factors are explored in more detail in the following sections.

i. **Personal characteristics of the judges.** Research has already identified some personal factors that can impact the judges' final decisions. On their work on racial harassment cases, Chew and Kelley (2012) found that the judges' race and ethnicity influenced the decision-making process. The African American judges tended to decide more often in favor of the offenders than the White judges and Hispanic judges. Also, when the plaintiff and the judge were of the same race, the judges were most likely to be persuaded by the plaintiffs.

The gender of the judge was also shown to affect the judges' decision (Jilani et al., 2010), but this seems to be related with the type of crime. In criminal justice cases and police brutality cases,

female judges were more likely to take a liberal decision (favoring criminal defendants and people claiming discrimination or violation of their civil rights) than male judges (Collins et al., 2010; McCall, 2005). On non-charter case issues, female judges (compared to male judges) exhibited a greater tendency to vote in favor of the accused, and in family law cases the female judges tended to decide favoring women. As for civil rights' cases, female judges voted for the rights of the claimants and often showed liberal positions (Hausegger et al., 2013; Songer & Johnson, 2007). Regarding immigration cases, female judges were less likely to support the claims of the woman (Williams & Law, 2012). When deciding about police brutality, male judges were more tolerant towards police officers' aggressive or physical conduct. On the other hand, female judges supported less the policing procedures arbitrarily, and made decisions on a less hierarchical and less conflictual way (McCall & McCall, 2007).

Age and religion of the judges can also be important factors to the judicial outcome. Manning and colleagues (2004) defended the existence of a fluctuation of judges' perspectives along their aging process. The authors stressed that the effect of judges' age in cases of age discrimination was equivalent to the effect of gender and race in cases of gender and race discrimination: The older the judges, the more sympathetic they were towards the victims of age discrimination. In the case of freedom of religion, the judges' religious beliefs and ideology also seem to affect their decisions (Heise & Sisk, 2012; Weinshall-Margel, 2011).

The outcomes of decisions can also be influenced by the judges' political affiliation or preferences (Manning et al., 2004; Songer & Johnson, 2007; Williams & Law, 2012). Williams and Law (2012) studied immigration cases and found that ideologically liberal judges (or chosen by Democratic presidents) tended to vote in favor of the immigrants. Hausegger and colleagues (2013), also focused their research on judges' political preferences, and stated that the influence of this variable is related to the type of case. In criminal non-charter and criminal charter case issues the party to which the decision-maker is affiliated seems to impact the decision, whereas in cases of human rights it does not appear to be relevant. Finally, Hausegger and colleagues (2013) also referred that ideological commitments were less structured on liberal affiliates.

The ethical orientation of the judges and their specialization also have the potential to affect the judicial outcome. Catlin, Posadas, Bond-Maupin and Maupin (2011) studied the juvenile justice and found that both the judges' ethical orientation and jurisdiction philosophy affected their decisions. Regarding the judges' specialization, Curry and Miller (2013) found a difference among the judges. More specifically, those who specialized in one area were more likely to vote in ideologically consistent

ways. The judicial specialization seems therefore to magnify the impact of ideology on the decision-making process.

The professional background of the judges may also influence their decisions (Hausegger et al., 2013; Heise & Sisk, 2012; Hwong, 2014; Redding & Hensl, 2011). Redding and Hensl (2011), for example, found a difference between judges with more experience and judges with less experience in juvenile crime cases. More specifically, the more experienced judges analyzed the juveniles' rehabilitation potential more favorably. A similar pattern was found by Hwong (2014), who focused on taxpayers: Judges with some experience tended to vote against taxpayers. The professional background may be important as well when the judge is deciding on freedom of religion cases. Specifically, prior experience of the judge was shown to be negatively correlated with the pro-religion opinion (Heise & Sisk, 2012).

Whether the judges were elected or appointed, as well as different countries of origin, may also affect the decision (Mccall, 2005; Meernik et al., 2012). Mccall (2005) suggested that judges who were elected tend to be more conservative on their decisions than appointed judges. In addition, judges from countries that experienced wars or severe repressions in in the past fifty years were more likely to hand down harsh sentences (Meernik et al., 2012).

ii. **Characteristics of the victims.** The victims are an important part of a judicial process, whether we are talking about maltreatment, discrimination, robbery, murder or any other type of crime. Taking this into account, some authors examined possible features of the victims (such as gender, age and credibility) that can influence the judge's final decision.

In the Franklin and Fearn's (2008) study, the authors analyzed case files to understand how some characteristics of the victims (and of the offender) explain the sentence length. They found that the victims' race was significant when the judge decided about the sentence length: The sentence was shorter when the victim was white.

Williams and Law (2012) studied the decision-making process on immigration cases and analyzed whether the foreign birthplace of the victims had some role on the decision. The authors found that the country of origin, particularly the country's political situation, had no effect on the judge's decision.

Concerning the sentence's length and also the parole date in child sexual abuse cases, Lewis and colleagues (2013) examined several features of the victims that could influence the judges' decision. These authors found that the credibility of the victim was related with both sentence length

and parole date: The more credible the judge evaluated the child, the more likely was the offender to get a longer sentence and a later parole date. Against all expectations, Lewis and colleagues (2013) results showed that the more harmful behaviors exhibited by the child in response to the abuse suffer (e.g., depression, suicidal ideation), the shorter were the sentences applied by the judges. The victims' age was also an important factor to the judge's vote: When the victims were younger than 12 years old, the judge was more likely to inflict longer sentences, but not later parole dates. In addition, these authors found that the number of victims involved in the crime did not necessarily result in longer sentences or longer parole date.

iii. **Characteristics of the offenders.** Some characteristics of the offenders may also have an effect on the judges' decision making. Lewis and colleagues (2013) made a study about child sexual abuse, and the number of offenses was shown to be relevant to the deliberation of the sentence length and parole dates. In cases in which multiple offenders abused the child, the sentences received were longer and the parole dates were later. The authors also found that in cases involving multiple offenses, the offenders were more likely to have longer sentences lengths and latest parole dates.

In cases where the defendants are juvenile, there seems to be a relation between their psychopathy and the perception of dangerousness. Specifically, when the defendants were described or labeled as psychopathic, judges were more likely to perceive them as dangerous. This perception then affected the final decision (Jones & Cauffman, 2008).

Franklin and Fearn (2008), as described above, focused their research on the race and gender of both the victims and the offenders. Regarding the gender of the offenders, Franklin and Fearn (2008) stated that male offenders received longer sentences, particularly when the victim was a girl or a woman. Concerning the race of the offenders, Franklin and Fearn (2008) found that judges tended to make more favorable decisions with white offenders. When studying a specific population (juvenile offenders), Redding and Hensl (2011) found that the race of the juvenile charged did not significantly impact the judges' decisions.

iv. **Contextual factors.** Aside all the factors described so far, which are related to the main actors involved on the decision-making process, there might be some contextual characteristics affecting the process of decision-making. The environment in which the judge decides is relevant to the decision itself, so are the conditions of the context at large: Economic, social and political (Dumas & Haynie, 2012; Scott, 2007; Sommer & Li, 2011). The conception of the law, the rules and the norms



also have an effect on the decision making (Pacelle et al., 2007; Scott, 2007; Sommer & Li, 2011; Weinshall-Margel, 2011).

Pacelle and colleagues (2007) found that in cases of civil liberties and civil rights, neither the Congress nor the changes in the House of the Senate have an impact on the decision-making process. The authors also suggested that the precedent has an effect on the decision. The court, specifically the judges, seek to achieve consistency in the law. To that, previous cases (precedents) are considered during the decision making process.

v. **Other characteristics.** Some authors believe that judges' decision-making process can be affected by other factors besides the ones presented above (Banks & Tauber, 2014; Calvin et al., 2011; Chew & Kelley, 2012). Plaintiffs' race seems to have an effect on the decision-making process. Chew and Kelley (2012) found that against all expectations, Hispanic plaintiffs are more likely to win than lose a case. On the other hand, Asian American and African American plaintiffs have a lower success rate.

Also the litigator, that can be a single person or a group, is an important factor on the judge's decision. Banks & Tauber (2014), who focused on US PATRIOT act cases, argued that the outcomes are more deferential when the litigator is a group, in particular, a civil-liberties interest group.

Public opinion, although indirectly, can influence the decision as well. For example, when the presidents and senators are elected by the population, the public preferences are transferred to the courts, specifically the court of appeals (Calvin et al., 2011).

### **In what models do the judges base their decisions?**

Several studies focused on the models adopted by the judges to make their decisions. In our research, the attitudinal model was the most cited (7 studies), followed by the legal theory (4 studies). These two models are often considered antitheses of each other (Pacelle et al., 2007): The attitudinal model privileges attitudes, values and ideologies of the judge, whereas the legal theory considers decision making based only on the legal system (Cross, 2004; Fleisher, 2008; Pacelle et al., 2007; Weinshall-Margel, 2011).

Three studies have compared these two models. In his work about changes in the Supreme Court over the years, Fleisher (2008) showed that certain aspects of decision making can be explained either by the attitudinal model or by the legal theory. However, there are some components of the decision-making process that remain unexplained in the light of these two models. Weinshall-Margel

(2011) found that in cases where judges have no personal interest (e.g., religious freedom) the values and ideologies do not significantly impact the decision-making process. In these specific situations, the law imposes itself as the most important factor. The authors also referred that certain conditions may favor the use of a particular model: For instance, in a politically strong court with judicial independence, the influence of the judges' attitudes might be significant in the decision making. Pacelle and colleagues (2007) argued that the judges' attitudes are the basis of their decisions, assuming the courts' ideological composition as one of the most important features to the decision-making process. However, the authors stress the difficulty of evaluating the impact and influence of legal considerations, since the law does not often rely on straight, clear and conclusive arguments.

Regarding the attitudinal model, there is some controversy about the conclusions on the role of attitudes in the decision-making process, which may be due to the different types of cases and courts analyzed. On a study about juvenile psychopathy, Jones and Cauffman (2008) found that judges' attitudes and perceptions are not directly related to their decision. Conversely, other studies (Johnson, 2012; Songer & Johnson, 2007; Unah & Hancock, 2006; Yates & Coggins, 2009) showed the importance and the effects of judges' attitudes on courts outcomes, whether in cases of appeals, salience cases, tenants cases or controversial cases.

Along with the attitudinal model and the legal theory, there were other types of models and theories, such as: The institutional model (Mccall, 2005), the strategic model (Pacelle et al., 2007; Szmer & Ginn, 2014), the critical mass theory (Collins et al., 2010), heuristic rules (English et al., 2006), the conflict theory (Franklin & Fearn, 2008), item response theory (Gergent & Quinn, 2012), the focal concerns theory (Harris, 2009), the cognitive model (Jones & Cauffman, 2008), the choice model (Kaheny et al., 2008), the international legal factors model (Meernik, King, & Dancy, 2005), the national attribute model (Meernik et al., 2005), the personal attribute model (Meernik et al., 2005), the gender model (Mccall, 2005), and the composite model (Mccall, 2005).

## Discussion

The judges are a crucial part of the judicial decision-making process. It therefore urges to better understand what may affect the decision-making process, and how judges decide in each case. Recent research has focused on these two issues, particularly on the factors that can affect the decision-making process. The literature has defined the decision-making process as a dual-process, with the judges receiving information and influences from both the legal and personal contexts. More

specifically, even though judges try to keep the objectivity along the process, they seem to be affected their own characteristics, by characteristics of the offenders and the victims, as well as by contextual factors. Judges' characteristics are the most studied, and researchers have shown, for example, that gender is an influential factor to the final decision.

There is no optimal and unanimous model that can explain the decision-making process. Indeed there are numerous models in the literature that address the judges' decision-making process. Although the attitudinal model is the most cited model, it cannot account for some important aspects of the decision-making process. Actually, a number of different models have been developed over the past years, showing the complexity and constant evolution of this domain.

Based on our review, some recommendations can be done. First, it is important to acknowledge the impact that judges' personal characteristics might have on their decision. Not only these characteristics can vary from judge to judge (e.g., race and ethnicity, gender, religion, political affiliation or preferences, ethical orientation and specialization, country of origin, and whether they were elected or appointed), but they can also vary within each judge (e.g., age, and professional background). It would therefore be important to include reflection periods in the judicial training structures for the judges to be aware at all times of their personal factors, and how they may impact the decision-making process.

Second, some characteristics of the victims are shown to influence the judges' decision-making process, such as race, age, and credibility of the victim. It is interesting that some of the results regarding the victim's characteristics do not match common sense beliefs. For instance, according to the common sense, the more victims involved on a crime, the worse that crime should be. Consequently, the sentence in the former case would be expected to be longer. However, in a crime there are a diversity of characteristics that may influence the judges' decision-making process, and so one particular factor (e.g., number of victims) may be overshadowed by other factors. Future research should investigate if each factor is being carefully taken into consideration, or if some factors are in fact overshadowing others.

Third, several factors of the offenders may also influence the judges' decisions (e.g., number of offenses, psychopathy, gender, and race). The results of Franklin and Fearn (2008) on race, showing that judges tended to make more favorable decisions with white offenders, are consistent with the racial disparity found in prisons and jails (Mauer, 2011). According to Bonczar (2003), if nothing changes, 1 of every 3 African American males are expected to go to prison during his lifetime, compared to 1 in 6 Latino males, and 1 in 17 White males. It would be important to adopt and

implement racial impact statement legislation, as well as racial and ethnic fairness in the criminal justice system (Mauer, 2011).

Forth, the law system is a fundamental factor on the legal decision-making process. There is no discussion about that. However, it is not the only factor affecting that process. As we have shown, there is a set of characteristics that may also have an impact on the final decision. Therefore, a new theoretical model should be developed. More specifically, this model should be defined by its integration of both deliberative and intuitive processes. In other words, this new balanced model should assume not only the legislative system, but also the subjectivity of the judges and the characteristics of the context and criminal situations.

## References

- Abramowicz, M., & Tiller, E. H. (2009). Citation to legislative history: Empirical evidence on positive political and contextual theories of judicial decision making. *The Journal of Legal Studies*, *38*(2), 419–443.
- Banks, C. P., & Tauber, S. (2014). U . S . District Court decision-making in USA PATRIOT act cases after September 11. *Justice System Journal*, *35*, 37–41. doi: 10.1080/0098261X.2013.868279
- Boumans, M. (2011). The two-model problem in rational decision making. *Rationality and Society*, *23*, 371–400. doi: 10.1177/1043463111414123
- Bowie, J. B., & Songer, D. R. (2009). Assessing the applicability of strategic theory to explain decision making on the courts of appeals. *Political Research Quarterly*, *62*, 393–407. doi: 10.1177/1065912908319253
- Calvin, B., Collins, P. M., & Eshbaugh-soha, M. (2011). On the Relationship Between Public Opinion and Decision Making in the U.S. Courts of Appeals. *Political Research Quarterly*, *64*, 736–748. doi: 10.1177/1065912910376387
- Carrubba, C. J., & Zorn, C. (2010). Executive discretion, judicial decision making, and separation of powers in the united states. *The Journal of Politics*, *72*, 812–824. doi: 10.1017/S0022381610000186
- Catlin, D. W., Posadas, C. E., Bond-Maupin, L. J., & Maupin, J. R. (2011). The impact of juvenile court judge ethical orientation on decision making. *Juvenile and Family Court Journal*, *62*, 53–61. doi: 10.1111/j.1755-6988.2011.01061.x
- Chew, P. K., & Kelley, R. E. (2012). The realism of race in judicial decision making: An empirical

- analysis of plaintiffs' race and judges' race. *Harvard Journal on Racial & Ethnic Justice*, 28, 91–115.
- Christopoulos, G. I., Tobler, P. N., Bossaerts, P., Dolan, R. J., & Schultz, W. (2009). Neural correlates of value, risk, and risk aversion contributing to decision making under risk. *Journal of Neuroscience*, 29, 12574–12583. doi: 10.1523/JNEUROSCI.2614-09.2009
- Collins, P. M., Manning, K. L., & Carp, R. A. (2010). Gender, Critical Mass, and Judicial Decision Making. *Law & Policy*, 32, 260–281. doi: 10.1111/j.1467-9930.2010.00317.x
- Connolly, D. A., Price, H. L., & Gordon, H. M. (2010). Judicial decision making in timely and delayed prosecutions of child sexual abuse in Canada: A study of honesty and cognitive ability in assessments of credibility. *Psychology, Public Policy, and Law*, 16, 177–199. doi: 10.1037/a0019050
- Cross, F. B. (2004). Explaining U.S. circuit court decision making. *Judicature*, 88(1), 31–35.
- Curry, B., & Miller, B. (2013). Judicial specialization and ideological decision making in the US Courts of Appeals. *Law & Social Inquiry*, 1–22. doi: 10.1111/lsi.12051
- Dastani, M., Hulstijn, J., & van der Torre, L. (2005). How to decide what to do? *European Journal of Operational Research*, 160, 762–784. doi: 10.1016/j.ejor.2003.06.038
- Dumas, T. L., & Haynie, S. L. (2012). Building an integrated model of trial court decision making: Predicting plaintiff success and awards across circuits. *State Politics & Policy Quarterly*, 12, 103–126. doi: 10.1177/1532440011433590
- Englich, B., Mussweiler, T., & Strack, F. (2006). Playing dice with criminal sentences: the influence of irrelevant anchors on experts' judicial decision making. *Personality & Social Psychology Bulletin*, 32, 188–200. doi: 10.1177/0146167205282152
- Falzer, P. R. (2004). Cognitive schema and naturalistic decision making in evidence-based practices. *Journal of Biomedical Informatics*, 37, 86–98. doi: 10.1016/j.jbi.2004.02.002
- Fleisher, M. (2008). Judicial decision making under the microscope: Moving beyond politics versus precedent. *Rutgers Law Review*, 60(4), 919–969.
- Forte, A. (2004). Business ethics: A study of the moral reasoning of selected business managers and the influence of organizational ethical climate? *Journal of Business Ethics*, 51, 167–173. doi: 10.1023/B:BUSI.0000033610.35181.ef
- Franklin, C. A., & Fearn, N. E. (2008). Gender, race, and formal court decision-making outcomes: Chivalry/ paternalism, conflict theory or gender conflict? *Journal of Criminal Justice*, 36, 279–290. doi: 10.1016/j.jcrimjus.2008.04.009

- Gambrill, E. D. (2005). Decision making in child welfare: errors and their context. *Children and Youth Services Review*, 27, 347–352. doi: 10.1016/j.chilyouth.2004.12.005
- Gergent, M. P., & Quinn, K. M. (2012). Common law judicial decision making: The case of the new york court of appeals 1900-1941. *Buffalo Law Review*, 60(4), 897–1002.
- Glöckner, A., & Betsch, T. (2008a). Do people make decisions under risk based on ignorance? An empirical test of the priority heuristic against cumulative prospect theory. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 107, 75–95. doi: 10.1016/j.obhdp.2008.02.003
- Glöckner, A., & Betsch, T. (2008b). Modeling option and strategy choices with connectionist networks : Towards an integrative model of automatic and deliberate decision making. *Judgment and Decision Making*, 3, 215–228. doi: 10.2139/ssrn.1090866
- Glöckner, A., & Witteman, C. (2010). Beyond dual-process models: A categorisation of processes underlying intuitive judgement and decision making. *Thinking & Reasoning*, 16, 1–25. doi: 10.1080/13546780903395748
- Gold, J. I., & Shadlen, M. N. (2007). The neural basis of decision making. *Annual Review of Neuroscience*, 30, 535–74. doi: 10.1146/annurev.neuro.29.051605.113038
- Guthrie, C., Rachlinski, J., & Wistrich, A. (2007). Blinking on the bench: How judges decide cases. *Cornell Law Library*, 93(1), 1–43.
- Guthrie, C., Wistrich, A., & Rachlinski, J. (2009). The “Hidden Judiciary”: An Empirical examination of executive branch justice. *Duke Law Journal*, 58, 1477–1530.
- Harris, A. (2008). Ethnography “sophisticated” adolescents: How judges integrate juvenile and criminal justice decision-making models. *Journal of Contemporary Ethnography*, 37, 469–506. doi: 10.1177/0891241607309886
- Harris, A. (2009). Attributions and institutional processing: How focal concerns guide decision-making in the juvenile court. *Race and Social Problems*, 1, 243–256. doi: 10.1007/s12552-009-9020-4
- Hausegger, L., Ridell, T., & Hennigar, M. (2013). Does patronage matter? Connecting influences on judicial appointments with judicial decision making. *Canadian Journal of Political Science*, 46, 665–690. doi: 10.1017/S0008423913000681
- Hegarty, W. H., & Simms, J. (1978). Organizational philosophy, policies, and objectives related to unethical decision behavior: A laboratory experiment? *Journal of Applied Psychology*, 64, 331–338. doi: 10.1037/0021-9010.64.3.331
- Heise, M., & Sisk, G. C. (2012). Religion, schools, and judicial decision making: An empirical perspective. *The University of Chicago Law Review*, 79, 185–212.

- Huczynski, A., & Buchanan, D. (2001). *Organizational behaviour: An introductory text* (4th ed.). Financial Times, Prentice Hall.
- Hwong, T. (2014). An exploration of influences of sociodemographic characteristics of supreme court justices in judicial decision-making in income tax cases, 1920-2003. *Manitoba Law Journal*, 33(1), 151–196.
- Irwin, J. F., & Real, D. L. (2010). Unconscious influences on judicial decision-making: The illusion of objectivity. *McGeorge Law Review*, 42, 1–18.
- Jilani, N. A., Songer, D. R., & Johnson, S. W. (2010). Gender, consciousness raising, and decision making on the supreme court of canada. *Judicature*, 94(2), 59–69.
- Johnson, S. W. (2012). The supreme court of canada and strategic decision making: Examining justices ' voting patterns during periods of institutional change. *American Review of Canadian Studies*, 42, 236–256. doi: 10.1080/02722011.2012.679152
- Jones, S., & Cauffman, E. (2008). Juvenile psychopathy and judicial decision making: An empirical analysis of an ethical dilemma. *Behavioral Sciences & the Law*, 26, 151–165. doi: 10.1002/bsl
- Kaheny, E. B., Haire, S. B., & Benesh, S. C. (2008). Change over tenure: Voting, variance, and decision making on the U.S. Courts of Appeals. *American Journal of Political Science*, 52, 490–503. doi: 10.1111/j.1540-5907.2008.00325.x
- Kaufmann, E., Reips, U.-D., & Wittmann, W. W. (2013). A critical meta-analysis of lens model studies in human judgment and decision-making. *PloS One*, 8, e83528. doi: 10.1371/journal.pone.0083528
- Keijser, J. W., & Koppen, P. J. Van. (2007). Paradoxes of proof and punishment: Psychological pitfalls in judicial decision making. *Legal and Criminological Psychology*, 12, 189–205. doi: 10.1348/135532506X118721
- Lee, D., Newman, P., & Price, R. (1999). *Decision making in organizations*. Financial Times, Prentice Hall.
- Lewis, T., Klettke, B., & Day, A. (2013). Sentencing in child sexual assault cases: factors influencing judicial decision-making. *Journal of Sexual Aggression*, 1–15. doi: 10.1080/13552600.2013.804603
- Li, B. (2008). The classical model of decision making has been accepted as not providing an accurate account of how people typically make decisions. *International Journal of Business and Management*, 3, 151–154. doi: 10.5539/ijbm.v3n6p151
- Lightcap, T. (2010). Crucial and routine decisions: A new explanation of why ideology affects U.S.

- Supreme Court decision making the way it does. *Tulane Law Review*, *84*, 1491–1515.
- Manning, K. L., Carroll, B. A., & Carp, R. A. (2004). Does age matter? Judicial decision making in age discrimination cases. *Social Science Quarterly*, *85*, 1–18. doi: 10.1111/j.0038-4941.2004.08501001.x
- Mccall, M. (2005). Court decision making in police brutality cases, 1990-2000. *American Politics Research*, *33*, 56–80. doi: 10.1177/1532673X04264986
- McCall, M., & McCall, M. A. (2007). How far does the gender gap extend? Decision making on state Supreme Courts in Fourth Amendment Cases, 1980 – 2000. *The Social Science Journal*, *44*, 67–82. doi: 10.1016/j.soscij.2006.12.026
- McDermott, M. (2006). Are plans necessary? *Philosophical Studies*, *138*, 225–232. doi: 10.1007/s11098-006-9033-4
- McDevitt, R., Giapponi, C., & Tromley, C. (2007). A model of ethical decision making: The integration of process and content. *Journal of Business Ethics*, *73*, 219–229. doi: 10.1007/s10551-006-9202-6
- Meernik, J., Aloisi, R., & Ding, J. (2012). Judicial decision making at the ICTY: The influence of home country characteristics. *Judicature*, *95*(4), 171–176.
- Meernik, J., King, K. L., & Dancy, G. (2005). Judicial decision making and international tribunals: Assessing the impact of individual, national, and international factors. *Social Science Quarterly*, *86*, 685–703. doi: 10.1111/j.0038-4941.2005.00324.x
- Milburn, T., & Billings, R. (1976). Decision-making perspectives from psychology dealing with risk and uncertainty. *The American Behavioral Scientist*, *20*, 111–127. doi: 10.1177/000276427602000107
- Mor, G. (2006). Theories of decision making, *123*, 19–20. doi: 10.1201/9781420016918.pt2
- Mukherjee, K. (2010). A dual system model of preferences under risk. *Psychological Review*, *117*, 243–255. doi: 10.1037/a0017884
- Nwogugu, M. (2005). Towards multi-factor models of decision making and risk: A critique of prospect theory and related approaches, part I. *Journal of Risk Finance*, *6*, 150–162. doi: 10.1108/15265940510585824
- Pacelle, R. L., Marshall, B. W., & Curry, B. W. (2007). Keepers of the covenant or platonic guardians? Decision making on the U.S. Supreme Court. *American Politics Research*, *35*, 694–725. doi: 10.1177/1532673X06298927
- Pei, Z. (2013). Rational decision making models with incomplete weight information for production line



- assessment. *Information Sciences*, 222, 696–716. doi: 10.1016/j.ins.2012.07.060
- Pollock, J. L. (2005). Plans and decisions. *Theory and Decision*, 57, 79–107. doi: 10.1007/s11238-004-7318-7
- Quartz, S. R. (2009). Reason, emotion and decision-making: risk and reward computation with feeling. *Trends in Cognitive Sciences*, 13, 209–15. doi: 10.1016/j.tics.2009.02.003
- Rawls, J. (1999). *A Theory of Justice - Revised Edition*. Cambridge, MA: Belknap Press.
- Redding, R. E., & Hensl, K. B. (2011). Knowledgeable judges make a difference: Judicial beliefs affect juvenile court transfer. *Juvenile and Family Court Journal*, 62, 15–24. doi: 10.1111/j.1755-6988.2011.01063.x
- Robbins, S. P. (2003). *Management (7th ed.)*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Roets, A., & Hiel, A. Van. (2011). An integrative process approach on judgment and decision making: The impact of arousal, affect, motivation, and cognitive ability. *The Psychological Record*, 61(3), 497–520.
- Samuelson, W., & Zeckhauser, R. (1988). Status quo bias in decision making. *Journal of Risk and Uncertainty*, 1, 7–59. doi: 10.1007/BF00055564
- Savage, L. J. (1954). The foundations of statistics reconsidered. In *Fourth Berkeley Symposium* (pp. 575–586). New York: Wiley.
- Scott, K. (2007). The impact of common law on judicial decision making. *International Journal of Punishment and Sentencing*, 3(4), 184–199.
- Shook, J. J., & Sarri, R. C. (2007). Structured decision making in juvenile justice: Judges' and probation officers' perceptions and use. *Children and Youth Services Review*, 29, 1335–1351. doi: 10.1016/j.childyouth.2007.05.008
- Simon, H. (1955). A behavioral model of rational choice. *Quarterly Journal of Economics*, 69, 99–118. doi: 10.2307/1884852
- Slovic, P. (1964). Assessment of risk taking behavior. *Psychological Bulletin*, 61(3), 220–33.
- Sommer, U., & Li, Q. (2011). Judicial decision making in times of financial crises. *Judicature*, 95(2), 68–77.
- Songer, D. R., & Johnson, S. W. (2007). Judicial decision making in the supreme court of Canada: Updating the personal attribute model. *Canadian Journal of Political Science*, 40, 911–934. doi: 10.1017/S0008423907071156
- Stocco, A., & Fum, D. (2008). Implicit emotional biases in decision making: the case of the Iowa Gambling Task. *Brain and Cognition*, 66, 253–9. doi: 10.1016/j.bandc.2007.09.002

- Szmer, J., & Ginn, M. H. (2014). Examining the effects of information, attorney capability, and amicus participation on U.S. Supreme Court decision making. *American Politics Research*, *42*, 441–471. doi: 10.1177/1532673X13502219
- Tumonis, V., Šavelskis, M., & Žalytė, I. (2013). Judicial decision-making from an empirical perspective. *Baltic Journal of Law & Politics*, *6*, 140–162. doi: 10.2478/bjlp-2013-0007
- Unah, I., & Hancock, A. (2006). U. S. Supreme Court decision making, case salience, and the attitudinal model. *Law & Policy*, *28*(3), 295–320.
- Vries, J. V. G. R. E. De. (2014). Rational misbehavior? Evaluating an integrated dual-process model of criminal decision making. *Journal of Quantitative Criminology*, *30*, 1–27. doi: 10.1007/s10940-012-9192-8
- Weinshall-Margel, K. (2011). Attitudinal and neo-institutional models of supreme court decision making: an empirical and comparative perspective from Israel. *Journal of Empirical Legal Studies*, *8*, 556–586. doi: 10.1111/j.1740-1461.2011.01220.x
- Williams, M. S., & Law, A. O. (2012). Understanding judicial decision making in immigration cases at the U.S. Courts of Appeals. *The Justice System Journal*, *33*(1), 97–120.
- Yates, J., & Coggins, E. (2009). The intersection of judicial attitudes and litigant selection theories: explaining U.S. Supreme Court decision-making. *Journal of Law & Policy*, *29*, 263–299.
- Zellman, G. L. (1992). The impact of case characteristics on child abuse reporting decisions. *Child Abuse & Neglect*, *16*, 57–74. doi: 10.1016/0145-2134(92)90008-F

## CAPÍTULO 2.

---

# Tomada de decisão de profissionais sobre a retirada de menores à família<sup>2</sup>

---

### Resumo

O presente estudo tem como objetivo compreender de que forma grupos de profissionais (psicólogos, professores, educadores sociais e assistentes sociais) ponderam uma eventual retirada das crianças e jovens à família. A amostra é constituída por 68 participantes que responderam a um questionário online. Após a apresentação de casos de maus-tratos físicos em formato de vinheta, foi solicitado que respondessem a um conjunto de questões sobre: i) os profissionais que envolveriam na tomada de decisão; ii) os serviços que recomendariam; e iii) a importância atribuída a um conjunto de características específicas de situações de maus-tratos. Foram ainda desenvolvidas análises para compreender o papel preditivo da profissão e local de trabalho dos participantes. Os resultados mostraram associações significativas entre diversas variáveis. Características como a gravidade, duração e recorrência do abuso foram consideradas muito importantes, ao contrário do nível socioeconómico das famílias.

Palavras-chave:

Maus-tratos; tomada de decisão; maus-tratos físicos; gravidade do abuso; retirada de menores

---

<sup>2</sup> Manuscrito parcialmente publicado na Revista Portuguesa de Psicologia (2016).



## Introdução

### Processo de tomada de decisão

As tomadas de decisão sobre situações de maus-tratos a crianças e jovens constituem o quotidiano dos serviços sociais. Porém, em muito casos, as decisões podem carecer de uma base de informação sólida e concreta (Gabbrill, 2011). Neste processo surgem, com frequência, conflitos, pelo que as incertezas e hesitações parecem bastante mais prováveis do que as tomadas de decisão seguras (Benbenishty et al., 2003; Cleaver & Walker, 2004).

Numa situação ideal a qualidade da decisão seria ponderada a partir dos melhores resultados possíveis para os menores e para a sua família (Yoo & Brooks, 2005). No entanto, independentemente da qualidade da decisão tomada pelos profissionais, é provável que do processo resultem algumas consequências negativas para as vítimas (Munro, 2010).

A tomada de decisão específica em situações de maus-tratos a menores tem como objetivo, através do estabelecimento de limites, a proteção das crianças e jovens relativamente a quaisquer maus-tratos de que possam estar a ser alvo (DePanfilis & Girvin, 2005; DeRoma, Kessler, McDaniel, & Soto, 2006; English, Marshall, Coghlan, Brummel, & Orme, 2002). A investigação sugere a necessidade dos profissionais agirem de acordo com três diretrizes: (a) analisar as denúncias realizadas, (b) ponderar a medida mais adequada para cada situação específica e (c) selecionar os serviços apropriados para a família, tendo em vista o bem-estar do menor (Crea, 2010). É ainda importante não descurar a severidade dos maus-tratos e o risco de recorrência (Cross & Casanueva, 2009). Esta tomada de decisão implica, não raras vezes, a intervenção intrusiva no contexto familiar, o que tem consequências importantes não só para a vítima mas também para a sua família (Bilha Davidson-Arad & Benbenishty, 2008; Bilha Davidson-Arad, Englechin-Segal, & Wozner, 2003; Schwalbe, 2004; Slep & Heyman, 2006).

Em geral, a investigação refere que as decisões procuram tomar em consideração todos os contextos em que a vítima está inserida, com ponderação, não só da evidência física e psicológica dos maus-tratos, como também de informação sobre a família (Crea, 2010). Não é uma decisão linear, mas antes uma decisão altamente problemática e sujeita a enviesamentos. Estes resultam, em parte, da falta de clareza de linhas legislativas orientadoras mas também de informação, por vezes, incompleta e/ou incorreta quanto à ocorrência dos maus-tratos e à imprevisibilidade da sua re-ocorrência (Benbenishty et al., 2003; Gabbrill, 2005; Ibanez, Borrego, Pemberton, & Terao, 2006). A percepção da inevitabilidade destes dificuldades e enviesamentos pode limitar a confiança dos

técnicos nas suas próprias tomadas de decisão. Consequentemente, pode fazer aumentar a desconfiança do público em geral, que é ciclicamente confrontado, nos meios de comunicação social, com decisões que parecem ter-se revelado inadequadas e das quais advieram consequências trágicas (Baird & Wagner, 2000; Everson & Sandoval, 2011; Herman, 2005).

### Fatores importantes para a tomada de decisão

Existe um número considerável de fatores de risco potencialmente associados a situações de maus-tratos infantis. Estes fatores não se constituem, em si mesmos, como originadores diretos dos maus-tratos, pelo que devem ser considerados num processo avaliativo abrangente. O modelo ecológico desenvolvido por Bronfenbrenner (Bronfenbrenner, 1977) é essencial na avaliação por parte de profissionais das problemáticas infantis, e os casos de maus-tratos não se constituem exceção (CNPCJ, s.d). Derivado a alterações e adaptações próprias da especificação da área o Department of Health, Department of Education e Employment Home sugerem um modelo adaptado, apresentado na Figura 1, denominado Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção em Situações de Risco e de Perigo.

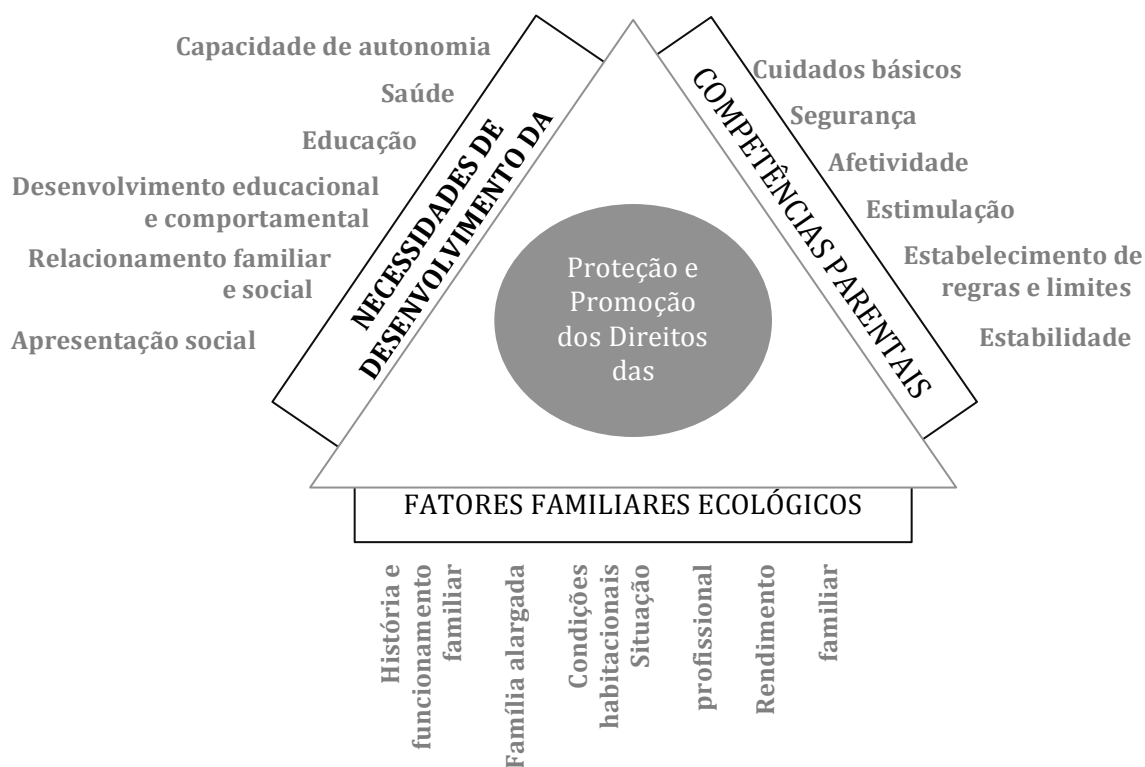


Figura 2.1. Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção em Situações de Risco e de Perigo.

[adaptado de Department of Health, Department for Education and Employment Home Office (2000)]

O processo de tomada de decisão é complexo e não assenta apenas em conhecimentos profissionais claros ou linhas orientadoras explícitas (Drury-Hudson, 1999). Fatores pessoais e situacionais podem influenciar a posição que cada profissional adota face a uma situação específica de maus-tratos (Wells et al., 2004).

Os fatores pessoais referem-se a todas as características do avaliador, que direta ou indiretamente, conscientemente ou não, podem afetar a sua decisão (Arruabarrena & De Paúl, 2012). A subjetividade, os valores e as crenças parecem ser fatores essenciais, pois estão presentes desde logo na interpretação individual do conceito “superior interesse da criança” (Ashton, 2001; Britner & Mossler, 2002; DeRoma et al., 2006; Long & Sephton, 2011). O sexo, a idade, as habilitações literárias, a profissão, a formação académica, a experiência e conhecimento profissionais têm sido também referidas como variáveis importantes na tomada de decisão (Ben-David, 2011a; Britner & Mossler, 2002; Cross & Casanueva, 2009; Davidson-Arad & Benbenishty, 2008, 2010; Gonçalves, 2007; Herman, 2005; Jent et al., 2011; Renninger, Veach & Bagdale, 2002).

Os fatores situacionais dizem respeito às características da família (maltratante), da criança ou jovem (vítima) e da situação específica de maus-tratos. No que concerne à família, o nível socioeconómico, o emprego precário, a má gestão da casa e a violência são referidos por alguns autores como fatores importantes no momento da tomada de decisão (Andersen & Fallesen, 2010; Ben-David, 2011a, 2011b; Bilha Davidson-Arad, 2001; King, Thatte, & Trocmé, 2003; White, 2006). Igualmente relevantes são o consumo de substâncias, as doenças físicas ou mentais limitadoras, a monoparentalidade e as relações familiares (e.g., relação entre progenitores e os filhos, entre os primeiros e os companheiros atuais ou anteriores e entre irmãos) (Ben-David, 2011b; Britner & Mossler, 2002; O. Christiansen & Anderssen, 2010; Bilha Davidson-Arad, 2001). O relacionamento da família com os serviços sociais, nomeadamente a colaboração, a disponibilidade para a mudança e a responsabilização, é também referido na literatura como um fator que influencia a decisão (Arruabarrena & De Paúl, 2012; Ben-David, 2011b; Davidson-Arad, 2001; Davidson-Arad & Benbenishty, 2010; Deroma et al., 2006; Gonçalves, 2007; Littell & Girvin, 2005; Platt, 2006).

Segundo alguns autores (e.g., Ben-David, 2011b; Britner & Mossler, 2002; Cross & Casanueva, 2009; Davidson-Arad, 2001; King et al., 2003), existem ainda características da vítima que podem estar relacionadas com os maus-tratos que lhe são infligidos, tais como a etnia, raça, sexo, idade, nível de desenvolvimento e capacidade de se defender. Estas características parecem afetar os juízos dos técnicos quanto à cronicidade e severidade (Arruabarrena & De Paúl, 2012; Bilha Davidson-Arad & Benbenishty, 2010; DePanfilis & Girvin, 2005), mas também relativamente aos indícios desses

mesmos maus-tratos (Ashton, 1999; Rossi, Schuerman, & Budde, 1999). Rossi e colaboradores (1999) consideram que o processo de tomada de decisão relativamente a menores é complexo, frequentemente inconsistente, e marcado por dois tipos de erros: retirada dos menores quando tal não se justifica e manutenção dos menores na família quando se justificaria a retirada.

### **Realidade europeia: Particularidades do sistema português**

É possível encontrar semelhanças entre os diferentes sistemas judiciais europeus, em particular no que respeita a situações de maus-tratos infantis. Em países como Portugal, Hungria e Suécia os profissionais devem fazer um relatório quando sinalizam um caso de maus-tratos. Na Alemanha e em Portugal, cada profissional (e.g., psicólogos e assistentes sociais) trabalha sobre diferentes orientações legislativas. Os sistemas alemão, húngaro, sueco, português e holandês possuem uma integração específica dos diferentes serviços disponíveis para a criança e a sua família (Mak & Steketee, 2012).

Segundo a legislação nacional, com vista a diminuir o risco presente no quotidiano dos menores, é importante que os profissionais ajam de acordo com um conjunto de princípios, estipulados: superior interesse da criança e do jovem, privacidade e intervenção precoce. É fulcral que a intervenção se inicie no momento em que é conhecida a situação de perigo e não prejudique a criança, protegendo a sua intimidade e vida privada (*Lei 147/ 99, 1 de setembro, 1999*).

Esta intervenção, e consequentes decisões, são realizadas apenas por profissionais e instituições especializadas na proteção de menores. Num primeiro nível, encontram-se as entidades com matéria em infância e juventude (ECMIJ), constituídas por diversos profissionais (e.g., psicólogos e assistentes sociais) (*Lei 147/ 99, 1 de setembro, 1999*; Perista & Silva, 2011). Estas entidades possuem uma ação transversal ao longo de todo o processo, assumindo a coordenação e monitorização do mesmo (Perista & Silva, 2011).

Quando as EMIJ não conseguem intervir de forma adequada para diminuir o risco de maus-tratos, é necessária a ação das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Estas, com a autorização dos pais ou do tutor legal, possuem o poder para decidir e aplicar as medidas de promoção e proteção. Quando a ação das primeiras instâncias não consegue alcançar o objectivo urge a participação dos tribunais que assumem a responsabilidade para com as crianças e jovens em questão (*Lei 147/ 99, 1 de setembro, 1999*).



## Finalidade do estudo

O presente estudo tem como objetivo compreender de que forma grupos de profissionais envolvidos em processos de proteção de menores (psicólogos, professores, educadores sociais e assistentes sociais) ponderam uma eventual retirada das crianças e jovens à família. Especificamente, pretende-se: (a) compreender a opinião dos participantes, tendo em conta a sua profissão e local de trabalho, relativamente aos profissionais envolvidos no processo de tomada de decisão específico de situações de maus-tratos físicos; (b) perceber a opinião dos profissionais, tendo em conta a sua profissão e local de trabalho, no que respeita aos serviços disponibilizados para os menores e para as suas famílias aquando de situações de maus-tratos físicos; (c) analisar a posição de diferentes profissionais, tendo em conta a sua profissão e local de trabalho, face a algumas características de situações de maus-tratos físicos; (d) verificar se a profissão dos participantes e o seu local de trabalho contribuem para o seu processo de tomada de decisão relativamente a medidas de proteção de menores em risco.

Apesar de, a nível internacional, existir uma produção significativa na área dos maus-tratos infantis e de existir igualmente alguns trabalhos sobre os processos de tomada de decisão por parte dos profissionais, em Portugal existem apenas estudos pontuais sobre esta questão. Não obstante das linhas orientadoras da tomada de decisão serem semelhantes em muitos países, há variações relativas à cultura, valores e princípios de cada sociedade, o que acentua a pertinência do estudo (Long & Sephton, 2011).

Apesar de em Portugal apenas os juizes deterem o poder legal no que respeita a tomada de decisão face situações de maus-tratos de menores, existem outros profissionais cujas percepções são relevantes para o desenrolar do processo. Estes profissionais, como psicólogos e assistentes sociais, convivem frequentemente com as crianças e as respectivas famílias pelo que as suas opiniões podem assumir-se como uma mais-valia aquando da tomada de decisão. É ainda de salientar que o modo como estes profissionais percepcionam os casos de maus-tratos influencia, em larga escala, o seu modo de agir a sua intervenção para com as crianças que foram alvo de maus-tratos. Neste sentido, é importante compreender como é que estes profissionais, que não possuem poder legal sob a tomada de decisão, ponderam sobre essa mesma decisão e como é que formam as suas percepções.

## Método

### Participantes

Inicialmente este estudo tinha como objetivo principal comparar a opinião de juizes e de outros profissionais relativamente a situações de maus-tratos. Contudo, a dificuldade encontrada em aceder a respostas de juizes traduziu-se num número de respostas muito reduzido ( $n = 2$ ), pelo que não foi possível considera-lo na amostra. Neste sentido, participaram neste estudo 68 sujeitos, representando três grupos profissionais envolvidos na proteção de menores: a) Psicólogos (34%); b) Educadores Sociais e Assistentes Sociais (41%); c) Professores (25%). Os participantes são voluntários, constituindo uma amostra não-probabilística. Os participantes exercem a sua profissão em quatro locais distintos: 42% em Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), 10% nas Autarquias, 27% nas IPSS e 21% em Escolas.

A amostra é composta essencialmente por elementos do sexo feminino (97%), com apenas 3% de respondentes do sexo masculino. A idade dos participantes varia entre os 24 e os 60 anos e média de idades é de 35.91 anos ( $DP = 8.59$ ). Oitenta e cinco por cento dos participantes possuem uma licenciatura, 13% um mestrado e apenas 2% são doutorados.

Existem diferenças significativas entre os grupos profissionais relativamente à idade,  $F(2, 65) = 12.37$ ,  $p < .001$ . Testes *post-hoc* de Gabriel revelaram que os Professores são mais velhos relativamente aos Psicólogos e aos Educadores Sociais e Assistentes Sociais. Os testes referidos revelaram ainda que os Psicólogos e os Educadores Sociais e Assistentes Sociais não apresentam diferenças significativas entre si relativamente à idade.

Ao nível das habilitações literárias, através do teste Kruakal-Wallis, verificaram-se diferenças significativas entre os diferentes profissionais,  $\chi^2(2) = 8.09$ ,  $p = .018$ . Testes de Mann-Whitney com correção de Bonferroni ( $.05/3 = .017$ ) revelaram que os Educadores Sociais e Assistentes Sociais possuem menos habilitações literárias que os Psicólogos e os Professores. Os mesmos testes *post-hoc* mostraram ainda não existir diferenças significativas entre os Psicólogos e os Professores.

### Instrumentos

Os dados foram recolhidos através da colocação na plataforma *online* "SurveyMonkey" de uma versão adaptada do "Professionals' decision making about out-of-home placements" (Britner & Mossler, 2002). Esta adaptação foi realizada com base na tradução do questionário para a realidade

portuguesa tendo em conta o enquadramento legal e os procedimentos do contexto nacional. Antes do instrumento adaptado ser colocado *online* foi submetido a dois *focus group* com profissionais da área.

Este questionário é constituído por quatro vinhetas com casos de maus-tratos físicos baseados em factos verídicos e adaptados da realidade portuguesa. Mais especificamente, cada vinheta descreve os maus-tratos físicos a um rapaz (com dois níveis para a idade da criança, 2 e 6 anos) perpetrados pelos progenitores. Foi solicitado que os participantes analisassem cada vinheta individualmente, respondendo a algumas questões.

Pretendeu-se compreender, através de uma questão aberta, quais os serviços que os participantes recomendariam relativamente às situações de maus-tratos (e.g., perícia médico-legal, escola). Procurou-se também analisar a importância atribuída a um conjunto de características específicas de situações de maus-tratos físicos, em que os participantes, a partir de uma escala de tipo *likert* de 7 pontos, indicavam a importância de características como, por exemplo, a gravidade do abuso, o risco de recorrência e a situação financeira da família. Através de uma lista com diferentes profissionais que, habitualmente, participam no processo de decisão tentou-se verificar que profissionais (e.g., polícia, professor) envolveriam numa eventual tomada de decisão sobre uma medida cautelar.

O questionário integrou ainda uma secção relativa a dados demográficos dos participantes. De seguida encontra-se uma das vinhetas incluídas no estudo que retrata a situação de uma criança de dois anos:

*“O António (nome fictício) é uma criança, de dois anos, proveniente de uma família nuclear (mãe e pai). A referência foi realizada por um médico do hospital. A criança tinha contusões nas nádegas e lacerações nas costas, aparentemente provocadas por um cinto ou por um chicote. É a primeira queixa formal à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ). A família não teve contactos prévios com os serviços sociais. O horário do pai é variável e raramente está em casa; recusa-se a ser entrevistado pelos profissionais da CPCJ, ordenando-lhes constantemente que se retirem. A mãe aparenta estar deprimida e esgotada; afirma que muitas vezes não consegue lidar com a criança nem com os problemas que esta lhe coloca.”*

Para controlar potenciais influências de fatores externos, Britner e Mossler (2002) mantiveram constante ao longo de todas as vinhetas o tipo de maus-tratos perpetrados (maus-tratos físico) e o tipo de família (família nuclear, pai e mãe). Características como a idade da criança (2 ou 6 anos) e o

padrão do abuso (abuso crónico ou primeiro abuso) variam, entre as quatro vinhetas, de forma sistemática. De referir que não existiu contra-balanceamento neste estudo, tendo os 4 casos sido apresentados sempre na mesma ordem.

## **Procedimentos**

Para este estudo a amostra foi recolhida a nível nacional, tendo-se adoptado diferentes métodos de abordagem aos participantes. Foi enviado um email de divulgação a dez diretores de instituições de acolhimento de menores e a trinta Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Convidaram-se ainda os alunos de um mestrado da área de promoção e proteção de menores da Universidade do Minho a responder ao questionário, bem como a divulgá-lo pelos seus contactos na área específica de maus-tratos infantis.

## **Análise de dados**

Os dados foram exportados para uma folha Excel. Posteriormente, foram realizadas análises utilizando Statistical Package for Social Sciences (SPSS; v. 19). Para os testes de significância, foi considerado o critério de  $p < .05$ .

Num primeiro momento, foi analisada a importância da participação dos diferentes profissionais ao longo do processo. Através da estatística descritiva foi possível compreender que profissionais são mais relevantes ao longo do processo. Foram ainda utilizados testes de associação (Qui-quadrado) para estudar possíveis associações entre os profissionais mais importantes e a profissão e local de trabalho dos participantes.

Devido à estrutura (aberta) da questão relativa aos serviços sugeridos para a criança e a família foi necessário classificar, consoante a natureza do serviço, as respostas dos participantes em três categorias diferentes: serviços de saúde, serviços sociais e de educação e serviços jurídicos/legais. Para tal realizou-se um acordo interjuizes: foram recrutados 8 juizes, membros de um grupo de investigação sobre problemáticas na infância que, de forma independente, classificaram as respostas dos participantes nas três categorias mencionadas.

Utilizou-se novamente a estatística descritiva e os testes de associação. Através da comparação entre grupos (profissão e local de trabalho) estudaram-se possíveis associações relativas aos serviços sugeridos e a profissão e o local de trabalho dos participantes.

Para facilitar as análises, criaram-se 4 grupos de fatores (abuso, criança, família e comunidade) com base na lista de 18 características específicas de situações de maus-tratos apresentadas aos participantes (Figura 2). A partir dos 4 grupos criados, recorreu-se à estatística inferencial (Kruakal-Wallis) para compreender quais as características mais importantes para os diferentes grupos.

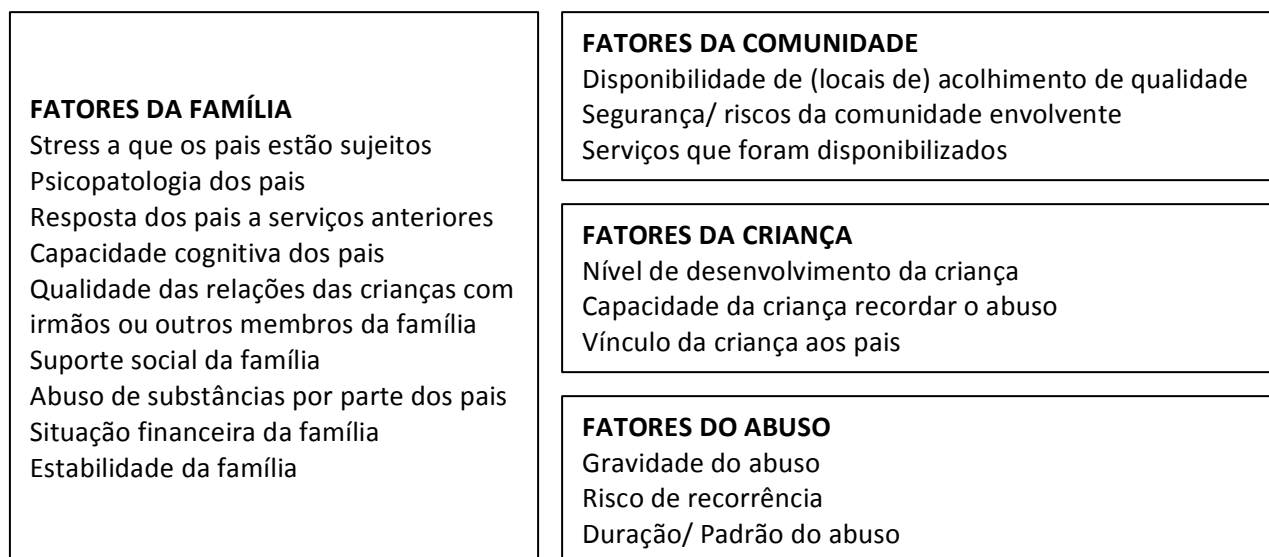


Figura 2.2. Grupos de características associadas a situações de maus-tratos físicos.

Análises de regressão linear múltipla foram utilizadas para estudar se a profissão e o local de trabalho influenciam a tomada de decisão aquando da atribuição da importância às características de abuso. Por forma a ser possível estudar esta relação, foi necessário recodificar as variáveis profissão e local de trabalho através do método *effect coding*.

## Resultados

### Envolvimentos de diferentes profissionais no processo de tomada de decisão

Os participantes consideraram que o gestor do processo da CPCJ (88.2%), os psicólogos clínicos (80.9%) e os serviços de perícia médico-legal (79.4%) são os profissionais mais importantes no desenvolvimento do processo de tomada de decisão. Os tutores legais (33.8%) e os polícias (38.2%) foram considerados os elementos cuja participação é menos necessária (Figura 3).

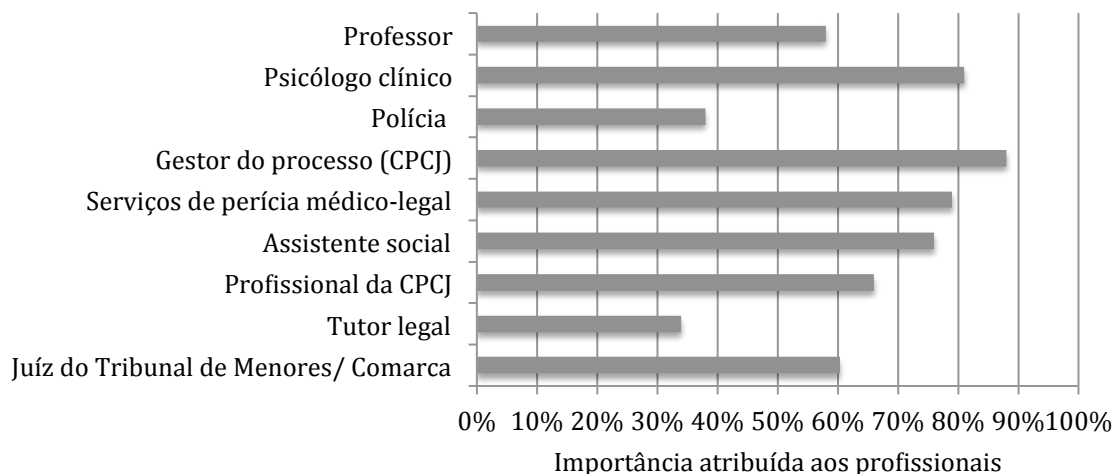


Figura 2.3. Importância atribuída aos diferentes profissionais.

**Profissão.** Num primeiro momento, foram realizados testes de associação Qui-quadrado para analisar a associação entre a profissão dos participantes e a importância do envolvimento de diferentes profissionais ao longo do processo. Verificou-se que existe uma associação entre a profissão dos participantes e a sua opinião face à importância do juiz do Tribunal de Menores ou do Tribunal da Comarca ao longo do processo de tomada de decisão,  $\chi^2(2) = 6.51, p = .04$ . Os Educadores Sociais e Assistentes Sociais (71.4%) e os Professores (70.6%) consideram importante a colaboração dos Juizes, enquanto apenas 39.1% dos Psicólogos da amostra atribuem importância à participação dos Juizes no processo. Relativamente à importância dos outros profissionais, testes Qui-quadrado não revelaram associações: tutor legal,  $\chi^2(2) = 3.00, p = .22$ ; profissional da CPCJ,  $\chi^2(2) = .65, p = .72$ ; assistente social,  $\chi^2(2) = .44, p = .80$ ; serviços de perícia médico-legal,  $\chi^2(2) = 1.51, p = .47$ ; gestor de processo da CPCJ,  $\chi^2(2) = 3.05, p = .22$ ; polícia,  $\chi^2(2) = 3.21, p = .11$ ; psicólogo clínico,  $\chi^2(2) = 3.21, p = .20$ ; professor,  $\chi^2(2) = .02, p = .99$ .

**Local de trabalho.** À semelhança do ponto anterior, foi analisada a associação do local de trabalho e da importância da participação de diferentes profissionais no processo. Testes de associação Qui-quadrado verificaram que existe uma associação entre a profissão dos participantes e a sua opinião face à importância do psicólogo clínico ao longo do processo de tomada de decisão,  $\chi^2(3) = 9.00, p = .03$ . Todos os participantes que trabalham em IPSS (100%) consideram importante a colaboração dos psicólogos clínicos, sendo que a maioria dos participantes que trabalham numa Escola ou numa Autarquia (85%) e numa CPCJ (65%) também consideram importante a participação destes profissionais.

Relativamente à importância dos outros profissionais, testes Qui-quadrado não revelaram associações significativas: juiz do Tribunal de Menores ou do Tribunal da Comarca,  $\chi^2(3) = 6.72$ ,  $p = .08$ ; tutor legal,  $\chi^2(3) = 2.25$ ,  $p = .52$ ; profissional da CPCJ,  $\chi^2(3) = 3.60$ ,  $p = .31$ ; assistente social,  $\chi^2(3) = 2.86$ ,  $p = .42$ ; serviços de perícia médico-legal,  $\chi^2(3) = 4.72$ ,  $p = .19$ ; gestor de processo da CPCJ,  $\chi^2(3) = 5.41$ ,  $p = .14$ ; polícia,  $\chi^2(3) = .65$ ,  $p = .09$ ; professor,  $\chi^2(3) = 5.82$ ,  $p = .12$ .

### Serviços sugeridos pelos participantes

Os participantes produziram 72 respostas relativamente aos serviços possíveis, das quais 55 eram diferentes. Estas respostas foram categorizadas de forma independente por oito juizes, tendo em conta três tipos de serviços possíveis (serviços de saúde, e.g., saúde mental; serviços sociais e de educação, e.g., assistência social; e serviços jurídicos/ legais, e.g., encaminhamento para o tribunal). De modo a analisar a fiabilidade do acordo na avaliação dos diferentes juizes, utilizou-se o kappa de Fleiss ( $k$ ), tendo-se verificado um elevado acordo ( $k = .954$ ) para o conjunto de respostas cotadas (Fleiss, 1981).

Os participantes consideram, com apenas 19.1% das respostas, que os Serviços Jurídicos/ Legais são os menos importantes no decorrer do processo. Os Serviços de Saúde (45,6%) foram indicados como os serviços mais relevantes, seguidos dos Serviços Sociais e de Educação (35,3%).

**Profissão.** Com vista a testar a associação entre a profissão dos participantes e a sugestão dos diferentes serviços foram realizados testes de associação de Qui-quadrado.

Estes mostraram que não existe associação significativa entre a profissão dos participantes e os serviços de saúde,  $\chi^2(2) = 2,61$ ,  $p = .27$  e os serviços sociais e de educação,  $\chi^2(2) = .79$ ,  $p = .67$ . No entanto, existe uma associação significativa entre a profissão e a sugestão dos serviços jurídicos/ legais,  $\chi^2(2) = 7.18$ ,  $p = .04$ . Mais especificamente, enquanto que 41% dos Professores atribuem importância a estes serviços, apenas 13% e 11% dos Psicólogos e Educadores Sociais e Assistente Sociais, respectivamente, consideram importantes os serviços da área jurídica. Não foram encontradas associações relativas aos serviços de saúde,  $\chi^2(2) = 2.61$ ,  $p = .27$ , e aos serviços sociais e educativos,  $\chi^2(2) = .79$ ,  $p = .67$ .

**Local de trabalho.** Procurou-se também testar uma possível associação entre o local onde os participantes trabalham e os serviços sugeridos através de testes de associação Qui-quadrado. Os testes mostraram que não existe uma associação entre o local de trabalho dos e os serviços sugeridos:

serviços de saúde,  $\chi^2(3) = 1.52$ ,  $p = .68$ ; serviços sociais e de educação,  $\chi^2(3) = .93$ ,  $p = .82$ ; serviços jurídicos/ legais,  $\chi^2(3) = 1.56$ ,  $p = .67$ .

### Valoração das características específicas em situações de maus-tratos físicos

Solicitou-se aos participantes que classificassem 18 características típicas de situações de maus-tratos físicos (e.g., gravidade do abuso, risco de recorrência, situação financeira da família) numa escala de tipo *likert*, sendo que 1 correspondia a “Nada importante” e 7 a “Muito Importante”. A “gravidade do abuso” ( $M = 6.85$ ;  $DP = .38$ ), o “risco de recorrência” ( $M = 6.72$ ;  $DP = .65$ ) e a “duração/ padrão do abuso” ( $M = 6.76$ ;  $DP = .59$ ) foram consideradas, pela generalidade dos participantes, como as características dos maus-tratos físicos mais relevantes para uma decisão de retirada de menores à família. No sentido oposto, a “situação financeira da família”, foi a menos valorada ( $M = 4.69$ ;  $DP = 1.17$ ) (Tabela 2.1).

Tabela 2.1. *Características Associadas a Situações de Maus-tratos Infantis*

Característica	<i>M</i>	<i>DP</i>
Gravidade do abuso	6.85	0.38
Risco de recorrência	6.72	0.65
Duração/ padrão do abuso	6.76	0.59
Stress a que os pais estão sujeitos	5.08	1.53
Psicopatologia dos pais	4.95	1.50
Resposta dos pais a serviços anteriores	6.18	1.03
Serviços que foram disponibilizados	5.54	1.37
Capacidade cognitiva dos pais	6.27	0.99
Qualidade das relações das crianças com irmãos ou outros membros da família	5.84	1.12
Nível de desenvolvimento da criança	5.13	1.66
Disponibilidade de (locais de) acolhimento de qualidade	5.79	1.20
Capacidade da criança recordar o abuso	5.44	1.53
Segurança/ riscos da comunidade envolvente	5.35	1.22
Suporte social da família	5.90	1.08
Estabilidade da família	5.52	1.38
Abuso de substâncias por parte dos pais	5.70	1.52
Vínculo da criança aos pais	5.42	1.61
Situação financeira da família	4.69	1.17

*Nota.* A escala de resposta varia entre 1 (“Nada Importante”) e 7 (“Extremamente Importante”)

É importante salientar que se observou uma tendência para a atribuição de valores de importância elevados para a maioria das características, sendo que os números 6 e 7 da escala de



*resposta* (“Muito Importante” e “Extremamente Importante”) foram selecionados em 65% das respostas.

Com vista a possibilitar a realização das análises que se seguem, as 18 características foram agrupadas em 4 categorias – abuso, criança, família e comunidade (ver Figura 2).

**Profissão.** Foram testadas as diferenças ao nível da valoração das características das situações de maus-tratos físicos, tendo em conta a profissão dos participantes. A partir de testes Kruskal-Wallis foi possível verificar que a profissão dos participantes não afecta significativamente a avaliação que estes fazem dos factores de abuso  $H(2) = 5.43, p = .07$ , dos factores da comunidade,  $H(2) = 4.70, p = .10$ , dos factores da criança,  $H(2) = 1.70, p = .44$ , nem dos factores da família,  $H(2) = 2.10, p = .35$ .

**Local de trabalho.** Realizaram-se testes Kruskal-Wallis com o objetivo de analisar as diferenças no modo como profissionais, com diferentes locais de trabalho (Autarquia, CPCJ, IPSS, Escola), avaliam os fatores em estudo. Não foram encontradas diferenças no modo como esses profissionais avaliamos fatores específicos de situações de maus-tratos [fatores da comunidade,  $H(3) = 6.84, p = .77$ ; fatores da criança,  $H(3) = 2.68, p = .44$ ; fatores da família,  $H(2) = 6.21, p = .10$ ], com exceção dos fatores relativos ao abuso [ $H(3) = 11.68, p = .01$ ].

Os testes *post-hoc* de Mann-Whitney com correção de Bonferroni ( $p < .008$ ), revelaram apenas diferenças entre participantes que trabalham em IPSS e participantes que trabalham nas CPCJ ( $U = 125.00, p = .01$ ). Mais especificamente, quem trabalha nas CPCJ considera os fatores caracterizadores dos maus-tratos físicos como menos importantes do que os profissionais que exercem em IPSS.

### **Preditores das características específicas em situações de maus-tratos físicos**

Com vista a compreender um possível efeito das variáveis profissão e local de trabalho na tomada de decisão relativamente à lista de características, foi conduzida uma análise de regressão múltipla. Inicialmente foi levada a cabo uma recodificação das variáveis profissão e local de trabalho com vista ser possível realizar a análise proposta. Para tal, foi utilizado o método *effect coding*.

Foram testados 4 modelos de regressão linear múltipla, um para cada um dos grupos de características de maus-tratos. Os modelos que consideraram individualmente os fatores da comunidade [ $R^2(A_j) = .64, F(5,62) = 1.92, p = .104, f^2 = .20$ ] os fatores da criança [ $R^2(A_j) = .01,$

$F(5,62) = 1.02, p = .41, f^2 = .08]$  e os fatores da família [ $R^2(A_j) = .68, F(5,62) = 1.98, p = .09, f^2 = .16]$  não se verificaram como modelos explicativos dos dados.

Apenas o modelo de regressão que incluí os fatores caracterizadores do abuso é estatisticamente significativo,  $R^2(A_j) = .11, F(5,62) = 2.63, p = .03, f^2 = .21$  explicando 17.5% da variância. A profissão e o local de trabalho revelaram-se predictores significativos da importância atribuída aos fatores caracterizadores do abuso, sendo que profissionais que exercem numa autarquia atribuem uma importância reduzida aos fatores referidos,  $\beta = -.35, t = -2.34, p = .02$ . Por outro lado, os professores atribuem muita importância aos fatores mencionados aquando da tomada de decisão,  $\beta = .30, t = 2.01, p = .05$ .

## Discussão

O presente estudo abrange a tomada de decisão de profissionais em situações específicas de maus-tratos infantis. Foram estudadas as percepções dos participantes face aos serviços disponibilizados para a criança e para a família e também sobre a importância da envolvimento de determinados profissionais no processo. Por serem um constructo tão complexo, os maus-tratos infantis possuem vários fatores que lhe são característicos. Também foram estudadas as opiniões dos profissionais face aos fatores específicos destas situações.

O facto de no estudo 65% das características dos maus-tratos serem consideradas como “extremamente importantes” ou “muito importantes” parece evidenciar a complexidade do processo de tomada de decisão na retirada de menores à família, já referenciada por estudos anteriores (e.g., Britner e Mossler, 2002; Cleaver & Walker, 2004). Para além da percepção da complexidade da tarefa, os participantes poderão igualmente considerar a tarefa como de elevada responsabilidade, pelo que tenderão a considerar como indispensável a cuidadosa ponderação de múltiplos fatores, procurando assim diminuir a margem de erro.

Por outro lado, e ao contrário dos resultados encontrados por outros autores (Andersen & Fallesen, 2010; Ben-David, 2011a, 2011b; Bilha Davidson-Arad, 2001; King et al., 2003; White, 2006), os participantes no estudo não consideram o nível socioeconómico (NSE), inquirido como situação financeira a família, como um fator relevante para a tomada decisão. A desejabilidade social e a necessidade de os participantes se demarcarem de qualquer opção que pudesse ser encarada como discriminatória, poderão ser algumas das razões que conduziram a este resultado inesperado. Por outro lado, se é verdade que as situações de maus-tratos são transversais a todos os estratos sociais,

a grande maioria dos menores acolhidos provem dos estratos sociais mais desfavorecidas (Alberto, 2002). Eventualmente, os participantes ajuízam que maus-tratos são sempre maus-tratos independentemente do NSE, apesar deste ser, generalizadamente, considerado um fator de risco para a continuação dos maus-tratos.

Outro resultado importante prende-se com a relevância atribuída pelos participantes ao risco de recorrência do abuso. A impossibilidade de prever futuros maus-tratos é referida na literatura como um fator que influencia em larga escala a tomada de decisão, tornando-a complexa e susceptível a enviesamentos (e.g., Benbenishty et al., 2003; Gambrell, 2005). Porventura, existirão estratégias (não exploradas neste estudo) utilizadas pelos profissionais para predizer a ocorrência (ou não) de maus-tratos futuros. Independentemente do sentido em que os participantes relevam ou perspectivam a possibilidade de recorrência do abuso, os resultados sugerem que quer a recorrência comprovada quer a possível recorrência de abusos constituem fatores percebidos como muito relevantes para a tomada de decisão de retirada dos menores.

A classificação, por parte dos participantes, da gravidade, padrão e duração do abuso como características classificadas “muito importantes” é consistente com outros estudos (Crea, 2010; Cross & Casanueva, 2009; Molina, 2010; Trocmé, Knoke, Fallon, & MacLaurin, 2009). Aparentemente, quando os maus-tratos infantis são percebidos com um nível de severidade elevado, é mais provável que a criança seja retirada à família (DeRoma et al., 2005). O padrão e duração do abuso também é, aparentemente, uma característica com um impacto significativo na decisão dos profissionais (Britner & Mossler, 2002; DePanfilis & Girvin, 2005; Dettlaff et al., 2011).

É ainda importante destacar a diferença entre os participantes que exercem numa CPCJ e numa IPSS, ao nível das características dos maus-tratos. A literatura não aponta nenhuma explicação para o facto dos participantes que exercem numa CPCJ atribuírem menos importância aos fatores dos maus-tratos do que aqueles que trabalham numa IPSS. Eventualmente, o contexto de trabalho poderá pesar no momento da tomada de decisão, em que os profissionais se apoiam em experiências e casos com os quais contactaram dentro do contexto laboral.

No que respeita à profissão e ao local de trabalho dos participantes, quando considerados em conjunto (estudo preditivo), são indicadores que explicam uma parte da tomada de decisão, apenas no que respeita aos fatores do abuso (risco de recorrência, duração/ padrão e gravidade do abuso). Este resultado corrobora conclusões de outros estudos (e.g., Lopes & Fernandes, 2009) que têm evidenciado que o tipo de formação inicial é relevante para as práticas profissionais mas que o contexto tem igualmente algum impacto. É provável que a maior ou menor ponderação comparada

destes fatores seja muito específica das situações em estudo, o que justificará que, no caso particular do estudo, a decisão sobre os fatores de maus-tratos seja, em parte, explicada pela profissão e local de trabalho dos participantes e nas restantes categorias os indicadores não sejam significativos.

Os resultados evidenciam ainda que existe consistência entre os serviços recomendados e os profissionais considerados como necessários ao desenrolar do processo. Os participantes referenciaram os serviços de saúde como os mais importantes nas situações de maus-tratos, bem como os profissionais de perícia médico-legal e os psicólogos. Estes resultados são idênticos aos encontrados por outros autores (e.g., Britner e Mossler, 2002). De salientar o facto de os psicólogos atribuírem uma importância reduzida aos serviços jurídicos e legais, o que pode dever-se em parte ao método de constituição (não aleatória) da amostra, que não garantiu que todos os participantes da área de psicologia tivessem experiência em situações de maus-tratos.

Os tutores legais e os polícias foram considerados como os profissionais menos indispensáveis ao processo de tomada de decisão. Os profissionais de segurança pública, embora tenham um papel crucial na articulação e no reconhecimento de situações problemáticas, agem em geral em momentos pontuais e essencialmente na fase inicial do processo (Magalhães, 2005), o que poderá contribuir para a relativização da sua importância face a outros profissionais. Dependendo do grau de conhecimento sobre o processo conduzido por uma equipa multidisciplinar, os profissionais podem encarar os polícias como aqueles que se limitam a repor a ordem a mando de terceiros e cujo papel poderá ser, por isso, mesmo menos valorizado.

No que diz respeito aos tutores legais, modelos recentes sobre a tomada de decisão em equipa defendem a participação da família (tutor legal) na tomada de decisão com vista a fortalecer as relações familiares e a aumentar a estabilidade e o apoio emocional dos progenitores (Abramson-Madden, Crampton, Crea, & Usher, 2008; M. Connolly & Morris, 2012; Bilha Davidson-Arad & Benbenishty, 2008; Gunderson, Cahn, & Wirth, 2003). Os participantes não parecem, contudo, adoptar esta perspectiva. Eventualmente porque o modelo instituído em Portugal, em que a família nem sempre assume um papel ativo no processo, apresenta características diferentes das de outros países.

De salientar a importância que o gestor do processo da CJCP aparentemente possui, tendo sido indicado por 88,2% dos participantes como o profissional mais importante ao longo do processo. Com responsabilidades como a recolha e gestão de informações, realização de diligências e monitorização da intervenção, o seu acompanhamento ao longo de todo o processo é essencial (*Boas*

*Práticas na Intervenção Social*, 2012). No entanto, apesar do seu papel ativo (Silva, 2009), a sua participação não tem sido alvo de muitos estudos.

## **Limitações**

A generalização dos resultados encontrados neste estudo está limitada pela amostra e metodologia utilizadas. A opção de colocar o questionário numa plataforma *online* acarretou algumas consequências, particularmente no que respeita ao preenchimento completo do mesmo, tendo-se verificado um decréscimo acentuado de respostas ao longo do questionário. No que respeita aos participantes a variedade de profissões ficou um pouco aquém das expectativas.

A validade dos resultados pode ainda ser afectada pela utilização de vinhetas com casos hipotéticos, a qual implica um distanciamento face à realidade (Portwood, 1998), uma vez que a informação disponibilizada não inclui toda a informação a que os profissionais podem ter acesso numa situação real (Ibanez et al., 2006; Jent et al., 2011). Deste modo, os resultados terão que ser interpretados com cautela. Por outro lado, as situações apresentadas aos participantes retratam apenas casos de maus-tratos físicos, pelo que qualquer conclusão terá que ficar limitada a este tipo de maus-tratos.

Além disso, a amostra utilizada pode não representar a realidade nacional específica de profissionais que se dedicam a este tipo de situações. Na verdade, não está garantido que todos os profissionais constituintes da amostra possuam experiência em situações de maus-tratos-infantis. Deste modo, os resultados podem estar, em parte, enviesados não representando um retrato fidedigno da realidade.

Por fim, a apresentação dos casos em vinhetas não seguiu o modelo adotado por Britner e Mossler (2002), os quais apresentam os casos aleatoriamente, eliminando deste modo o fator do cansaço do participante. Neste estudo, a ordem de apresentação dos casos foi sempre a mesma, não existindo contrabalanceamento.

## **Implicações práticas e estudos futuros**

A nível prático, a pertinência do estudo prende-se com a possibilidade de, através de uma melhor compreensão do processo, facilitar a tomada de decisão. A agilização destes processos de promoção e proteção e consequente decisão é crucial para o seu sucesso. Compreender de que modo os profissionais de primeira linha perspectivam as situações de maus-tratos permite facilitar a interação entre entidades e famílias. Com os recursos geralmente insuficientes e o tempo sempre

escasso urge a necessidade de se intervir de forma objectiva e direccionada, o que só é possível se tivermos conhecimento do desenrolar do processo.

A inclusão de profissionais na área de justiça neste tipo de estudos é uma mais-valia. Os tribunais, especificamente, os juízes detêm o poder legal sob os processos de promoção e proteção de menores, sendo, em último recurso, quem se responsabiliza pelas crianças e jovens (*Lei 147/ 99, 1 de setembro, 1999*). Neste sentido, e por se constituírem uma categoria profissional importante no processo de tomada de decisão, seria interessante perceber qual a posição dos juízes face a casos de maus-tratos.

Seria igualmente interessante compreender de que modo fatores demográficos como o sexo e as habilitações literárias podem afectar estas tomadas de decisão. A reduzida variabilidade da amostra do presente estudo não permitiu averiguar este tipo de relação. No entanto, será importante em futuras investigações abordar este tipo de variáveis.

As características que foram estudadas no presente estudos foram baseadas no estudo de Britner e Mossler (2002), ou seja, são características baseadas em investigação. Será que na realidade nacional também as características aqui utilizadas serão as mais frequentes? Através, por exemplo, da consulta de processos poderá ser possível compreender quais os fatores das situações de maus-tratos em que se baseia a decisão real.

### Referências Bibliográficas

- Abramson-Madden, A., Crampton, D. S., Crea, T. M., & Usher, C. L. (2008). Variability in the implementation of team decisionmaking (TDM): Scope and compliance with the family to family practice model. *Children and Youth Services Review, 30*, 1221–1232. doi: 10.1016/j.chilyouth.2008.03.007
- Alberto, I. M. (2002). Como pássaros em gaiolas? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In C. Machado, & R. A. Gonçalves (Eds.), *Violência e vítimas de crimes - Crianças* (pp. 13–36). Coimbra: Quarteto Editora.
- Andersen, S. H., & Fallesen, P. (2010). A question on class: On the heterogeneous relationship between background characteristics and a child's placement risk. *Children and Youth Services Review, 32*, 783–789. doi: 10.1016/j.chilyouth.2009.10.003
- Arruabarrena, I., & De Paúl, J. (2012). Improving accuracy and consistency in child maltreatment

- severity assessment in child protection services in Spain: New set of criteria to help caseworkers in substantiation decisions. *Children and Youth Services Review*, 34, 666–674. doi: 10.1016/j.chilyouth.2011.12.011
- Ashton, V. (1999). Worker judgements of seriousness about and reporting of suspected child maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 23, 539–548. doi: 10.1016/S0145-2134(99)00032-0
- Ashton, V. (2001). The relationship between attitudes toward corporal punishment and the perception and reporting of child maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 25, 389–399. doi: 10.1016/S0145-2134(00)00258-1
- Baird, C., & Wagner, D. (2000). The relative validity of actuarial- and consensus-based risk assessment systems. *Children and Youth Services Review*, 22, 839–871. doi: 10.1016/S0190-7409(00)00122-5
- Ben-David, V. (2011a). Judicial bias in adjudicating the adoption of minors in Israel. *Children and Youth Services Review*, 33, 195–203. doi: 10.1016/j.chilyouth.2010.09.003
- Ben-David, V. (2011b). Social information in court decisions of compulsory child adoption in Israel. *Child & Youth Care Forum*, 40, 233–249. doi: 10.1007/s10566-010-9133-3
- Benbenishty, R., Osmo, R., & Gold, N. (2003). Rationales provided for risk assessments and for recommended interventions in child protection: A comparison between Canadian and Israeli professionals. *British Journal of Social Work*, 33, 137–155. doi: 10.1093/bjsw/33.2.137
- Boas Práticas na Intervenção Social*. (2012). Aveiro.
- Britner, P., & Mossler, D. (2002). Professionals' decision-making about out-of-home placements following instances of child abuse. *Child Abuse & Neglect*, 26(4), 317–32.
- Brofenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, 32, 513–531. doi: 10.1037/0003-066X.32.7.513
- Christiansen, O., & Anderssen, N. (2010). From concerned to convinced: Reaching decisions about out-of-home care in norwegian child welfare services. *Child & Family Social Work*, 15, 31–40. doi: 10.1111/j.1365-2206.2009.00635.x
- Cleaver, H., & Walker, S. (2004). From policy to practice: The implementation of a new framework for social work assessments of children and families. *Child & Family Social Work*, 9, 81–90. doi: 10.1111/j.1365-2206.2004.00314.x
- CNPCJ. (2011). *Promoção e protecção dos direitos das crianças: Guia de orientações para os profissionais da acção social na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo*. Lisboa.

- Connolly, M., & Morris, K. (2012). Family decision making in child welfare: Challenges in developing a knowledge base for practice. *Child Abuse Review, 21*, 41–52. doi: 10.1002/car.1143
- Crea, T. M. (2010). Balanced decision making in child welfare: Structured processes informed by multiple perspectives. *Administration in Social Work, 34*, 196–212. doi: 10.1080/03643101003609529
- Cross, T. P., & Casanueva, C. (2009). Caseworkers judgments and substantiation. *Child Maltreatment, 14*, 38–52. doi: 10.1177/1077559508318400
- Davidson-Arad, B. (2001). Parental features and quality of life in the decision to remove children at risk from home. *Child Abuse & Neglect, 25*(1), 47–64.
- Davidson-Arad, B., & Benbenishty, R. (2008). The role of workers' attitudes and parent and child wishes in child protection workers' assessments and recommendation regarding removal and reunification. *Children and Youth Services Review, 30*, 107–121. doi: 10.1016/j.chilyouth.2007.07.003
- Davidson-Arad, B., & Benbenishty, R. (2010). Contribution of child protection workers' attitudes to their risk assessments and intervention recommendations: A study in Israel. *Health & Social Care in the Community, 18*, 1–9. doi: 10.1111/j.1365-2524.2009.00868.x
- Davidson-Arad, B., Englechin-Segal, D., & Wozner, Y. (2003). Short-term follow-up of children at risk: Comparison of the quality of life of children removed from home and children remaining at home. *Child Abuse & Neglect, 27*, 733–750. doi: 10.1016/S0145-2134(03)00113-3
- DePanfilis, D., & Girvin, H. (2005). Investigating child maltreatment in out-of-home care: Barriers to effective decision-making. *Children and Youth Services Review, 27*, 353–374. doi: 10.1016/j.chilyouth.2004.11.010
- DeRoma, V., Bingley, C., Kessler, M. L., & Merino, C. (2005). Unacceptable risk factors in child maltreatment: Formulations from caseworkers. *Internacional Journal of Behavioral Consultation and Therapy, 1*(2), 114–123.
- DeRoma, V. M., Kessler, M. L., McDaniel, R., & Soto, C. M. (2006). Important risk factors in home-removal decisions: Social caseworker perceptions. *Child and Adolescent Social Work Journal, 23*, 263–277. doi: 10.1007/s10560-006-0047-8
- Dettlaff, A. J., Rivaux, S. L., Baumann, D. J., Fluke, J. D., Rycraft, J. R., & James, J. (2011). Disentangling substantiation: The influence of race, income, and risk on the substantiation decision in child welfare. *Children and Youth Services Review, 33*, 1630–1637. doi: 10.1016/j.chilyouth.2011.04.005



- Drury-Hudson, J. (1999). Decision-making in child protection: The use of theoretical, empirical and procedural knowledge by novices and experts and implications for fieldwork placement. *British Journal of Social Work*, 29(1), 147–169.
- English, D. J., Marshall, D. B., Coghlan, L., Brummel, S., & Orme, M. (2002). Causes and consequences of the substantiation decision in Washington state child protective services. *Children and Youth Services Review*, 24, 817–851. doi: 10.1016/S0190-7409(02)00241-4
- Everson, M. D., & Sandoval, J. M. (2011). Forensic child sexual abuse evaluations: assessing subjectivity and bias in professional judgements. *Child Abuse & Neglect*, 35, 287–298. doi: 10.1016/j.chiabu.2011.01.001
- Gambrill, E. D. (2005). Decision making in child welfare: errors and their context. *Children and Youth Services Review*, 27, 347–352. doi: 10.1016/j.chilyouth.2004.12.005
- Gambrill, E. D. (2011). Evidence-based practice and the ethics of discretion. *Journal of Social Work*, 11, 26–48. doi: 10.1177/1468017310381306
- Gonçalves, C. (2007). *Avaliação e intervenção com famílias multiproblemáticas: Um olhar sobre os profissionais*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Gunderson, K., Cahn, K., & Wirth, J. (2003). The Washington State long-term outcome study. *Protecting Children*, 18(1), 42–47.
- Herman, S. (2005). Improving decision making in forensic child sexual abuse evaluations. *Law and Human Behavior*, 29, 87–120. doi: 10.1007/s10979-005-1400-8
- Ibanez, E. S., Borrego, J., Pemberton, J. R., & Terao, S. (2006). Cultural factors in decision-making about child physical abuse: Identifying reporter characteristics influencing reporting tendencies. *Child Abuse & Neglect*, 30, 1365–79. doi: 10.1016/j.chiabu.2006.06.007
- Jent, J. F., Eaton, C. K., Knickerbocker, L., Lambert, W. F., Merrick, M. T., & Dandes, S. K. (2011). Multidisciplinary child protection decision making about physical abuse: Determining substantiation thresholds and biases. *Children and Youth Services Review*, 33, 1673–1682. doi: 10.1016/j.chilyouth.2011.04.029
- King, G., Thatte, N., & Trocmé, N. (2003). Substantiation as a multitier process: The results of a NIS-3 analysis. *Child Maltreatment*, 8(3), 173–182.
- Lei 147/ 99, 1 de setembro. Diário da República (1999). Portugal.
- Littell, J. H., & Girvin, H. (2005). Caregivers' readiness for change: Predictive validity in a child welfare sample. *Child Abuse & Neglect*, 29, 59–80. doi: 10.1016/j.chiabu.2004.08.004

- Long, M., & Sephton, R. (2011). Rethinking the “best interests” of the child: Voices from aboriginal child and family welfare practitioners. *Australian Social Work, 64*, 96–112. doi: 10.1080/0312407X.2010.535544
- Lopes, J., & Fernandes, P. (2009). Emergent literacy beliefs in preschool and kindergarten contexts. *L1 - Educational Studies in Language and Literature, 9*, 5–26.
- Magalhães, T. (2005). *Maus tratos em crianças e jovens*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Mak, J., & Steketee, M. (2012). *Prevent and Combat Child Abuse and Neglect*.
- Molina, A. (2010). *La toma de decisiones profesionales en la protección de menores*. Comunicação oral no X Congreso Estatal sobre Infancia Maltratada, Sevilha, Espanha.
- Munro, E. (2010). Learning to reduce risk in child protection. *British Journal of Social Work, 40*, 1135–1151. doi: 10.1093/bjsw/bcq024
- Perista, P., & Silva, M. (2011). *Combating child abuse and neglect in Portugal*.
- Platt, D. (2006). Threshold decisions: How social workers prioritize referrals of child concern. *Child Abuse Review, 15*, 4–18. doi: 10.1002/car.929
- Portwood, S. G. (1998). The impact of individuals’ characteristics and experiences on their definitions of child maltreatment. *Child Abuse & Neglect, 22*, 437–452. doi: 10.1016/S0145-2134(98)00008-8
- Renninger, S. M., Veach, P. M., & Bagdale, P. (2002). Psychologists’ knowledge, opinions, and decision-making processes regarding child abuse and neglect reporting laws. *Professional Psychology: Research and Practice, 33*, 19-23. doi: 10.1037/0735-7028.33.1.19
- Rossi, P. H., Schuerman, J., & Budde, S. (1999). Understanding decisions about child maltreatment. *Evaluation Review, 23*(6), 579–598.
- Schwalbe, C. S. (2004). Re-visioning risk assessment for human service decision making. *Children and Youth Services Review, 26*, 561–573. doi: 10.1016/j.childyouth.2004.02.011
- Silva, A. (2009). *Discursos sobre o papel do Professor na CPCJ* (Tese de Mestrado não publicada). Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior.
- Slep, A. M. S., & Heyman, R. E. (2006). Creating and field-testing child maltreatment definitions: Improving the reliability of substantiation determinations. *Child Maltreatment, 11*, 397–408. doi: 10.1177/1077559506288878
- Trocmé, N., Knoke, D., Fallon, B., & MacLaurin, B. (2009). Differentiating between substantiated, suspected, and unsubstantiated maltreatment in Canada. *Child Maltreatment, 14*, 4–16. doi: 10.1177/1077559508318393

- Wells, S. J., Lyons, P., Doueck, H. J., Brown, C. H., & Thomas, J. (2004). Ecological factors and screening in child protective services. *Children and Youth Services Review, 26*, 981–997. doi: 10.1016/j.chilyouth.2004.05.002
- White, C. (2006). Federally mandated destruction of the black family: The adoption and safe family act. *Northwestern Journal of Law and Social Policy, 1*(1), 303–337.
- Yoo, J., & Brooks, D. (2005). The role of organizational variables in predicting service effectiveness: An analysis of a multilevel model. *Research on Social Work Practice, 15*, 267–277. doi: 10.1177/1049731505275868



## CAPÍTULO 3.

---

# Decision making about child abuse situations: Laypeople vs. Law students<sup>3</sup>

---

### Abstract

Decision making on child abuse situations is particularly complex. Studies show heterogeneous and inconclusive results regarding the impact of experience on the decision making process. In this study we analyze how people decide about child abuse situations. We used vignette cases to verify if there are differences between people with academic experience on the judicial field (law students) and laypeople on three features: i) the decision of removing or not the child from home; ii) the confidence on the decision made (post-decision confidence); iii) the rating of some characteristics specific of abuse situations. In general, no differences were found on the decision itself, contrasting to post decision confidence and ranking task.

Keywords:

Decision making; Laypeople; Law students; Child abuse

---

<sup>3</sup> Manuscript submitted to Behavioral Sciences & the Law (2016).



## Introduction

### Decision making in situations of suspected child abuse

Over the last three decades efforts have been made to protect vulnerable children, specifically through the United Nations Convention on the Rights of the Child (Fakunmoju et al., 2013). “The best interest of the child” is the golden rule established by the convention regarding the judgments and decisions about child abuse (Benbenishty et al., 2015; United Nations, 1989). Once children are considered at risk and enter into the welfare system, decisions are made on the basis of the possible impact they can have on children’s future and on children’s well-being (Dettlaff, Graham, Holzman, Baumann, & Fluke, 2015; Kwaadsteniet, Bartelink, Witteman, Berge, & Yperen, 2013). Ideally these decisions would be made based on clear and solid rationales (Dettlaff, Christopher Graham, et al., 2015; Kwaadsteniet et al., 2013). However, these decisions are often complex (Britner & Mossler, 2002).

Theoretically, decisions could be made in two directions: To remove the children at risk or to keep them in their homes. However these decisions are not straightforward (Benbenishty et al., 2015). Actually the decision-making process includes resolutions about, for example, keeping or removing abused children from home, and the possibility of reunifying them with their biological family (Benbenishty et al., 2015; Dettlaff, Christopher Graham, et al., 2015).

To make the final decision about the safety of the child and, for example, the support for the family, there are a number of factors (e.g., type of abuse, recurrence) to weight and consider. Also, professionals need to analyze reports and deliberate over a great number of services (Crea, 2010; Dettlaff et al., 2011; Gambrell, 2005; Stokes, 2009). Moreover, every situation has its own specifications: Despite functions and circumstances similar to every child abuse situations, differences usually emerge (e.g., twists on the process) (Squires, 2005). Squires (2005) named this phenomena “repetition-with-variations”, and suggested that the decision makers must evaluate each case individually, addressing its particularities.

These critical decisions about child protection are often made under difficult and challenging conditions embedded on an environment of uncertainty (Crea, 2010b; Dettlaff, Christopher Graham, et al., 2015). Three major challenges emerged from the beginning of the decision-making process: i) the guidelines to make decisions are often vague; ii) the concepts of risk and safety are poorly defined; and iii) the information available is often partial and inconsistent (Dettlaff, Christopher Graham, et al., 2015; Kwaadsteniet et al., 2013; Rycus & Hughes, 2008). Also, the whole process is frequently conducted

under severe time pressure constrains and poor resources (Dettlaff, Christopher Graham, et al., 2015; Kwaadsteniet et al., 2013; Tsaoussi & Zervogianni, 2010). These factors, along with the fact that none of the available options is ideal or flawless, result in an environment vulnerable to error (Dettlaff, Christopher Graham, et al., 2015; Kwaadsteniet et al., 2013). Also, decisions may be biased by personal experiences and subjective preferences (Arad-Davidzon & Benbenishty, 2008; Guthrie, Rachlinski, & Wistrich, 2001; Tsaoussi & Zervogianni, 2010).

### **Experts versus laypersons decision making**

The decision making research has studied the differences between the decision making of experts and laypersons in a variety of contexts (e.g., clinical, legal, social) (e.g., Finnilä, Santtila, Mattila, & Niemi, 2012; Grøndahl, Grønnerød, & Sexton, 2011; Kim & Penrod, 2010; Osmo & Benbenishty, 2004; Pelisoli, Herman, & Dell'Aglio, 2015). Although common sense tells us that trained and experienced professionals may think and therefore decide differently from those without expertise on the field, research findings are inconclusive on this issue (Osmo & Benbenishty, 2004).

Grøndahl, Grønnerød and Sexton (2009), for instance, compared forensic psychiatric experts and laypersons decisions when rating case vignettes based on three variables: insanity by legal terms, risk of repeated offenses and need for treatment. The authors consider that differences between the two groups rely mainly on the information encoding process, on the strategy of information searching and on the representation of tasks (Grøndahl et al., 2009). Moreover, research suggests that less experienced individuals have more difficulty in developing and using intuition (Cash, 2001; Munro, 1999; Peters, 2001). Experienced professionals seem to be more sensitive to case variations (Kim & Penrod, 2010). Benbenishty, Segev and Surkis (2012) report that professionals (particularly judges) with no social work experience differ from those who had training in the field. Risk assessment, recommendations of out-of-home placement and valuing information about physical abuse got lower values when the judges had experience and training. Other authors (e.g., Kivlighan & Quigley, 1991; O'Byrne & Goodyear, 1997) suggested that experienced professionals, in particular counselors, differ from the novice in some cognitive dimensions. Experts show broader knowledge structures and better domain-specific and short- and long-term memory. Experts also tend to deal more efficiently with time, generate more concepts and have higher quality of cognitive schemata about case information (Spengler et al., 2009).

However, some studies found no differences between experts and laypersons judgments (Finnilä-Tuohimaa, Santtila, Sainio, Niemi, & Sandnabba, 2009; Osmo & Benbenishty, 2004; Sullivan,



Whitehead, Leschied, Chiodo, & Hurley, 2008; Wiener, Voss, Winter, & Arnot, 2005). As Finnilä and colleagues (2012) suggested on their review, experience appears to have (almost) no effect on the decision-making process, specifically on the clinical field. For example, Sullivan and colleagues (2008) found no evidence for the differences on rating risk and probability to remove children from home between experts and novices, which defies common sense. Grøndahl and colleagues (2011) concluded that, at least on clinical judgments, experts and laypersons show no significant differences.

### **Factors that may affect the decision-making process**

The assessment of risk in child abuse is often followed by a judgment about the most suitable and favorable decision for the child. The decision will be somehow straightforward when the risk for the child is imminent or when there are no plausible reasons to even consider the removal (Knorth, 1998; Munro, 2008). However, the majority of situations are not that simple and clear. Most of the cases are on a gray area where there is no well-defined path (Benbenishty et al., 2015) and the complexity and variability of human behavior have to be considered (Taylor & White, 2001). Also, it often evolves several external and internal influences (Dickert et al., 2012; English & Soder, 2009; Milburn & Billings, 1976; Roets & Hiel, 2011).

**Socioeconomic status.** Poverty, low family income and economy/ financial problems are concepts often used on the literature to refer to the socioeconomic status (SES) (see Bhatti-Sinclair & Sutcliffe, 2012; Christiansen & Anderssen, 2010; Dettlaff et al., 2011; Drake et al., 2011; Horwitz, Hurlburt, Cohen, Zhang, & Landsverk, 2011; Knott & Donovan, 2010; Sieracki, Fuller, Leon, Jhe Bai, & Bryant, 2015; Stokes & Schmidt, 2011).

Many studies that considered the SES on decision-making processes about child abuse focused on the association between SES and the risk of out-of-home placement. Results showed that a low SES can be interpreted as a risk factor for out-of-home placement (e.g., Bhatti-Sinclair & Sutcliffe, 2012; Drake et al., 2011; Horwitz et al., 2011). On their review on factors leading to out-of-home placement, Bhatti-Sinclair and Sutcliffe (2012) verified that a low-income represented a risk factor of placement (when the child was abused or receiving service at home).

On her early study about factors affecting placement decisions, Lindsey (1991) found that the SES of the biological family predicted out-of-home placement decisions. On other study, Knott and Donovan (2010) reported that children from low SES had higher odds (78%) to be removed from their biological family than children whose families had no financial problems.

SES can also be interpreted to the light of parents' capability and child protection. Higher SES appear to be perceived as a protective factor for child out-of-home placement, once low-income parents can be thought as unable to provide an adequate and secure environment to their children (Ø. Christiansen & Anderssen, 2010; Horwitz et al., 2011).

**Type of abuse.** The type of abuse is often analyzed in association with other situational variables such as severity or the pattern of the abuse (e.g., Britner & Mossler, 2002; Dettlaff et al., 2015). Whether through actual cases or through vignettes, both the type of abuse and its severity have been found to be predictors of out-of-home placement decisions (see Britner & Mossler, 2002; Rossi, Schuerman, & Budde, 1999).

Horwitz and colleagues (2011) found an association between the type of abuse and risk of out-of-home placement, showing a negative association between physical and sexual abuse and rates of out-of-home placement. Specifically, lower rates of out-of-home placement were associated with sexual and physical abuse.

**Gender of the child.** Some authors sustain the influence of gender stereotypes (e.g., girl's vulnerability) upon decision making on child abuse (Davies & Rogers, 2006; Esnard & Dumas, 2013; Hicks & Tite, 1998). Situations of abused girls are often seen as more traumatic and severe, even though the psychological consequences seem to be identical in males and females victims (Bornstein, Kaplan, & Perry, 2007; Davies, Pollard, & Archer, 2001; Walker, Archer, & Davies, 2005). Thus, the gender of the victim, in particular the gender of the child, seems to have an impact on people's perceptions of abuse (Bornstein et al., 2007; Esnard & Dumas, 2013). Specifically, Lazar (2006) found that the decisions tend to be more severe when the victim was a female child.

**Child's age.** Research on child protection often focuses on the relationship between child's age and child abuse (e.g., Barth, Wildfire, & Green, 2006; Bhatti-Sinclair & Sutcliffe, 2013; Britner & Mossler, 2002; Coohy, 2006; Dettlaff et al., 2015; Horwitz et al., 2011; Knott & Donovan, 2010; Sullivan & Knutson, 2000).

Many authors (Bhatti-Sinclair & Sutcliffe, 2012, 2013; Coohy, 2006; Knott & Donovan, 2010) found an association between child's age and out-of-home placement, with younger children being more likely placed in foster care. Bhatti-Sinclair and Sutcliffe (2012) stressed the strong positive effect of child's age on out-of-home placement. Particularly, Knott and Donovan (2010), found that children

aged between four and eleven years are at higher risk of foster care placement range when compared to children with different age.

The child's age seems to be also an important factor to reporting decisions and management (Britner & Mossler, 2002; Zellman, 1992). Zellman (1992) stated that, for the majority of the cases, older children were less likely to prompt a report.

**Siblings situation.** Some studies (e.g., Baker, Tanis, & Rice, 2002; Budd, 2005; Damashek & Bonner, 2010) showed that on families with a history of child abuse situations, siblings are more vulnerable and at a greater risk to be abused. Specifically, Damashek & Bonner (2010) found that the risk assessment is sometimes followed by a temporary out-of-home placement of the siblings from their family, particularly if the prior history resulted on a fatality to the abused sibling.

**Parental Substance Abuse.** Substance abuse by parents appears to be an important predictor of out-of-home placement (Bhatti-Sinclair & Sutcliffe, 2012, 2013; Davidson-Arad, Dorsey, Mustillo, Farmer, & Elbogen, 2008; Englechin-Segal, Wozner, & Arieli, 2005; Hiilamo, 2009). It also seems to affect the professionals' assessment of the family and the professionals' perception of children's risk, with the risk being higher when parents have a history of drug problems and alcohol abuse (Coohey, 2006; Franzen, Vinnerljung, & Hjern, 2008; Simkiss, Stallard, & Thorogood, 2012).

**Prior history.** Bhatti-Sinclair and Sutcliffe (2013) found that previous involvement of the family with childcare services is a significant factor for the professionals' decisions about children's placement. Professionals also value the history of prior contacts with the welfare services for their decisions (Britner & Mossler, 2002; Horwitz et al., 2011; Zellman, 1992).

**Technicians' opinion and reports.** Psychologists, psychiatrics, and social workers with knowledge and experience on child welfare are often called to carry out assessments and complete reports about child abuse situations ( Budd, 2001, 2005; Budd, Felix, Sweet, Saul, & Carleton, 2006; Choate, 2009). These reports frequently refer the parenting capacity and help the judges to get a better understanding about the functioning and the needs of the child and of the family (Budd et al., 2006). Research shows that they tend to be a valuable tool for court decisions about child protection (e.g., whether the children should stay or be removed from their family, the level of contact between the child

and the family, the most suitable interventions and support to the children and their family) (Budd, 2001; Harnett, 2007).

### **The present study**

The present study was designed to analyze whether the judgment of academic experience participants on the judicial field differed from that of laypersons when making decisions in situations of suspected child abuse. Specifically, we want to know whether judgments differ in three important variables: i) the decision to remove or not the child at risk from home; ii) the post-decision confidence; and iii) the rating of some characteristics specific of abuse situations.

## **Method**

### **Participants**

Our sample was constituted by two groups of participants: i) students from law universities; and ii) participants that had no specific legal training. For the purpose of this research, the group of participants that had no specific legal training will be named laypersons.

The initial sample consisted of 1456 participants (599 law students and 857 laypersons). Two hundred and fifty of those participants did not answer to at least 50% of the questions, and were therefore eliminated. The final sample consisted of 1200 participants: 572 (47.7%) law students and 628 (52.3%) laypersons. The participants were mainly female ( $n = 715$ ; 59.6%), with only 324 males (27%). Most of them lived on the Northern region of Portugal ( $n = 582$ ; 48.5%). The majority was single ( $n = 717$ ; 59.8%) and did not have children ( $n = 759$ ; 63.2%). Participants' age ranged from 18 years to 75 years ( $M = 29.43$ ,  $SD = 12.17$ ), but the majority was under the age of 40 ( $n = 824$ ; 68.7%). Table 3.1 sets the characteristics of the two groups of participants.

Regarding education level, the majority of laypersons were highly educated: 23.1% ( $n = 134$ ) had a high school degree, 38.5% ( $n = 223$ ) had a university degree and 21.6% ( $n = 125$ ) had a masters' degree.

Law students' participants mostly attended undergraduate courses (1<sup>st</sup>, 2<sup>nd</sup>, 3<sup>rd</sup> or 4<sup>th</sup> year). Fifty-three students (11.9%) hold a masters or PhD degree. The law students attended Portuguese universities across the country. More specifically, 105 (22.8%) were enrolled at the Católica Porto Law

School, 102 (22.2%) at the University of Lisbon, 92 (20.0%) at the University of Minho, 75 (16.3%) at the Porto Global University, 41 (8.9%) at the Lusófona University, 25 (5.4%) at the University of Coimbra, 16 (3.5%) at the University Nova of Lisbon, and 4 (0.9%) at the University Institute of Lisbon.

Tabela 3.1. *Participants' demographic characteristics.*

	Laypersons <i>n</i> (%)	Law Students <i>n</i> (%)
Gender		
Male	189 (30.1%)	135 (23.6%)
Female	395 (62.9%)	320 (55.9%)
Region		
Alentejo	2 (0.3%)	2 (0.3%)
Algarve	5 (0.8%)	4 (0.7%)
Beira Interior	3 (0.5%)	15 (2.6%)
Litoral	102 (16.2%)	126 (22.0%)
Between Douro and Minho	404 (64.3%)	178 (31.1%)
Estremadura and Ribatejo	4 (0.6%)	6 (1.0%)
Lisbon and Setúbal	17 (2.7%)	99 (17.3%)
Trás-os-Montes and Alto Douro	9 (1.4%)	7 (1.2%)
Azores	34 (5.4%)	6 (1.0%)
Madeira	3 (0.5%)	7 (1.2%)
Civil Status		
Single	311 (49.5%)	406 (71.0%)
Living together	29 (4.6%)	11 (1.9%)
Married	211 (33.6%)	29 (5.1%)
Divorced	31 (4.9%)	9 (1.6%)
Widowed	2 (0.3%)	1 (0.2%)
Age		
< 20	62 (10.7%)	204 (45.4%)
21 – 30	220 (38.4%)	200 (44.6%)
31 – 40	113 (19.7%)	25 (5.4%)
41 – 50	94 (16.3%)	14 (3.1%)
51 – 60	69 (11.8%)	5 (1.0%)
61 – 70	11 (1.9%)	1 (0.4%)
> 71	4 (0.7%)	0 (0.0%)
Number of Children		
0	356 (56.7%)	403 (70.5%)
1	105 (16.7%)	21 (3.7%)
2	93 (14.8%)	14 (2.4%)
> 2	25 (4.0%)	4 (0.7%)
Education Level		
4 <sup>th</sup> grade	4 (0.6%)	0 (0.0%)
6 <sup>th</sup> grade	6 (1.0%)	0 (0.0%)
9 <sup>th</sup> grade	23 (3.7%)	0 (0.0%)
College	134 (21.3%)	107 (18.7%)

Graduation degree	223 (35.5%)	66 (11.5%)
Masters degree	125 (19.9%)	11 (1.9%)
PhD degree	64 (10.2%)	3 (0.5%)
School Year (current)		
1 <sup>st</sup>	-	176 (14.7%)
2 <sup>nd</sup>	-	123 (10.3%)
3 <sup>rd</sup>	-	138 (11.5%)
4 <sup>th</sup>	-	60 (5.0%)
Master	-	57 (4.8%)
PhD	-	13 (1.1%)
Professional Experience (years)		
0-1		321 (56.1%)
1-3	-	29 (5.1%)
3-5	-	11 (1.9%)
5-10	-	17 (3.0%)
> 10	-	30 (5.2%)
University (Law School)		
Católica Porto (CO)	-	105 (18.4%)
University of Lisbon (UL)	-	102 (17.8%)
University of Minho (UM)	-	92 (16.1%)
Porto Global University (OGU)	-	75 (13.1%)
Lusófona University (LU)	-	41 (7.2%)
University of Coimbra (UC)	-	25 (4.4%)
University Nova of Lisbon (UNL)	-	16 (2.8%)
University Institute of Lisbon (UIL)	-	4 (0.7%)

The mean age from the law students ( $M = 23.06$ ,  $SD = 6.90$ ) was significantly lower than the age of the laypersons group ( $M = 34.42$ ,  $SD = 13.05$ ),  $t(905.63) = 17.88$ ,  $p = .000$ ,  $r = .51$ . Also the law students reported having less children ( $M = 1.14$ ,  $SD = 0.49$ ) than the laypersons group ( $M = 1.63$ ,  $SD = 0.90$ ),  $t(926.42) = 11.21$ ,  $p = .000$ ,  $r = .34$ . Significant differences between the two groups were also found on the civil status. More law students tended to be single ( $M = 1.22$ ,  $SD = .67$ ) than laypersons ( $M = 1.95$ ,  $SD = 1.07$ ),  $t(993.76) = 13.44$ ,  $p = .000$ ,  $r = .34$ .

## Instrument

A survey was developed to be used as an instrument for this study. Based on both the literature and on the proposed goals, the survey had three singular segments. First the participants were asked to read five vignettes and answer two questions about each vignette. The participants were then asked to rate some of the characteristics described in the vignettes. Finally, some demographic questions were asked.

**Vignettes.** Vignette design is a common method used to study complex decision problems, specifically decisions about child welfare settings (ALbrecht et al., 2012; Benbenishty & Schiff, 2009; Benbenishty & Schmid, 2013; Brauer et al., 2009; LeBlanc, Regehr, Shlonsky, & Bogo, 2012; Regehr, Bogo, Shlonsky, & LeBlanc, 2010). Vignettes, also named case scenarios or paper cases, are presented to a participant who is requested to make a decision about a certain situation. One of the main characteristics of this method is that the factors composing the vignettes can be considered independently (Taylor, 2006).

In our study, 86 Portuguese court processes and judges' decisions were consulted to create the vignettes. A register was made about the most cited factors on social reports, technicians' opinion papers and judges' decisions about child abuse situations. Eight factors about the child and her family were selected: i) child's age; ii) child's gender; iii) type of abuse; iv) father substance abuse; v) family's socioeconomic status; vi) technicians' opinions and reports; vii) siblings living with parents or not; and viii) prior history of abuse. Characteristics such as child's gender and age, and type of abuse were mentioned on 100% of the consulted documents. On the other hand, prior history and siblings' situation (whether the victims' siblings live with their parents or not) were mentioned less than 50%.

Each vignette integrated the eight factors, each with two or three categories (e.g., family's socioeconomic status: low, medium or high), which yielded a total of 19 categories. The number of possible combinations of factor's categories was computed through the multiplication principal (product rule) (Brauer et al., 2009; Devore, 2011). For our 19 categories, the number of possible combinations was 864 ( $2 \times 2 \times 2 \times 2 \times 3 \times 3 \times 3$ ). In order to keep our study design balanced we used an orthogonal design, which allowed us to work with the smallest subset of cases (16 cases) without losing the orthogonality of the factors.

The design was developed using the Statistical Package for Social Sciences (SPSS; v. 21). In order to validate the model fitted on the modeling set (16 cases) the same software was used to randomly generate four holdout cases. Holdout cases are not based on the main-effects experimental plan, once they were generated from another random plan. Holdout cases were randomly mixed to the other cases and presented to the participants as a whole. More specifically, they were only used to provide a small dataset to evaluate the internal validity. A total of 20 cases (vignettes) were then developed based on the eight initial factors (see Table 3.2).

Tabela 3.2. *Case vignettes description.*

	Cases (Vignettes)																			
	A <sup>(a)</sup>	B	C	D	E	F	G	H	I <sup>(a)</sup>	J <sup>(a)</sup>	K <sup>(a)</sup>	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
Child's gender	x																			
Male				x			x	x	x	x		x		x		x	x		x	
Female		x	x		x	x					x		x		x			x		x
Parents substance abuse																				
Yes			x			x		x				x	x	x	x	x				
No	x	x		x	x		x		x	x	x						x	x	x	x
Family history																				
With abuse history		x				x	x			x		x		x	x		x	x		
Without abuse history	x		x	x	x			x	x		x		x			x			x	x
Technicians' opinion and reports																				
Remove the child from the family	x	x	x	x			x	x	x	x	x	x			x					x
Keep the child from the family					x	x							x	x		x	x	x	x	
Siblings living with parents																				
Yes		x			x			x		x		x		x		x		x		x
No	x		x	x		x	x		x		x		x		x		x		x	
Type of abuse																				
Physic		x	x		x	x	x	x						x						x
Psychological	x								x	x	x				x	x	x			x
Negligence				x								x	x					x		
Socioeconomic status																				
Low	x			x	x	x			x			x		x	x				x	x
Medium		x						x			x		x				x			
High			x				x			x						x		x		
Child's age																				
3		x		x		x	x				x		x	x		x				x
9	x		x		x							x					x			
15								x	x	x					x			x	x	

Note: <sup>(a)</sup> Holdout cases.



Ten different levels of wording were thought to each dimension, except for the socioeconomic status and child's age. In Table 3.3, some examples of wording are presented.

After reading each vignette the participants were asked to decide whether the child should be or should not be removed from his/ her family. The participants were then asked to rate their confidence about their decision on a scale ranging from 1 (not confident at all) to 7 (extremely confident).

Tabela 3.3. *Description of vignettes dimension, levels and wording example.*

Dimensions and level	Example
Child's gender	
Male	Bruno is [...]
Female	Maria is [...]
Parents substance abuse	
Yes	[...] his/ her father were involved with illicit substance abuse.
No	[...] none of his/ her parents were involved with illicit substance abuse.
Prior history	
With abuse history	Regarding the prior history, there are records of <i>*child's name*</i> being abused by his/ her parents before.
Without abuse history	Regarding the prior history, there is no record of <i>*child's name*</i> being abused by his/ her parents.
Technicians' opinion and reports	
Remove the child from the family	The social work team recommends the out-of-home placement of the child from his/ her family.
Keep the child from the family	The social work team does not recommend the out-of-home placement of the child from his/ her family.
Siblings living with parents	
Yes	He/ she lives with his/ her parents and his/ her brother [...]
No	He/ she lives with his/ her parents, but his/ her brother does not [...]
Type of abuse	
Physic	[...] physic abuse inflicted by his/ her parents.
Psychological	[...] psychological abuse inflicted by his/ her parents.
Negligence	[...] neglected by his/ her parents.
Socioeconomic status	
Low	The family has a low socioeconomic status.
Medium	The family has a medium socioeconomic status.
High	The family has a high socioeconomic status.
Child's age	
3	<i>*child's name*</i> is a 3 years old boy/ girl [...]
9	<i>*child's name*</i> is a 9 years old boy/ girl [...]
15	<i>*child's name*</i> is a 15 years old boy/ girl [...]

**Ranking Task.** This part of the survey consisted on a single question. More specifically, the participants were asked to rate the importance of the eight characteristics used to create the vignettes. The instruction was for the participants to think about their previous decisions (vignettes) and to reflect how important those factors were to their decisions. A rank order of one represent the most important factor, while a rank order of eight represent the least important factor.

**Socio-Demographic Questionnaire.** Participants answered several socio-demographic questions, including age, gender, region, civil status, number of children, education level and job. The law school sample was also asked about their current school year, university, and professional experience.

## **Procedure**

Our sample was recruited through personal and institutional e-mails, online social networks (e.g., Facebook), and on the streets, coffee shops, schools, medical centers, bus, metro and train stations. A cover letter was used to introduce the study and to explain the conditions (e.g., anonymity). Regarding the law students sample, emails were also sent to all law professors on Portuguese universities and to all Portuguese law students' associations asking their collaboration.

For both laypersons and law students groups the survey was answered either online ( $n = 1095$ ) or on paper ( $n = 361$ ). The online survey was developed on an Internet webpage using Qualtrics software, Version 2013 of the Qualtrics Research Suite ([www.qualtrics.com](http://www.qualtrics.com)).

The vignettes were presented first, followed by the ranking task and by the demographic questions.

## **Data analysis**

The data were exported to an Excel spreadsheet. Analyses were conducted with Statistical Package for Social Sciences (SPSS; v. 21), and included correlations to evaluate the associations among variables, and  $t$  tests and ANOVA to examine group differences (sex, education background, age, among others). Mediation effects of some demographic characteristics were also tested. A criterion of  $p < .05$  was used for significance tests.

To better understand the data collected and to allow some additional statistical analysis, two new variables were mathematically created for each participant: i) mean of the decisions; and ii) mean

of the post-decision confidences. The mean of the decisions represents the mean of the participants' decisions about whether to remove or not the children from their family. The second variable indicates the participants' overall confidence about the decisions they had made.

## Results

### Internal validity

Holdout cases were included as a small subset of data to measure internal validity. A total of 1108 answers were gathered to these specific cases. Internal validity was verified through a correlation analysis between the all-experimental cases mean and the all holdout cases. The data robustness can be verified by a positive correlation between the all-experimental cases and holdout cases (see Table 3.4).

Tabela 3.4. *Correlation between all-experimental cases mean and all holdout cases.*

		Holdout cases	
		Decision	Post-decision confidence
All-experimental cases	Decision	.36***	-
	Post-decision confidence	-	.65***

*Note:* \*\*\*  $p < .001$ ;

### Laypersons vs. Law students: Decision-making, post-decision confidence, and ranking task

Regarding the decision of removing or not the child from the family, in 35.8% of the times participants opted by leaving the child with the family, whereas in the remaining 64.2% participants opted to remove the child from the family. Results showed that participants had, on average, a relatively high level of post-decision confidence ( $M = 5.05$ ;  $SD = 1.04$ ) on their decisions about child abuse situations.

Table 3.5 shows the eight factors presented in the ranking task and the importance attributed to each factor by the participants, with lower average scores representing higher importance. On

average, prior history of abuse ( $M = 2.26$ ,  $SD = 1.48$ ) was the factor reported as being the most influential to the judgments, whereas the child's gender ( $M = 7.19$ ,  $SD = 1.45$ ) was rated as the least important factor to the decision-making.

Table 3.5. *Ranking task.*

	Total		Laypersons		Law Students	
	M	SD	M	SD	M	SD
Child's gender	7.19	1.45	7.21	1.458	7.17	1.434
Socioeconomic status	6.04	1.59	6.17**	1.545	5.88**	1.629
Technicians' opinion and reports	5.26	1.87	5.19	1.836	5.34	1.901
Siblings living with parents	4.83	1.66	4.67***	1.662	5.05***	1.623
Child's age	4.30	1.95	4.33	1.949	4.25	1.961
Parents substance abuse	3.39	1.52	3.42	1.497	3.34	1.56
Prior history	2.26	1.48	2.23	1.514	2.3	1.446
Type of abuse	2.61	1.71	2.63	1.713	2.57	1.711

Note: \*\*\*  $p < .001$ ; \*\*  $p < .01$ .

We intended to verify if there was a difference between the decisions of law students and laypersons. Regarding the decision-making, results showed that there were no differences on the average decisions,  $t(1060.79) = -.27$ ,  $p = .0787$ ,  $r = .01$ .

However, significant differences were found on the post-decision confidence and ranking tasks. Concerning the confidence after making a decision, law students reported higher levels of average confidence ( $M = 5.20$ ,  $SD = 1.09$ ) on their decisions than the laypersons group ( $M = 5.04$ ,  $SD = 1.02$ ),  $t(1076.40) = -2.66$ ,  $p = .008$ ,  $r = .08$ .

On the ranking task (see Table 3.5), students appeared to assign less importance to the socioeconomic status ( $M = 5.88$ ,  $SD = 1.63$ ) than laypersons ( $M = 6.17$ ,  $SD = 1.54$ ),  $t(962.09) = 2.96$ ,  $p = .003$ ,  $r = .10$ . There were also statistically significant differences regarding the situation of the siblings. More specifically, this factor seems to be less important to the laypersons ( $M = 4.67$ ,  $SD = 1.66$ ) than to the law students ( $M = 5.05$ ,  $SD = 1.62$ ),  $t(1001,88) = -3.69$ ,  $p = .000$ ,  $r = .12$ .

To better understand the potential influence of specific characteristics, the cases were grouped according to the characteristics manipulation. For example, all the cases where the family's socioeconomic status was low were grouped into one variable. Regarding differences tests, significant results were found only in two variables: prior history of abuse,  $t(621) = -2.32$ ,  $p = .02$ , and technicians' opinion and reports to keep the family,  $t(599) = -2.23$ ,  $p = .03$ . Law students, when compared to

laypersons, tend to decide more frequently in favor of the out-of-home placement when the vignette presents a case with prior history of abuse and also when it presents a technician opinion supporting the preservation of family union.

### **Demographic variables: the effect of age, civil status, gender and number of children**

Independent-sample T Testes showed differences on the post-decision confidence, regarding: Having children (or not),  $t(1017) = 2.33, p = .02$ , gender,  $t(1036) = 2.19, p = .029$ , and civil status (singles vs. being on a relationship),  $t(1037) = 2.43, p = .001$ . Post-decision confidence is higher when participants are male, single or with children.

Also, participants' age is correlated to either decision-making,  $r = .14, p = .000$ , and post-decision confidence,  $r = -.12, p = .000$ . More specifically, younger participants tended to decide more often to remove the child from the family and were more confident about their decision.

We studied a possible mediation effect of these demographic characteristics – age, civil status, gender and number of children (were differences between groups were found) - on the decision made by the participants, their post-decision confidence, and rating task. A significant result was found for the overall post-decision confidence, except on the gender analysis. A mediation effect of participants' age, and participants' number of children between the subjects' group (law students or laypersons) and the confidence demonstrated on their decisions was found (Figures 1). Age, civil status and number of children explain 22%, 9% and 10% of the variance on the post-decision confidence, respectively ( $R^2 = .216; R^2 = .09; R^2 = .100$ ).

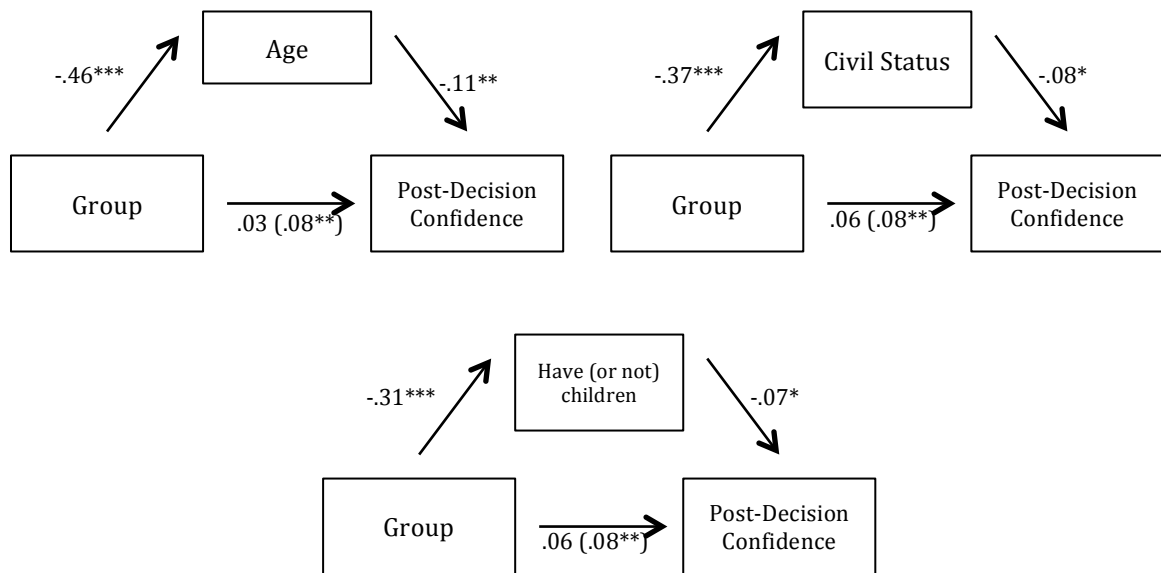


Figura 3.1. Age, civil status and number of children mediation effect.

\*\*\* $p < .001$ ; \*\*  $p < .01$ ; \*  $p < .05$

### Laypersons and Law students: Correlations between decision-making, and post-decision confidence

Overall, using the average confidence of all participants, results showed a significant negative correlation between the decision and the confidence on that decision,  $r = -.31$ ,  $p = .000$ . Participants tended to be more confident when they decided to remove the child from the family. More specifically, a negative correlation was found in each case except on cases D and T. On those cases, no association between the two variables was found.

### Law students: Effect of the education degree and university on the decision-making, post-decision confidence, and ranking task

Considering the average of all decisions, law students with different education degree differ from each other,  $F(5, 438) = 3.78$ ,  $p = .002$ . Results showed that there is a clear and growing trend to maintain the child and the family together as students move to higher education degrees. This trend is discontinued when the students are enrolled a PhD program (see Figure 2).

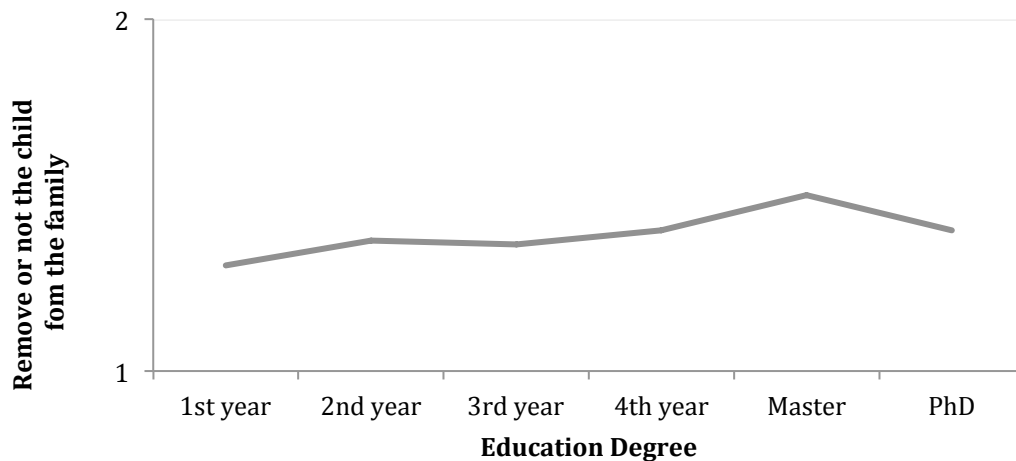


Figura 3.2. *Decision (overall mean).*

Note: 1 = Remove the child from the family; 2 = Not remove the child from the family

No differences were found on the average confidence,  $F(5, 438) = 1.46, p = .201$  on participants' post-decision confidence. The ranking task analysis showed differences on the rate of technicians' opinion and reports,  $F(5, 414) = 4.10, p = .001$ . The higher the degree of the law students the less importance has this factor to their decision (see table 3.6).

Tabela 3.6. Effect of education degree.

	Mean (SD)					
	1 <sup>st</sup> year	2 <sup>nd</sup> year	3 <sup>rd</sup> year	4 <sup>th</sup> year	Master	PhD
Decision						
Mean of all cases	1.30 (0.24)	1.37 (0.26)	1.36 (0.27)	1.40 (0.28)	1.50 (0.25)	1.40 (0.31)
Ranking task						
Technicians' opinion and reports	5.54 (1.75)	5.66 (1.83)	5.61 (1.89)	4.77 (2.38)	4.67 (1.61)	4.00 (1.87)

The answers of the students of different universities were also compared. Regarding the decision itself, no differences were found,  $F(94) = 0.01, p = .98$ . The mean of all cases of post-decision confidence differed among the students from the eight universities,  $F(7,451) = 2.78, p = .008$ . Students from the University of Lisbon are the less confident ( $M = 5.02$ ;  $SD = 0.10$ ) and the students of the Lusófona University are most confidence of their decision ( $M = 5.67$ ;  $SD = 0.10$ ).

Regarding the ranking task, law students from different universities seemed to decide in a similar way.

## Discussion

The present study represents an effort to better understand the importance of academic experience in the judicial field on the decision making process, specifically in child abuse situations. It provides a basis to understand how some characteristics may influence law students (i.e., with legal background) and laypersons (i.e., without legal background) decisions' of removing or not removing abused children from their homes. Although many studies focused on the comparison between laypersons and experts, results are heterogeneous and inconclusive (e.g., Finnilä-Tuohimaa et al., 2009; Kim & Penrod, 2010; Osmo & Benbenishty, 2004). There is no consensus about the influence of academic and professional experience on the decision making process (see Grøndahl et al., 2011; Osmo & Benbenishty, 2004; Spengler et al., 2009). In addition, no studies have investigated the effect of academic experience on the decision making process in child abuse situations. Our findings showed that some individual characteristics appear to affect not only the decision itself but also the confidence on that decision. However, the legal background does not seem to have a significant effect on the decision.

### **Should the child be removed or not from the family?**

The decision making process implies three major sub-processes: to collect, to analyze and to integrate data (Gambrill, 2005). The integration of the different data must also include personal and professional experience to draw the most accurate conclusions (Boumans, 2011; Gambrill, 2005).

Particularly in this study, 64.2% of the times participants opted to remove the child from the family, whereas in the remaining 35.8%, participants opted to leave the child with the family.

Also, some disparities were found even though the decision making process was balanced among the participants. Whereas men and younger individuals tended to decide to remove the child from the family, those with more children tended to leave the child with the family. Men and younger people's concept of family might be more flexible than women's and older individuals. Women are often seen as more sensible to the idea of family once they are still the main caretakers at home (United Nations, 2011). Perhaps the idea of separating the child from the parents is easier to men and younger people, once they probably feel apart towards the children. Also, in a society like the Portuguese, these results do not surprise: Usually, women have the major role in taking care of children. This sensibility can be also related to the decisions made by the individuals with more children, which also tended to keep the child with the family.



## **Post-decision confidence**

Overall, participants revealed a high level of confidence on their decisions (5.05 in a 7 points scale). Nevertheless, female subjects, younger subjects, subjects with higher education degrees, and subjects that had more children reported higher confidence on their decision. Experience, in particularly for participants with higher education degrees, as well as the sensitivity of women and people with more children might play a role on these results (Brunnberg & Pećnik, 2007). Conversely, the confidence of younger individuals in their decisions might result from a more frivolous way of reasoning about child abuse situations. A miscalibration effect (or unskilled-and-unaware effect) (Dunning, 2011; Kruger & Dunning, 1999) might explain this overconfidence. According to this model, success and satisfaction in many life domains, including decision making, depend on knowledge and on an accurate perception of our own limitations. Moreover, people that are incompetent in a specific life domain and are not aware of the needed knowledge to achieve in that domain, tend to overestimate their ability (Lopes, Spear-Swerling, Oliveira, Velasquez & Zibulsky, 2014). It may therefore happen that our younger participants are showing an inadequate superiority bias.

Our study also found significant differences between law students and laypersons groups on the post-decision confidence. More specifically, law students have more confidence on their decisions than the laypersons group. Not discarding the possibility of social desirability from the law students, the background information and experience on similar exercises may explain this variation (Wiener et al., 2005). It is possible that students easily remember certain cues from classes that helped them through the survey (Ferlazzo, 2015).

## **The importance of some characteristics**

Some of our results regarding the importance of abuse characteristics are somewhat inconsistent with the majority of studies (e.g., Bottoms et al., 2014; Dettlaff et al., 2011; Esnard & Dumas, 2013). More specifically, even though literature often refers the overrepresentation of child from low socioeconomic status on the child welfare system (Dettlaff et al., 2011; Stokes & Schmidt, 2011), in our study this seems not to be an important factor for participants' decision making. Although our somehow surprising results might be due to social desirability (Alberto, 2002) they may also may reflect a real specificity of our participants (e. g., age).

Child's gender was also considered one of the less important characteristics for decisions, conflicting with previous studies (Bornstein et al., 2007; Bottoms et al., 2014; Esnard & Dumas, 2013).

This might be due to the multiple type of abuse approached on this study: Our vignettes involved situations of physical, sexual and psychological abuse, while the child gender is often referred on sexual abuse cases only.

However, some of our results were consistent with previous studies (e.g., Bhatti-Sinclair & Sutcliffe, 2013; Britner & Mossler, 2002). Some authors (Horwitz et al., 2011; Zellman, 1992) suggested that family history on child abuse situations and type of abuse can have repercussions on the retrieving, placement decision and reporting probability. Our results showed a substantial importance of those factors during the decision making process.

Law students and laypersons appear to show significant differences in the evaluation of some characteristics of the abuse situations. The socioeconomic status (SES), for instance, is not as important to law students as it is to laypersons. Laypersons, that lack experience on the field, might focus their attention on the more familiar characteristics, as it is the case of the SES. They may also assume the high SES is a protective factor, interpreting the low SES as an inadequate and insecure environment to the children (Ø. Christiansen & Anderssen, 2010; Horwitz et al., 2011). Law students, on the other hand, may evaluate each case on a more holistic way, attributing more importance to characteristics such as the situation of the siblings.

### **Decision: Law students and laypersons**

Our results showed no significant differences between laypersons and students with specific academic background in the decision itself about the presumed child abuse situations. That may be due to the fact that our law students' sample cover students from different education levels

Therefore, regarding the law students' group, further analyses were conducted. This specific group included students from the first year graduation through the PhD level. On a closer analysis, students from different degrees diverge on the decision made on the overall cases. Results showed a particular trend to decide to maintain the children with their family as students progress on their education. This might result from students' increasing ability to discuss and question children's' specific situations according to the current law. Perhaps a student currently attending the 4<sup>th</sup> year might have answer differently if presented with the same vignette when he/she attended the 1<sup>st</sup> year of the Law Course.

In what concerns the different universities, the law students were quite homogenous on their decision-making and on the rating task. The list of universities includes public and private universities and they are all independent to each other. Consistent results might be an indicator of the curriculum

similarity between the universities. Unlike to what has been assumed by some authors (e.g.: Tsui, 1999; Wright, Horn, & Sanders, 1997), we found no evidence that factors like the university localization, specific teachers and instruction methods produce significant differences in decisions of students from diverse universities.

### **Limitations and future research**

Our study has several limitations. One limitation is the unbalanced number of law students from different grades. This limitation negatively affects our design, narrows the analysis and, consequently, limits the conclusions. Unbalanced distribution of law students might represent different academic experiences. This factor was not explored due to the nature of the survey.

The survey distribution was also a limitation. Over the past years a few studies have counterweight the online and pen-and-paper surveys (e.g. Lim,, Ong, Wilder-Smith, & Seet, 2006; Liu & Susilo, 2014; Padhye, Goktas, & Kurt, 2009; Uhlig, Seitz, Eter, Promesberger, & Busse, 2014). The online survey is often seen as a more efficient option, in what concerns the cost-effect proportionally (Lim et al., 2006; Liu & Susilo, 2014; Padhye et al., 2009). Online surveys require less effort, allow the study to reach geographically distant participants, and minimizes human data entry errors that may occur during the data processing of pen-and-paper surveys (Lim et al., 2006; Padhye et al., 2009). Thus, initially we created an online survey and distributed all over the country. However, most respondents did not fill the entire survey items. Also the sample was not representative, since individuals with lower education degree, older individuals and those living on small cities do not have full access to new technologies. Therefore, we decided to create a paper survey and distribute it in a number of cities of northern Portugal. The rest of the country was not included on the pen-and-paper surveys. Moreover, differences were found on some items when consider the two ways of survey distribution. To reduce the potential influence of this variable, both online and paper surveys should be distributed over the country in a balanced way.

Also, as said before, participants' age might also be a limitation to consider. In fact, our sample was young ( $M = 29.43$  years), which can represent different perspectives toward the situations.

In future studies court judges should be included in the samples comparison once they are essential to understand the entire process. It is important to consider as many variables as possible about the decision making process (Benbenishty et al., 2012): Experience and education, along with other personal and contextual factors might be important to the decision making process.

Also, it would be interesting to study various combinations of the abuse characteristics. Different vignettes could allow distinctive analysis; for example, analyze the possible shadow effect of some characteristics when combining to others and also understand what types of characteristics do professionals prioritize when making the decision about child abuse situations.

In short, this study shows an interesting result, in what concerns the decision making on child abuse situations. Apparently, academic background is not a particularly influential factor on the decision. We believe that measures should be taken to better understand the role of university courses on practice along the professional career. University course is, theoretically, a baseline to professional practice.

Curiously, even though there are no differences regarding the decision to remove or not the child from home, differences were found on the post-decision confidence. This represents a potential false perception of confidence, once students show more confidence although their decision is similar to laypersons'.

## References

- Alberto, I. M. (2002). Como pássaros em gaiolas? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In C. Machado, & R. A. Gonçalves (Eds.), *Violência e vítimas de crimes - Crianças* (pp. 13–36). Coimbra: Quarteto Editora.
- Albrecht, G., Beard, T., Bianchi, G., Draca, J., Fluke, J., Gerbaka, B., Gray, J., Madrid, J., Manion, K., Mansel, J., Tonmyr, L., & Van Puyenbroeck, H.S. (2012). Child neglect: National data profiles. In H. Dubowitz (Ed.), *World perspectives on child abuse (10th ed.)* (pp. 48–56). Aurora, CO: International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect (ISPCAN).
- Arad-Davidzon, B., & Benbenishty, R. (2008). The role of workers' attitudes and parent and child wishes in child protection workers' assessments and recommendation regarding removal and reunion. *Children and Youth Services Review, 30*, 107–121. doi: 10.1016/j.childyouth.2007.07.003
- Baker, J., Tanis, H., & Rice, J. (2002). Including siblings in the treatment of child sexual abuse. *Journal of Child Sexual Abuse, 10*, 1–16. doi: 10.1300/J070v10n03
- Benbenishty, R., Davidson-Arad, B., López, M., Devaney, J., Spratt, T., Koopmans, C., Knorth, E., Witteman, C., Del Valle, J., & Hayes, D. (2015). Decision making in child protection: An international comparative study on maltreatment substantiation, risk assessment and

- interventions recommendations, and the role of professionals' child welfare attitudes. *Child Abuse & Neglect*, 49, 63-75. doi: 10.1016/j.chiabu.2015.03.015
- Benbenishty, R., & Schiff, M. (2009). Perceptions of readiness to leave care among adolescents in foster care in Israel. *Children and Youth Services Review*, 31, 662–669. doi: 10.1016/j.chilyouth.2009.01.001
- Benbenishty, R., & Schmid, H. (2013). Public attitudes toward the identification and reporting of alleged maltreatment cases among social groups in Israel. *Children and Youth Services Review*, 35, 332–339. doi: 10.1016/j.chilyouth.2012.11.013
- Benbenishty, R., Segev, D., & Surkis, T. (2012). Information-search and decision-making by professionals and nonprofessionals in cases of alleged child-abuse and maltreatment. *Journal of Social Service Research*, 28, 1–18. doi: 10.1300/J079v28n03\_01
- Bhatti-Sinclair, K., & Sutcliffe, C. (2012). What determines the out-of-home placement of children in the USA? *Children and Youth Services Review*, 34, 1749–1755. doi: 10.1016/j.chilyouth.2012.05.004
- Bhatti-Sinclair, K., & Sutcliffe, C. (2013). Challenges in identifying factors which determine the placement of children in care? An international review. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 30, 345–363. doi: 10.1007/s10560-012-0293-x
- Bornstein, B. H., Kaplan, D. L., & Perry, A. R. (2007). Child abuse in the eyes of the beholder: Lay perceptions of child sexual and physical abuse. *Child Abuse & Neglect*, 31, 375–391. doi: 10.1016/j.chiabu.2006.09.007
- Bottoms, B., Peter-Hagene, L., Stevenson, M., Wiley, T., Mitchell, T., & Goodman, G. (2014). Explaining gender differences in jurors' reactions to child sexual assault cases. *Behavioral Sciences & the Law*, 32, 789–812. doi: 10.1002/bsl
- Boumans, M. (2011). The two-model problem in rational decision making. *Rationality and Society*, 23, 371–400. doi: 10.1177/1043463111414123
- Brauer, P. M., Hanning, R. M., Arocha, J. F., Royall, D., Goy, R., Grant, A., Dietrich, L., Martino, R., & Horrocks, J. (2009). Creating case scenarios or vignettes using factorial study design methods. *Journal of Advanced Nursing*, 65, 1937–1945. doi: 10.1111/j.1365-2648.2009.05055.x
- Britner, P., & Mossler, D. (2002). Professionals' decision-making about out-of-home placements following instances of child abuse. *Child Abuse & Neglect*, 26(4), 317–32.
- Brunnberg, E., & Pećnik, N. (2007). Assessment processes in social work with children at risk in Sweden and Croatia. *International Journal of Social Welfare*, 16, 231–241. doi: 10.1111/j.1468-

2397.2006.00456.x

- Budd, K. S. (2001). Assessing parenting competence in child protection cases: A clinical practice model. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 4, 1–18. doi: 10.1023/A:1009548509598
- Budd, K. S. (2005). Assessing parenting capacity in a child welfare context. *Children and Youth Services Review*, 27, 429–444. doi: 10.1016/j.childyouth.2004.11.008
- Budd, K. S., Felix, E. D., Sweet, S. C., Saul, A., & Carleton, R. A. (2006). Evaluating parents in child protection decisions: An innovative court-based clinic model. *Professional Psychology: Research and Practice*, 37, 666–675. doi: 10.1037/0735-7028.37.6.666
- Cash, S. J. (2001). Risk assessment in child welfare: The art and science. *Children and Youth Services Review*, 23, 811–830. doi: 10.1016/S0190-7409(01)00162-1
- Choate, P. W. (2009). *Parenting capacity assessments in child protection cases. The Forensic Examiner* (Vol. 18).
- Christiansen, O., & Anderssen, N. (2010). From concerned to convinced: Reaching decisions about out-of-home care in norwegian child welfare services. *Child & Family Social Work*, 15, 31–40. doi: 10.1111/j.1365-2206.2009.00635.x
- Coohey, C. (2006). Physically abusive fathers and risk assessment. *Child Abuse & Neglect*, 30, 467–480. doi: 10.1016/j.chiabu.2004.10.016
- Crea, T. M. (2010). Balanced decision making in child welfare: Structured processes informed by multiple perspectives. *Administration in Social Work*, 34, 196–212. doi: 10.1080/03643101003609529
- Cummings, A. L., Hallberg, E. T., Martin, J., Slemon, A., & Hiebert, B. (1990). Implications of counselor conceptualizations for counselor education. *Counselor Education and Supervision*, 30, 120–134. doi: 10.1002/j.1556-6978.1990.tb01189.x
- Damashek, A., & Bonner, B. L. (2010). Factors related to sibling removal after a child maltreatment fatality. *Child Abuse & Neglect*, 34, 563–569. doi: 10.1016/j.chiabu.2009.12.006
- Davidson-Arad, B., Englechin-Segal, D., Wozner, Y., & Arieli, R. (2005). Social workers' decision on removal. *Journal of Social Service Research*, 31, 43–61. doi: 10.1300/J079v31n04
- Davies, M., Pollard, P., & Archer, J. (2001). The influence of victim gender and sexual orientation on judgments of the victim in a depicted stranger rape. *Violence and Victims*, 16(6), 607–619.
- Davies, M., & Rogers, P. (2006). Perceptions of male victims in depicted sexual assaults: A review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 11, 367–377. doi: 10.1016/j.avb.2006.01.002
- Dettlaff, A. J., Christopher Graham, J., Holzman, J., Baumann, D. J., & Fluke, J. D. (2015).

- Development of an instrument to understand the child protective services decision-making process, with a focus on placement decisions. *Child Abuse & Neglect*, *49*, 24-34. doi: 10.1016/j.chiabu.2015.04.007
- Dettlaff, A. J., Rivaux, S. L., Baumann, D. J., Fluke, J. D., Rycraft, J. R., & James, J. (2011). Disentangling substantiation: The influence of race, income, and risk on the substantiation decision in child welfare. *Children and Youth Services Review*, *33*, 1630–1637. doi: 10.1016/j.chilyouth.2011.04.005
- Devore, J. (2011). *Probability and Statistics for Engineering and the Sciences*. (M. Julet, Ed.) (8th ed.). Boston, MA: Brooks/Cole.
- Dickert, S., Herbig, B., Glöckner, A., Gansen, C., & Portack, R. (2012). The more the better? Effects of training , experience and information amount in legal judgments. *Applied Cognitive Psychology*, *26*, 223–233. doi: 10.1002/acp.1813
- Dorsey, S., Mustillo, S. a., Farmer, E. M. Z., & Elbogen, E. (2008). Caseworker assessments of risk for recurrent maltreatment: Association with case-specific risk factors and re-reports. *Child Abuse & Neglect*, *32*, 377–391. doi: 10.1016/j.chiabu.2007.06.006
- Drake, B., Jolley, J. M., Lanier, P., Fluke, J., Barth, R. P., & Jonson-Reid, M. (2011). Racial bias in child protection? A comparison of competing explanations using national data. *Pediatrics*, *127*, 471–478. doi: 10.1542/peds.2010-1710
- Englich, B., & Soder, K. (2009). Moody experts: How mood and expertise influence judgmental anchoring. *Judgment and Decision Making*, *4*(1), 41–50.
- Esnard, C., & Dumas, R. (2013). Perceptions of male victim blame in a child sexual abuse case: Effects of gender, age, and need for closure. *Psychology, Crime & Law*, *19*, 817–844. doi: 10.1080/1068316X.2012.700310
- Fakunmoju, S. B., Bammeke, F. O., Antwi Bosiakoh, T., Asante, R. K. B., Wooten, N. R., Hill, A. C., & Karpman, H. (2013). Perception and determination of child maltreatment: Exploratory comparisons across three countries. *Children and Youth Services Review*, *35*, 1418–1430. doi: 10.1016/j.chilyouth.2013.06.001
- Ferlazzo, L. (2015). *Building a Community of Self-Motivated Learners: Strategies to Help Students Thrive in School and Beyond*. New York, NY: Routledge.
- Finnilä-Tuohimaa, K., Santtila, P., Sainio, M., Niemi, P., & Sandnabba, K. (2009). Expert judgment in cases of alleged child sexual abuse: Clinicians' sensitivity to suggestive influences, pre-existing beliefs and base rate estimates. *Scandinavian Journal of Psychology*, *50*, 129–142. doi:

10.1111/j.1467-9450.2008.00687.x

- Finnilä, K., Santtila, P., Mattila, J., & Niemi, P. (2012). The effects of experience, outcome feedback, and cognitive feedback on decision-making in child sexual abuse cases: A simulation study. *Nordic Psychology, 64*, 242–257. doi: 10.1080/19012276.2012.768030
- Franzen, E., Vinnerljung, B., & Hjern, A. (2008). The epidemiology of out-of-home care for children and youth: A national cohort study. *British Journal of Social Work, 38*, 1043–1059. doi: 10.1093/bjsw/bcl380
- Gambrill, E. D. (2005). Decision making in child welfare: errors and their context. *Children and Youth Services Review, 27*, 347–352. doi: 10.1016/j.childyouth.2004.12.005
- Grøndahl, P., Grønnerød, C., & Sexton, J. (2009). A comparative case vignette study of decision making in forensic psychiatric cases. *International Journal of Forensic Mental Health, 8*, 263–270. doi: 10.1080/14999011003635639
- Grøndahl, P., Grønnerød, C., & Sexton, J. (2011). The magic or myth of expertise: A comparison of judgment processes between forensic experts and lay persons based on psychiatric case vignettes. *Psychiatry, Psychology and Law, 19*, 1–10. doi: 10.1080/13218719.2011.615812
- Guthrie, C., Rachlinski, J., & Wistrich, A. (2001). Inside the judicial mind. *Cornell Law Review, 86*(4), 777–830.
- Harnett, P. H. (2007). A procedure for assessing parents' capacity for change in child protection cases. *Children and Youth Services Review, 29*, 1179–1188. doi: 10.1016/j.childyouth.2007.04.005
- Hicks, C., & Tite, R. (1998). Professionals' attitudes about victims of child sexual abuse: Implications for collaborative child protection teams. *Child & Family Social Work, 3*, 37–48. doi: 10.1046/j.1365-2206.1998.00063.x
- Hiilamo, H. (2009). What could explain the dramatic rise in out-of-home placement in Finland in the 1990s and early 2000s? *Children and Youth Services Review, 31*, 177–184. doi: 10.1016/j.childyouth.2008.07.022
- Horwitz, S. M., Hurlburt, M. S., Cohen, S. D., Zhang, J., & Landsverk, J. (2011). Predictors of placement for children who initially remained in their homes after an investigation for abuse or neglect. *Child Abuse & Neglect, 35*, 188–198. doi: 10.1016/j.chiabu.2010.12.002
- Kim, M. C., & Penrod, S. D. (2010). Legal decision making among Korean and American legal professionals and lay people. *International Journal of Law, Crime and Justice, 38*, 175–197. doi: 10.1016/j.ijlcrj.2011.01.004
- Kivlighan, D. M. J., & Quigley, S. T. (1991). Dimensions used by experienced and novice group



- therapists to conceptualize group processes. *Journal of Counseling Psychology*, *38*, 415–423. doi: 10.1037/0022-0167.38.4.415
- Knott, T., & Donovan, K. (2010). Disproportionate representation of African-American children in foster care: Secondary analysis of the National Child Abuse and Neglect Data System, 2005. *Children and Youth Services Review*, *32*, 679–684. doi: 10.1016/j.childyouth.2010.01.003
- Kwaadsteniet, L. de, Bartelink, C., Witteman, C., Berge, I. ten, & Yperen, T. van. (2013). Improved decision making about suspected child maltreatment: Results of structuring the decision process. *Children and Youth Services Review*, *35*, 347–352. doi: 10.1016/j.childyouth.2012.11.015
- Lazar, A. (2006). Determinants of Child Protection Officers' Decisions in Emergency Situations: An Experimental Study. *Child and Youth Care Forum*, *35*, 263–276. doi: 10.1007/s10566-006-9013-z
- LeBlanc, V. R., Regehr, C., Shlonsky, A., & Bogo, M. (2012). Stress responses and decision making in child protection workers faced with high conflict situations. *Child Abuse & Neglect*, *36*, 404–412. doi: 10.1016/j.chiabu.2012.01.003
- Lim, E. C. H., Ong, B. K. C., Wilder-Smith, E. P. V., & Seet, R. C. S. (2006). Computer-based versus pen-and-paper testing: Students' perception. *Annals of the Academy of Medicine Singapore*, *35*(9), 599–603.
- Liu, J. K., & Susilo, W. (2014). New insight to preserve online survey accuracy and privacy in big data era. *University of Wollongong Research Online*, *8713*, 182–199.
- Milburn, T., & Billings, R. (1976). Decision-making perspectives from psychology dealing with risk and uncertainty. *The American Behavioral Scientist*, *20*, 111–127. doi: 10.1177/000276427602000107
- Munro, E. (1999). Common errors of reasoning in child protection. *Child Abuse & Neglect*, *23*, 745–758. doi: 10.1016/S0145-2134(99)00053-8
- Munro, E. (2008). Lessons from research on decision-making. In D. Lindsey & A. Shlonsk (Eds.), *Child welfare research: Advances for practice and policy* (pp. 194–200). New York, NY: Oxford University Press.
- O'Byrne, K. R., & Goodyear, R. K. (1997). Client assessment by novice and expert psychologists: A comparison of strategies. *Educational Psychology Review*, *9*, 267–278. doi: 10.1023/A:1024739325390
- Osmo, R., & Benbenishty, R. (2004). Children at risk: rationales for risk assessments and interventions. *Children and Youth Services Review*, *26*, 1155–1173. doi: 10.1016/j.childyouth.2004.05.006

- Padhye, L., Goktas, R., & Kurt, Z. (2009). The online survey: An efficient and effective means of engineering graduate student assessment. In *ASEE Annual Conference and Exposition*.
- Pelisolì, C., Herman, S., & Dell'Aglio, D. (2015). Child sexual abuse research knowledge among child abuse professionals and laypersons. *Child Abuse & Neglect, 40*, 36–47. doi: 10.1016/j.chiabu.2014.08.010
- Peters, D. (2001). Examining child sexual abuse evaluations: the types of information affecting expert judgment. *Child Abuse & Neglect, 25*, 149–178. doi: 10.1016/S0145-2134(00)00227-1
- Regehr, C., Bogo, M., Shlonsky, A., & LeBlanc, V. (2010). Confidence and professional judgment in assessing children's risk of abuse. *Research on Social Work Practice, 20*, 621–628. doi: 10.1177/1049731510368050
- Roets, A., & Hiel, A. Van. (2011). An integrative process approach on judgment and decision making: The impact of arousal, affect, motivation, and cognitive ability. *The Psychological Record, 61*(3), 497–520.
- Rossi, P. H., Schuerman, J., & Budde, S. (1999). Understanding decisions about child maltreatment. *Evaluation Review, 23*(6), 579–598.
- Rycus, J. S., & Hughes, R. C. (2008). Assessing risk throughout the life of a child welfare case. In D. Lindsey, & A. Shlonsky (Eds.), *Child welfare research: Advances for practice and policy* (pp. 201–213). New York, NY: Oxford University Press.
- Sieracki, J. H., Fuller, A. K., Leon, S. C., Jhe Bai, G., & Bryant, F. (2015). The role of race, socioeconomic status, and System of Care services in placement decision-making. *Children and Youth Services Review, 50*, 3–11. doi: 10.1016/j.chilyouth.2014.12.013
- Simkiss, D. E., Stallard, N., & Thorogood, M. (2012). A systematic literature review of the risk factors associated with children entering public care. *Child: Care, Health and Development, 39*, 628–642. doi: 10.1111/cch.12010
- Spengler, P. M., White, M. J., Aegisdottir, S., Maugherman, a. S., Anderson, L. a., Cook, R. S., Nichols, C., Rush, Lampropoulos, G., Cohen, G., & J. D. (2009). The meta-analysis of clinical judgment project: Effects of experience on judgment accuracy. *The Counseling Psychologist, 37*, 350–399. doi: 10.1177/0011000006295149
- Squires, G. (2005). Art, science and the professions. *Studies in Higher Education, 30*, 127–136. doi: 10.1080/03075070500043077
- Stokes, J. (2009). *Practice Wisdom in Child Protection Decision Making*.
- Stokes, J., & Schmidt, G. (2011). Race, poverty and child protection decision making. *British Journal of*

- Social Work*, 41, 1105–1121. doi: 10.1093/bjsw/bcr009
- Sullivan, C., Whitehead, P. C., Leschied, A. W., Chiodo, D., & Hurley, D. (2008). Perception of risk among child protection workers. *Children and Youth Services Review*, 30, 699–704. doi: 10.1016/j.chidyouth.2007.11.010
- Taylor, B. (2006). Factorial surveys: Using vignettes to study professional judgement. *British Journal of Social Work*, 36, 1187–1207. doi: 10.1093/bjsw/bch345
- Taylor, C., & White, S. (2001). Knowledge, truth and reflexivity. *Journal of Social Work*, 1, 37–59. doi: 10.1177/146801730100100104
- Thompson, R., & Wiley, T. R. (2009). Predictors of re-referral to child protective services: a longitudinal follow-up of an urban cohort maltreated as infants. *Child Maltreatment*, 14, 89–99. doi: 10.1177/1077559508325317
- Tsaoussi, A., & Zervogianni, E. (2010). Judges as satisficers: A law and economics perspective on judicial liability. *European Journal of Law and Economics*, 29, 333–357. doi: 10.1007/s10657-009-9123-9
- Tsui, L. (1999). Courses and instruction affecting critical thinking. *Research in Higher Education*, 40, 185–200. doi: 10.1023/A:1018734630124
- Uhlig, C. E., Seitz, B., Eter, N., Promesberger, J., & Busse, H. (2014). Efficiencies of internet-based digital and paper-based scientific surveys and the estimated costs and time for different-sized cohorts. *PLoS One*, 9, e108441. doi: 10.1371/journal.pone.0108441
- United Nations, U. (1989). Convention on the rights of the child. Office of the United Nations Higher Commissioner for Human Rights Convention on the Rights of the Child 1989.
- United Nations, U. (2011). *Men in families and family policy in a changing world*.
- Walker, J., Archer, J., & Davies, M. (2005). Effects of rape on men: A descriptive analysis. *Archives of Sexual Behavior*, 34, 69–80. doi: 10.1007/s10508-005-1001-0
- Wiener, R. L., Voss, A. M., Winter, R. J., & Arnot, L. (2005). The more you see it, the more you know it: Memory accessibility and sexual harassment judgments. *Sex Roles*, 53, 807–820. doi: 10.1007/s11199-005-8294-2
- Wright, S. P., Horn, S. P., & Sanders, W. L. (1997). Teacher and classroom context effects on student achievement: Implications for teacher evaluation. *Journal of Personnel Evaluation in Education*, 11, 57–67. doi: 10.1023/A:1007999204543
- Zellman, G. L. (1992). The impact of case characteristics on child abuse reporting decisions. *Child Abuse & Neglect*, 16, 57–74. doi: 10.1016/0145-2134(92)90008-F



---

---

## CONCLUSÃO

---

---



As tomadas de decisão constituem processos transversais a múltiplas áreas do quotidiano pessoal e profissional (Glöckner & Witteman, 2010; Kaufmann et al., 2013). No caso específico da presente tese, o objecto fundamental em estudo é o processo de tomada de decisão de juizes em situações de maus-tratos. A diversidade de factores que podem influenciar a decisão final em situações de maus-tratos na infância (da vítima, do ofensor, contextuais, etc.) (ver Benbenishty et al., 2015; Bhatti-Sinclair & Sutcliffe, 2012; Coohy, 2006; Dettlaff, Graham, Holzman, Baumann, & Fluke, 2015; Font & Maguire-Jack, 2015) ajuda, em parte, a compreender quão complexo pode ser o processo, bem como as dificuldades e/ou indecisões com que se confrontam os seus intervenientes. Os estudos que constituem esta tese abordam alguns aspectos particulares e menos percebidos - mas não menos relevantes - dos processos de tomada de decisão em situações de maus-tratos de menores, procurando assim contribuir para uma melhor compreensão deste fenómeno multifacetado. Partiu-se do plano teórico, onde se identificaram alguns hiatos na literatura, para o plano experimental. A partir da compreensão dos modelos teóricos subjacentes à tomada de decisão de juizes e da compreensão de potenciais factores influenciadores dessa mesma decisão foi possível estabelecer problemas e hipóteses a ser respondidas nos estudos ao longo da tese.

Através do primeiro estudo (“How do judges make their decisions? A systematic literature review”) é possível compreender a complexidade do processo de tomada de decisão em situações de maus-tratos. Existe uma multitude de factores descritos na literatura como relevantes para a decisão, embora existam ainda alguns factores pouco explorados. A lista de factores a investigar é extensa e está em constante atualização dada a imprevisibilidade das situações. Esta característica dificulta a construção de um modelo teórico integrativo que abranja satisfatoriamente a multiplicidade de factores que contribuem para as tomadas de decisão, não existindo consequentemente um modelo que, por si só, constitua uma representação satisfatória e universalmente aceite destes processos.

É importante assumir que todas as decisões ocorrem num contexto particular, caracterizado pelos indivíduos que o constituem e pelo seu sistema legislativo, entre outros. As características pessoais parecem ser apenas um dos elementos que afectam as tomadas de decisão dos profissionais, já que para elas contribuem ainda características do contexto, da vítima e do ofensor (Benbenishty et al., 2015b; Coohy, 2006; Roets & Hiel, 2011). Tais características têm sido exploradas de forma relativamente sistemática pela literatura especializada (e.g., Bhatti-Sinclair & Sutcliffe, 2012; Dettlaff et al., 2011; Horwitz, Hurlburt, Cohen, Zhang, & Landsverk, 2011; Stokes & Schmidt, 2011). Ainda assim há algumas características (e.g., formação académica) e relações profissionais cujo papel não é inteiramente compreendido e que são explorados nos outros estudos

desta tese (“Tomada de Decisão de Profissionais sobre a Retirada de Menores à Família” e “Decision making about child abuse situations: Laypeople vs. Law students”).

No segundo estudo (“Tomada de decisão de profissionais sobre a retirada de menores à família”) pretendeu-se comparar as perspectivas de diferentes profissionais que intervêm em situações de maus-tratos infantis com as perspectivas dos juizes, responsáveis últimos pelas decisões judiciais. Contudo, a dificuldade na obtenção de respostas por parte dos juizes obrigou a uma adaptação do objetivo inicial, tendo-se estudado a perspectiva de outros profissionais, nomeadamente psicólogos, assistentes/ educadores sociais e professores quanto a alguns fatores específicos: i) aos profissionais envolvidos no processo de tomada de decisão; ii) aos serviços disponibilizados para a criança e a família; e iii) aos fatores específicos de situações de maus-tratos. Contrariamente ao que tem sido encontrado na literatura especializada, os resultados evidenciaram que os participantes atribuem uma importância relativa ou até mesmo reduzida à família ou tutores legais no decorrer do processo. Estes resultados poderão, contudo, traduzir uma desvalorização mais aparente do que real, já que foi pedido aos participantes que assinalassem simplesmente os serviços que consideram relevantes para a tomada de decisão em situações de maus-tratos. Se as pessoas/serviços a envolver na tomada de decisão fossem apresentados aos participantes numa escala tipo *Likert* os resultados poderiam ser diferentes (Malhotra & Birks, 2007). Em todo o caso os nossos participantes poderão efetivamente considerar, ao contrário do que tem sido sugerido por alguns autores (e.g., Abramson-Madden, Crampton, Crea, & Usher, 2008; Connolly & Morris, 2012; Davidson-Arad & Benbenishty, 2008; Edwards, 2009; Gunderson, Cahn, & Wirth, 2003) que o envolvimento das famílias ou tutores legais não contribui decisivamente para a melhor tomada de decisão. Isto não significa que não possam ainda assim considerar, como os autores referidos, que um qualquer envolvimento das famílias /ou dos tutores legais poderá ajudar nas relações familiares, tornando-as mais fortes e seguras ou até potenciar a estabilidade emocional dos pais e, conseqüentemente, das crianças.

Os resultados relativos à percepção de importância de determinados serviços (serviços de saúde, serviços sociais e de educação e serviços jurídicos/ legais) no processo de promoção e proteção infantil, evidenciam que os serviços de saúde são percebidos como os mais relevantes o que é consonante com a elevada importância atribuída aos técnicos do serviço de perícia médico-legal e aos psicólogos. Os serviços jurídicos/ legais são, aparentemente, os menos importantes para os participantes. Tendo em conta que estes serviços incluem a participação dos juizes que, com frequência, são os decisores finais (Lei 147/ 99, 1 de setembro, 1999), este resultado é surpreendente. Os participantes entenderão, porventura, que a participação dos juizes é essencial



apenas na fase final do processo, sendo os outros profissionais e serviços fulcrais para o desenrolar do processo até esse momento. Tão fulcrais que o juiz, por não ter acesso direto a certas informações e aos contextos em que as situações ocorrem, fica dependente de informações, avaliações e opiniões de outros profissionais. Na mesma linha, os participantes poderão perspetivar a importância dos diferentes intervenientes numa ótica de tempo despendido com o processo, julgando por isso como menos importante quem eventualmente aloca menos tempo a cada processo individual de maus-tratos.

Ainda relativamente ao segundo estudo, analisou-se o ponto de vista dos profissionais face a uma multitude de fatores frequentemente associados a situações de maus-tratos infantis. Os resultados revelaram que a decisão dos participantes poderá estar mais dependente de características como a gravidade, risco de recorrência e duração ou padrão do abuso, do que de características como o nível socioeconómico. É interessante que o nível socioeconómico pareça ser relativizado pelos participantes, uma vez que os centros de acolhimento recebem, na generalidade, crianças de um estatuto mais desfavorecido (Alves, 2007; Fox & Berrick, 2007; Quintãns, 2009) o que poderá sugerir que o nível socioeconómico constitui uma variável relevante para a decisão de institucionalização. Pelo contrário, crianças cujas famílias pertencem a um nível socioeconómico mais elevado poderão ter outros recursos familiares que se constituem como alternativa aos centros de acolhimento. Talvez o facto de os profissionais que trabalham na proteção de menores lidarem de forma tão sistemática com crianças e famílias de um único nível socioeconómico (geralmente baixo) acabe por induzir alguma relativização da questão. A reduzida importância atribuída ao nível socioeconómico poderá também ser representativa da desejabilidade social frequentemente evidenciada no quotidiano e na resposta a este tipo de questionários (e.g., Fisher & Katz, 2000).

O terceiro estudo, intitulado “Decision making about child abuse situations: Laypeople vs. Law students”, derivou da necessidade de explorar a potencial influência da formação académica na tomada de decisão. Em Portugal o tribunal, em particular, o juiz detém o poder de tomar decisões últimas, sempre que as instâncias mais próximas não conseguem intervir adequadamente com vista a minimizar ou extinguir o risco de maus-tratos infantis (*Lei 147/ 99, 1 de setembro, 1999*). Procurou-se compreender potenciais diferenças na tomada de decisão quanto à retirada dos menores às famílias, entre dois grupos com experiências académicas distintas (estudantes de direito e população geral). Estudou-se também o nível de confiança na tomada de decisão e a importância relativa atribuída a um conjunto de características dos maus-tratos (e.g., sexo da criança, tipo de maus-tratos). A pertinência deste estudo relaciona-se com a inconsistência verificada na literatura quando se analisa a potencial influência da experiência nas tomadas de decisão (Osimo & Benbenishty, 2004).

Genericamente verificou-se em ambos os grupos uma clara tendência para, em situações de risco percebido, se defender a retirada da criança à família. Para além disso, o nível de confiança dos participantes na decisão revelou-se superior quando optavam pela retirada da criança. Uma explicação para isto é a possível existência de uma noção de dever de proteção que, na opinião dos participantes, estará mais assegurado com o afastamento da eventual vítima do contexto de risco. O nível de confiança dos participantes na decisão pode também estar de certa forma relacionado com o tempo de resposta do participante, que não foi medido. Quando optam por retirar a criança à família é compreensível que o processo que culmina nessa decisão seja mais demorado, tendo em conta as consequências inerentes. Por seu turno, o facto de o intervalo de tempo dedicado à decisão ser mais longo pode conferir um grau de confiança mais elevado na decisão.

No que respeita à confiança na decisão e à importância das diferentes características específicas de situações de maus-tratos, foram encontradas diferenças significativas entre os grupos. Os estudantes de direito afirmam estar mais confiantes na sua decisão do que a população em geral. A idade e a familiarização com casos semelhantes e com a necessidade de tomar decisões jurídicas e legais, ainda que em contexto de sala de aula, podem ter sido fatores que contribuíram para uma maior confiança na decisão (Baird, 1978; Hardy, 1991; Heise & Sisk, 2012; Manning et al., 2004; Silecchia, 1996; Weinshall-Margel, 2011).

Ainda no que diz respeito ao *ranking* das diferentes características específicas, a ausência de relação entre a opinião dos participantes e a frequência das mesmas nos processos consultados é interessante. Na verdade, a escolha das variáveis a incluir nas vinhetas (e.g., idade da criança) baseou-se essencialmente numa análise de frequência dessas mesmas variáveis nos processos. Interpretou-se que as variáveis mencionadas com mais frequência nas decisões judiciais seriam aquelas a que o juiz atribuiu mais relevância ao longo do processo de tomada de decisão. Neste sentido é curioso o facto de não existir associação entre a ordem de importância atribuída pelos participantes e a frequência com que as mesmas foram mencionadas nos processos judiciais. Na verdade, esta diferença poderá dever-se à experiência profissional de alguns juizes. Poderá ainda ter sido importante o facto de os participantes terem acesso a um menor número de variáveis do que os juizes, uma vez que a questão foi realizada numa escala comparativa de apenas 8 variáveis.

Foram também encontradas diferenças intra-grupais nas tomadas de decisão dos estudantes de direito. O padrão de decisão entre os estudantes é semelhante, com exceção dos estudantes de doutoramento. Estes últimos tendem a optar mais pela retirada das crianças à família. Não sendo fácil explicar esta discrepância, pode levantar-se a hipótese de ao longo do curso de doutoramento serem

abordados conteúdos ou questões específicas de direito ou outras, que coloquem em causa a perspetiva inicial. No entanto, estes resultados têm de ser interpretados com alguma cautela, uma vez que a amostra é de conveniência.

Na generalidade, os resultados do terceiro estudo mostram que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, ao nível das tomadas de decisão. Mais especificamente, os participantes, apesar das diferenças na formação académica, tendem a ajuizar os casos de forma idêntica. Tal facto poderá ser indicador da reduzida influência da formação académica nas tomadas de decisão, o que é curioso e simultaneamente preocupante uma vez que é de esperar que a formação influencie de alguma forma as perspetivas dos alunos, pelo menos em áreas técnicas específicas.

Tendo em conta os resultados dos estudos, é possível perceber a complexidade do processo de tomada de decisão. As múltiplas variáveis que aparentemente interferem no referido processo, dificultam a construção de um modelo explicativo abrangente e completo. Na verdade, os subprocessos e variáveis que compõem a tomada de decisão final em situações de risco de menores são frequentemente específicos de uma determinada situação, o que contribui ainda mais para a sua complexidade. De qualquer forma, os nossos estudos sugerem que tanto o local de trabalho, como a profissão e a formação académica, não parecem exercer uma influência verdadeiramente significativa no que respeita às tomadas de decisão. Pelo contrário, variáveis pessoais, como por exemplo o género, poderão afetar as tomadas de decisão mais do que seria de esperar. Se em futuros estudos se verificar que estes resultados têm verdadeira sustentação, poderá porventura concluir-se que é necessário mitigar o peso dos factores pessoais nas tomadas de decisão (partindo do princípio de que é impossível eliminá-los) no sentido de uniformizar as decisões e de diminuir a sua eventual aleatoriedade. Igualmente importante é o facto de, aparentemente, a formação em direito, ao nível da licenciatura, não parecer influenciar significativamente o tipo de tomada de decisão. Porventura será útil, no futuro, considerar a inclusão de experiências práticas ao longo do curso, nomeadamente estágios na área do direito dos menores.

## **Limitações**

Consideramos que a tese apresentada, apesar de constituir um passo importante na investigação do processo da tomada de decisão dos juízes em situações de maus-tratos infantis, apresenta também algumas limitações, ainda que estas não invalidem os resultados encontrados. A primeira limitação foi a utilização de vinhetas para a apresentação de casos específicos. Não obstante este ser um método frequentemente utilizado para estudar situações de maus-tratos infantis, comporta

alguns problemas (Albrecht et al., 2012; Benbenishty & Schmid, 2013), nomeadamente o facto de ser criado um meio artificial para a tomada de decisão e de as vinhetas constituírem uma representação limitada de uma realidade muito complexa, pautada por pressões, constrangimentos temporais e ruído informativo (Benbenishty et al., 2015b). De qualquer forma, procurou-se lidar com esta limitação através da realização de um estudo prévio, de forma a aproximar as situações hipotéticas retratadas nas vinhetas a situações reais. Para tal, foram consultados processos de promoção e proteção de menores, através dos quais foi possível identificar as características que surgem com maior frequência nos processos mencionados (e.g., tipo de maus-tratos e sexo da criança).

Ainda relativamente à metodologia utilizada, é importante referir a limitação associada à utilização de instrumentos baseados no autorrelato. Este método de recolha de dados apresenta algumas desvantagens, uma vez as respostas podem não constituir uma representação fiel da opinião do participante (Kohlsdorf & Junior, 2009). Para além disso, a desejabilidade social pode condicionar as respostas e consequentemente os resultados obtidos (Schwartz, Verkasalo, & Antonovsky, 1997). A utilização de uma medida independente da desejabilidade social poderia ter auxiliado no controle de uma eventual tendência de distorção das apreciações dos participantes.

Uma outra limitação diz respeito ao modo de disseminação dos questionários. Existem alguns estudos comparativos que se focam nos questionários online e em papel (e.g. Lim, Ong, Wilder-Smith, & Seet, 2006; Liu & Susilo, 2014; Padhye, Goktas, & Kurt, 2009; Uhlig, Seitz, Eter, Promesberger, & Busse, 2014). O formato online é frequentemente considerado mais eficiente no que concerne ao equilíbrio custo-benefício (Lim et al., 2006; Liu & Susilo, 2014; Padhye et al., 2009). Requer menos esforço e permite uma maior abrangência geográfica, ao mesmo tempo que minimiza o erro no processamento de dados (Lim et al., 2006; Padhye et al., 2009). Contudo, os questionários em formato online estão acessíveis apenas à parte da população com acesso à *Internet* e com facilidade de manuseamento de dispositivos informáticos.

Importa também salientar que a generalização dos resultados está desde logo limitada pelo facto de as amostras utilizadas ao longo da tese serem amostras de conveniência. Apesar de este tipo de amostra não probabilística ter algumas vantagens, como a celeridade na recolha de dados e o baixo custo, a reduzida precisão e potenciais enviesamentos na seleção da amostra podem inibir a generalização e confiabilidade dos resultados (Ferber, 1977; Kinnear & Taylor, 1979).

## Estudos futuros

Com base nos estudos realizados, é possível fazer algumas sugestões para investigações futuras. Como se referiu anteriormente, foi realizado um estudo de processos reais de situações de maus-tratos infantis com vista a construir o instrumento para um dos estudos apresentados. Durante a análise dos processos, ao longo de 8 meses, foi possível constatar a importância que estes têm para a investigação na área. Na verdade, no futuro será importante conseguir estabelecer algumas hipóteses a partir da consulta desses mesmos processos. Assim, será possível compreender de um modo mais profundo a realidade nacional nesta temática específica.

Como também foi referido ao longo da tese, salienta-se o facto de a diversidade de modelos existentes não traduzir a complexidade e a abrangência do processo de tomada de decisão. É ainda assim (ou por isso mesmo) essencial que se explore a potencialidade desses mesmos modelos com vista a construir uma perspectiva inclusiva do processo de tomada de decisão em situações de maus-tratos infantis. A complexidade deste processo, bem como os profissionais e as diversas variáveis que contribuem para o seu desenvolvimento, necessitam de ser consideradas aquando da construção de novos modelos.

É ainda fundamental que se considerem os processos intuitivos que estão na origem de algumas decisões (Gunderson et al., 2003; Mukherjee, 2010). Estes processos, denominados de regras heurísticas, facilitam muitas das decisões do quotidiano e também algumas decisões profissionais (e.g., Dhimi & Ayton, 2001). No entanto, tanto quanto é do nosso conhecimento, a sua utilização em casos de maus-tratos infantis ainda não foi estudada. Estas regras poderão ajudar a perceber o processo decisório, nomeadamente no que diz respeito à aplicação de regras de decisão simplificadas a partir da evidência ou apesar da evidência.

Será ainda interessante estudar o papel de cada uma das características específicas de situações de maus-tratos (ou de conjuntos específicos) (e.g., características dos maus-tratos, nomeadamente a gravidade, características pessoais a experiências profissionais) nas tomadas de decisão, dado que os profissionais podem valorizar sistematicamente determinadas características, independentemente do seu peso em cada caso concreto.

Por último, é essencial que o processo de tomada de decisão dos juizes, responsáveis últimos pelas medidas de proteção a aplicar, seja estudado de forma sistemática. É importante compreender como se posicionam os juizes face aos diferentes casos de maus-tratos e de que modo integram a múltipla informação que lhes é apresentada (Rodrigues et al., 2015). Neste particular o estudo da

fundamentação das decisões judiciais constantes dos processos de promoção e proteção de menores poderá ser da maior relevância.

### Referências Bibliográficas

- Abramson-Madden, A., Crampton, D. S., Crea, T. M., & Usher, C. L. (2008). Variability in the implementation of team decisionmaking (TDM): Scope and compliance with the family to family practice model. *Children and Youth Services Review, 30*, 1221–1232. doi: 10.1016/j.chidyouth.2008.03.007
- Albrecht, G., Beard, T., Bianchi, G., Draca, J., Fluke, J., Gerbaka, B., Gray, J., Madrid, J., Manion, K., Mansel, J., Tonmyr, L., & Van Puyenbroeck, H.S. (2012). Child neglect: National data profiles. In H. Dubowitz (Ed.), *World perspectives on child abuse (10th ed.)* (pp. 48–56). Aurora, CO: International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect (ISPCAN).
- Alves, S. (2007). *Filhos da Madrugada – Percursos de Adolescentes em Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Baird, L. (1978). A survey of the relevance of legal training to law school graduates. *Journal of Legal Education, 29*(3), 264–294.
- Benbenishty, R., Davidson-Arad, B., López, M., Devaney, J., Spratt, T., Koopmans, C., Knorth, E., Witteman, C., Del Valle, J., & Hayes, D. (2015). Decision making in child protection: An international comparative study on maltreatment substantiation, risk assessment and interventions recommendations, and the role of professionals' child welfare attitudes. *Child Abuse & Neglect, 49*, 63-75. doi: 10.1016/j.chiabu.2015.03.015
- Benbenishty, R., & Schmid, H. (2013). Public attitudes toward the identification and reporting of alleged maltreatment cases among social groups in Israel. *Children and Youth Services Review, 35*, 332–339. doi: 10.1016/j.chidyouth.2012.11.013
- Bhatti-Sinclair, K., & Sutcliffe, C. (2012). What determines the out-of-home placement of children in the USA? *Children and Youth Services Review, 34*, 1749–1755. doi: 10.1016/j.chidyouth.2012.05.004
- Bhatti-Sinclair, K., & Sutcliffe, C. (2013). Challenges in identifying factors which determine the placement of children in care? An international review. *Child and Adolescent Social Work Journal, 30*, 345–363. doi: 10.1007/s10560-012-0293-x
- Connolly, M., & Morris, K. (2012). Family decision making in child welfare: Challenges in developing a

- knowledge base for practice. *Child Abuse Review*, 21, 41–52. doi: 10.1002/car.1143
- Coohy, C. (2006). Physically abusive fathers and risk assessment. *Child Abuse & Neglect*, 30, 467–480. doi: 10.1016/j.chiabu.2004.10.016
- Davidson-Arad, B., & Benbenishty, R. (2008). The role of workers' attitudes and parent and child wishes in child protection workers' assessments and recommendation regarding removal and reunification. *Children and Youth Services Review*, 30, 107–121. doi: 10.1016/j.chidyouth.2007.07.003
- Dettlaff, A. J., Christopher Graham, J., Holzman, J., Baumann, D. J., & Fluke, J. D. (2015). Development of an instrument to understand the child protective services decision-making process, with a focus on placement decisions. *Child Abuse & Neglect*, 49, 24-34. doi: 10.1016/j.chiabu.2015.04.007
- Dettlaff, A. J., Rivaux, S. L., Baumann, D. J., Fluke, J. D., Rycraft, J. R., & James, J. (2011). Disentangling substantiation: The influence of race, income, and risk on the substantiation decision in child welfare. *Children and Youth Services Review*, 33, 1630–1637. doi: 10.1016/j.chidyouth.2011.04.005
- Dhami, M. K., & Ayton, P. (2001). Bailing and jailing the fast and frugal way. *Journal of Behavioral Decision Making*, 14, 41–68. doi: 10.1002/bdm.371
- Edwards, L. (2009). Engaging fathers in the child protection process: The judicial role. *Juvenile and Family Court Journal*, 60(2), 1–29.
- Ferber, R. (1977). Research By Convenience. [Editorial]. *The Journal of Consumer Research*, 4 (June).
- Fisher, R. J., & Katz, J. E. (2000). Social-desirability bias and the validity of self-reported values. *Psychology and Marketing*, 17, 105–120. doi: 10.1002/(SICI)1520-6793(200002)17:2<105::AID-MAR3>3.0.CO;2-9
- Font, S. A., & Maguire-Jack, K. (2015). Reprint of “Decision-making in child protective services: Influences at multiple levels of the social ecology.” *Child Abuse & Neglect*, 49, 50–62. doi: 10.1016/j.chiabu.2015.10.011
- Fox, A., & Berrick, J. (2007). A response to no one ever asked us: A review of children's experiences in out-of-home care. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 24, 23–51. doi: 10.1007/s10560-006-0057-6
- Glöckner, A., & Witteman, C. (2010). Beyond dual-process models: A categorisation of processes underlying intuitive judgement and decision making. *Thinking & Reasoning*, 16, 1–25. doi: 10.1080/13546780903395748

- Gunderson, K., Cahn, K., & Wirth, J. (2003). The Washington State long-term outcome study. *Protecting Children, 18*(1), 42–47.
- Hardy, I. T. (1991). Why legal research training is so bad: A response to Howland and Lewis. *Journal of Legal Education, 41*(2), 221-225.
- Heise, M., & Sisk, G. C. (2012). Religion, schools, and judicial decision making: An empirical perspective. *The University of Chicago Law Review, 79*, 185–212.
- Horwitz, S. M., Hurlburt, M. S., Cohen, S. D., Zhang, J., & Landsverk, J. (2011). Predictors of placement for children who initially remained in their homes after an investigation for abuse or neglect. *Child Abuse & Neglect, 35*, 188–198. doi: 10.1016/j.chiabu.2010.12.002
- Kaufmann, E., Reips, U. D., & Wittmann, W. W. (2013). A critical meta-analysis of lens model studies in human judgment and decision-making. *PloS One, 8*, e83528. doi: 10.1371/journal.pone.0083528
- Kinncar, T. C., & Taylor, J. R. (1979). *Marketing research: An applied approach*. New York: McGraw Hill.
- Kohlsdorf, M., & Junior, Á. (2009). O autorrelato na pesquisa em psicologia da saúde: Desafios metodológicos. *Psicologia Argumento, 27*(57), 131–139.
- Lei 147/ 99, 1 de setembro. Diário da República (1999). Portugal.
- Lim, E. C. H., Ong, B. K. C., Wilder-Smith, E. P. V, & Seet, R. C. S. (2006). Computer-based versus pen-and-paper testing: Students' perception. *Annals of the Academy of Medicine Singapore, 35*(9), 599–603.
- Liu, J. K., & Susilo, W. (2014). New insight to preserve online survey accuracy and privacy in big data era. *University of Wollongong Research Online, 8713*, 182–199.
- Malhotra, N., & Birks, D. (2007). Measurement and scaling: fundamentals, comparative and non-comparative scaling. In *Marketing Research: An Applied Approach, Third Edition* (pp. 334–368). Prentice Hall.
- Manning, K. L., Carroll, B. A., & Carp, R. A. (2004). Does age matter? Judicial decision making in age discrimination cases. *Social Science Quarterly, 85*, 1–18. doi: 10.1111/j.0038-4941.2004.08501001.x
- Mukherjee, K. (2010). A dual system model of preferences under risk. *Psychological Review, 117*, 243–255. doi: 10.1037/a0017884
- Osmo, R., & Benbenishty, R. (2004). Children at risk: rationales for risk assessments and interventions. *Children and Youth Services Review, 26*, 1155–1173. doi: 10.1016/j.chilyouth.2004.05.006
- Padhye, L., Goktas, R., & Kurt, Z. (2009). The online survey: An efficient and effective means of



- engineering graduate student assessment. In *ASEE Annual Conference and Exposition*.
- Quintães, C. (2009). Era uma vez a instituição onde cresci: Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização (Tese de Mestrado não publicada). Braga, Portugal: Universidade do Minho.
- Rodrigues, L., Calheiros, M., & Pereira, C. (2015). The decision of out-of-home placement in residential care after parental neglect: Empirically testing a psychosocial model. *Child Abuse & Neglect*, *49*, 35–49. doi: 10.1016/j.chiabu.2015.03.014
- Roets, A., & Hiel, A. Van. (2011). An integrative process approach on judgment and decision making: The impact of arousal, affect, motivation, and cognitive ability. *The Psychological Record*, *61*(3), 497–520.
- Schwartz, S., Verkasalo, M., & Antonovsky, A. (1997). Value priorities social desirability: Much substance, some style. *British Journal of Social Psychology*, *36*, 3–19. doi: 10.1111/j.2044-8309.1997.tb01115.x
- Silecchia, L. A. (1996). Legal skills training in the first year of law school: Research? Writing? Analysis? Or more? *Scholarly Articles and Other Contributions*, *245*.
- Stokes, J., & Schmidt, G. (2011). Race, poverty and child protection decision making. *British Journal of Social Work*, *41*, 1105–1121. doi: 10.1093/bjsw/bcr009
- Uhlig, C. E., Seitz, B., Eter, N., Promesberger, J., & Busse, H. (2014). Efficiencies of internet-based digital and paper-based scientific surveys and the estimated costs and time for different-sized cohorts. *PLoS One*, *9*, e108441. doi: 10.1371/journal.pone.0108441
- Weinshall-Margel, K. (2011). Attitudinal and neo-institutional models of supreme court decision making: an empirical and comparative perspective from Israel. *Journal of Empirical Legal Studies*, *8*, 556–586. doi: 10.1111/j.1740-1461.2011.01220.x



---

---

ANEXOS



---

**ANEXO 1: TOMADA DE DECISÃO DE PROFISSIONAIS SOBRE A RETIRADA DE MENORES À FAMÍLIA**

---

**Anexo A: Questionário Demográfico**

**SEXO**

- Masculino  
 Feminino

**IDADE** (ex.: 20)

**REGIÃO ONDE RESIDE**

- |   |  |  |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> Alentejo       | <input type="checkbox"/> Entre Douro e Minho | <input type="checkbox"/> Trás-os-Montes e Alto |
| <input type="checkbox"/> Algarve        | <input type="checkbox"/> Estremadura e       | douro  |
| <input type="checkbox"/> Beira Interior | Ribatejo                                     | <input type="checkbox"/> Açores                |
| <input type="checkbox"/> Litoral        | <input type="checkbox"/> Lisboa e Setúbal    | <input type="checkbox"/> Madeira               |

**ESTADO CIVIL**

- |   |                                       |
|---|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Solteiro/a     | <input type="checkbox"/> Divorciado/a |
| <input type="checkbox"/> União de facto | <input type="checkbox"/> Viúvo/a      |
| <input type="checkbox"/> Casado/a       |                                       |

**NÚMERO DE FILHOS**

- |                            |                                    |
|----------------------------|------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 0 | <input type="checkbox"/> 2         |
| <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 3 ou mais |

**HABILITAÇÕES LITERÁRIAS**

- |                                 |                                       |
|---------------------------------|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 4º ano | <input type="checkbox"/> 12º ano      |
| <input type="checkbox"/> 6º ano | <input type="checkbox"/> Mestrado     |
| <input type="checkbox"/> 9º ano | <input type="checkbox"/> Doutoramento |

**PROFISSÃO**

## Anexo B: Vinhetas

### Caso A

O António (nome fictício) é uma criança, de dois anos, proveniente de uma família tradicional (mãe e pai). A referenciação foi realizada por um médico do hospital. A criança tinha contusões nas nádegas e lacerações nas costas, aparentemente provocadas por um cinto ou por um chicote. É a primeira queixa formal à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). A família não teve contactos prévios com os serviços sociais. O horário do pai é variável e raramente está em casa; recusa-se a ser entrevistado pelos profissionais da CPCJ, ordenando-lhes constantemente que se retirem. A mãe aparenta estar deprimida e esgotada; afirma que muitas vezes não consegue lidar com a criança nem com os problemas que esta lhe coloca.

1. Que serviços consideraria para a criança e para a família biológica?

---

---

---

2. Pense sobre casos como este em que esteve envolvido(a). Quão importantes foram cada um dos domínios seguintes (ou peças de informação) para recomendar (tomar) uma decisão sobre a retirada de uma criança de casa versus mantê-la na família com acompanhamento de serviços apropriados (tendo em conta a realidade dos serviços existentes na sua comunidade)? Por favor, faça seleccione e número que mais se adequa: 1 (nada importante) a 7 (extremamente importante).

	<b>Nada importante</b>					<b>Extremamente importante</b>	
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
Gravidade do abuso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Duração/ padrão do abuso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Risco da recorrência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade da criança recontar o abuso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Nível de desenvolvimento da criança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vínculo da criança aos pais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade cognitiva dos pais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Stress a que os pais estão sujeitos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Abuso de substâncias por parte dos pais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Psicopatologias dos pais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços que foram disponibilizados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Resposta dos pais a serviços anteriores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Suporte social da família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Situação financeira da família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estabilidade da família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualidade das relações das crianças com irmãos ou outros membros da família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Segurança/ riscos da comunidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Disponibilidade de colocações de qualidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3. Indique as 5 dimensões (das 18 apresentadas) mais importantes para si, aquando de uma tomada decisão sobre colocação, num caso semelhante a este (coloque “1” à esquerda da dimensão mais importante, “2” à esquerda da segunda dimensão mais importante, e assim sucessivamente).

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Gravidade do abuso                      | <input type="checkbox"/> Serviços que foram disponibilizados   |
| <input type="checkbox"/> Duração/ padrão do abuso                | <input type="checkbox"/> Resposta dos pais a serviços anteriores                                     |
| <input type="checkbox"/> Risco da recorrência                    | <input type="checkbox"/> Suporte social da família   |
| <input type="checkbox"/> Capacidade da criança recontar o abuso  | <input type="checkbox"/> Situação financeira da família  |
| <input type="checkbox"/> Nível de desenvolvimento da criança     | <input type="checkbox"/> Estabilidade da família   |
| <input type="checkbox"/> Vínculo da criança aos pais             | <input type="checkbox"/> Qualidade das relações das crianças com irmãos ou outros membros da família |
| <input type="checkbox"/> Capacidade cognitiva dos pais           | <input type="checkbox"/> Segurança/ riscos da comunidade   |
| <input type="checkbox"/> Stress a que os pais estão sujeitos     | <input type="checkbox"/> Disponibilidade de colocações de qualidade                                  |
| <input type="checkbox"/> Abuso de substâncias por parte dos pais |  |
| <input type="checkbox"/> Psicopatologias dos pais                |  |

4. Tendo por base a sua experiência, quem envolveria na tomada de decisão? (selecione todos os que se aplicarem)

Juiz do Tribunal de Menores

Tutor legal

Profissional da CPCJ

Assistente Social

Polícia

Psicólogo Clínico

Professor

Outro: \_\_\_\_\_



## Caso B

O Artur (nome fictício) é um menino caucasiano, de seis anos, proveniente de uma família tradicional (mãe e pai). Neste caso, os funcionários da escola chamaram os serviços sociais depois de a criança ter faltado à escola durante dois dias e ter regressado com contusões na cabeça (notadas apenas depois de a criança ter tirado o boné). Este é o primeiro envolvimento da família com os serviços sociais. Sob investigação, o pai admite ter batido com o punho na cabeça da criança. Esta, não recebeu apoio médico. Quando questionado sobre as suas ações, o pai insistiu que ninguém tinha nada a ver como o modo como ele disciplinava o filho. A mãe não admite nem nega nada, mas aparenta sentir-se intimidada pelo marido.

1. Que serviços consideraria para a criança e para a família biológica?

---

---

---

2. Pense sobre casos como este em que esteve envolvido(a). Quão importantes foram cada um dos domínios seguintes (ou peças de informação) para recomendar (tomar) uma decisão sobre a retirada de uma criança de casa versus mantê-la na família com acompanhamento de serviços apropriados (tendo em conta a realidade dos serviços existentes na sua comunidade)? Por favor, faça selecione e número que mais se adequa: 1 (nada importante) a 7 (extremamente importante).

	<b>Nada importante</b>			<b>Extremamente importante</b>			
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
Gravidade do abuso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Duração/ padrão do abuso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Risco da recorrência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade da criança recontar o abuso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Nível de desenvolvimento da criança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vínculo da criança aos pais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade cognitiva dos pais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Stress a que os pais estão sujeitos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Abuso de substâncias por parte dos pais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Psicopatologias dos pais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços que foram disponibilizados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Resposta dos pais a serviços anteriores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Suporte social da família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Situação financeira da família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estabilidade da família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualidade das relações das crianças com irmãos ou outros membros da família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Segurança/ riscos da comunidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Disponibilidade de colocações de qualidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3. Indique as 5 dimensões (das 18 apresentadas) mais importantes para si, aquando de uma tomada decisão sobre colocação, num caso semelhante a este (coloque “1” à esquerda da dimensão mais importante, “2” à esquerda da segunda dimensão mais importante, e assim sucessivamente).

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Gravidade do abuso                      | <input type="checkbox"/> Serviços que foram disponibilizados   |
| <input type="checkbox"/> Duração/ padrão do abuso                | <input type="checkbox"/> Resposta dos pais a serviços anteriores                                     |
| <input type="checkbox"/> Risco da recorrência                    | <input type="checkbox"/> Suporte social da família   |
| <input type="checkbox"/> Capacidade da criança recontar o abuso  | <input type="checkbox"/> Situação financeira da família  |
| <input type="checkbox"/> Nível de desenvolvimento da criança     | <input type="checkbox"/> Estabilidade da família   |
| <input type="checkbox"/> Vínculo da criança aos pais             | <input type="checkbox"/> Qualidade das relações das crianças com irmãos ou outros membros da família |
| <input type="checkbox"/> Capacidade cognitiva dos pais           | <input type="checkbox"/> Segurança/ riscos da comunidade   |
| <input type="checkbox"/> Stress a que os pais estão sujeitos     | <input type="checkbox"/> Disponibilidade de colocações de qualidade                                  |
| <input type="checkbox"/> Abuso de substâncias por parte dos pais |  |
| <input type="checkbox"/> Psicopatologias dos pais                |  |

4. Tendo por base a sua experiência, quem envolveria na tomada de decisão? (selecione todos os que se aplicarem)

Juiz do Tribunal de Menores

Tutor legal

Profissional da CPCJ

Assistente Social

Polícia

Psicólogo Clínico

Professor

Outro: \_\_\_\_\_

## Caso C

O Afonso (nome fictício) é um menino caucasiano, de seis anos, proveniente de uma família tradicional (mãe e pai). No incidente atual, o pai bateu na criança com um cinto, deixando contusões profundas e vergões nas costas. Já decorreram três investigações: nas primeiras duas, os pais negaram ter batido na criança; na terceira o pai admitiu tê-lo feito e os pais foram obrigados a cooperar com visitas periódicas a casa. Desta vez, os pais negam ter batido na criança, mas as evidências físicas são claras. Os vizinhos já apresentaram queixas devido a discussões, mas nunca foram apresentadas queixas por agressão.

1. Que serviços consideraria para a criança e para a família biológica?

---

---

---

2. Pense sobre casos como este em que esteve envolvido(a). Quão importantes foram cada um dos domínios seguintes (ou peças de informação) para recomendar (tomar) uma decisão sobre a retirada de uma criança de casa versus mantê-la na família com acompanhamento de serviços apropriados (tendo em conta a realidade dos serviços existentes na sua comunidade)? Por favor, faça seleções e número que mais se adequa: 1 (nada importante) a 7 (extremamente importante).

	Nada importante					Extremamente importante	
	1	2	3	4	5	6	7
Gravidade do abuso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Duração/ padrão do abuso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Risco da recorrência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade da criança recontar o abuso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Nível de desenvolvimento da criança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vínculo da criança aos pais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade cognitiva dos pais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Stress a que os pais estão sujeitos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Abuso de substâncias por parte dos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

pais

Psicopatologias dos pais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços que foram disponibilizados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Resposta dos pais a serviços anteriores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Suporte social da família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Situação financeira da família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estabilidade da família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualidade das relações das crianças com irmãos ou outros membros da família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Segurança/ riscos da comunidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Disponibilidade de colocações de qualidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3. Indique as 5 dimensões (das 18 apresentadas) mais importantes para si, aquando de uma tomada decisão sobre colocação, num caso semelhante a este (coloque “1” à esquerda da dimensão mais importante, “2” à esquerda da segunda dimensão mais importante, e assim sucessivamente).

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Gravidade do abuso                      | <input type="checkbox"/> Serviços que foram disponibilizados   |
| <input type="checkbox"/> Duração/ padrão do abuso                | <input type="checkbox"/> Resposta dos pais a serviços anteriores                                     |
| <input type="checkbox"/> Risco da recorrência                    | <input type="checkbox"/> Suporte social da família   |
| <input type="checkbox"/> Capacidade da criança recontar o abuso  | <input type="checkbox"/> Situação financeira da família  |
| <input type="checkbox"/> Nível de desenvolvimento da criança     | <input type="checkbox"/> Estabilidade da família   |
| <input type="checkbox"/> Vínculo da criança aos pais             | <input type="checkbox"/> Qualidade das relações das crianças com irmãos ou outros membros da família |
| <input type="checkbox"/> Capacidade cognitiva dos pais           | <input type="checkbox"/> Segurança/ riscos da comunidade   |
| <input type="checkbox"/> Stress a que os pais estão sujeitos     | <input type="checkbox"/> Disponibilidade de colocações de qualidade                                  |
| <input type="checkbox"/> Abuso de substâncias por parte dos pais |  |
| <input type="checkbox"/> Psicopatologias dos pais                |  |

4. Tendo por base a sua experiência, quem envolveria na tomada de decisão? (selecione todos os que se aplicarem)

Juiz do Tribunal de Menores

Tutor legal

Profissional da CPCJ

Assistente Social

Polícia

Psicólogo Clínico

Professor

Outro: \_\_\_\_\_

## Caso D

O André (nome fictício) é uma criança de seis anos, proveniente de uma família tradicional (mãe e pai). Os vizinhos chamaram os serviços sociais e a polícia, relatando terem ouvido uma criança a gritar. Verificou-se que a criança apresentava pequenas contusões e arranhões nos braços, cabeça e pernas; a mãe afirma que a criança caiu pelas escadas. No entanto, havia marcas vermelhas e impressões de dedos nos ombros e à volta do pescoço da criança. A casa estava escura, suja e apresentava diversos perigos, incluindo uma faca (de carne) na mesa; a criança estava suja e com alguma fome. A família tinha história de envolvimento com os serviços sociais, pedindo constantemente comida, roupas e ajuda para fins diversos e para a renda da casa. Duas investigações prévias resultaram num relatório improcedente e num relatório de abuso com fundamento por utilização de força extrema e violência física para com a criança.

1. Que serviços consideraria para a criança e para a família biológica?

---

---

---

2. Pense sobre casos como este em que esteve envolvido(a). Quão importantes foram cada um dos domínios seguintes (ou peças de informação) para recomendar (tomar) uma decisão sobre a retirada de uma criança de casa versus mantê-la na família com acompanhamento de serviços apropriados (tendo em conta a realidade dos serviços existentes na sua comunidade)? Por favor, faça seleccione e número que mais se adequa: 1 (nada importante) a 7 (extremamente importante).

	<b>Nada importante</b>			<b>Extremamente importante</b>			
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
Gravidade do abuso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Duração/ padrão do abuso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Risco da recorrência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade da criança recontar o abuso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Nível de desenvolvimento da criança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vínculo da criança aos pais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Capacidade cognitiva dos pais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Stress a que os pais estão sujeitos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Abuso de substâncias por parte dos pais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Psicopatologias dos pais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviços que foram disponibilizados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Resposta dos pais a serviços anteriores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Suporte social da família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Situação financeira da família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estabilidade da família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualidade das relações das crianças com irmãos ou outros membros da família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Segurança/ riscos da comunidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Disponibilidade de colocações de qualidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3. Indique as 5 dimensões (das 18 apresentadas) mais importantes para si, aquando de uma tomada decisão sobre colocação, num caso semelhante a este (coloque "1" à esquerda da dimensão mais importante, "2" à esquerda da segunda dimensão mais importante, e assim sucessivamente).

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Gravidade do abuso                      | <input type="checkbox"/> Serviços que foram disponibilizados   |
| <input type="checkbox"/> Duração/ padrão do abuso                | <input type="checkbox"/> Resposta dos pais a serviços anteriores                                     |
| <input type="checkbox"/> Risco da recorrência                    | <input type="checkbox"/> Suporte social da família   |
| <input type="checkbox"/> Capacidade da criança recontar o abuso  | <input type="checkbox"/> Situação financeira da família  |
| <input type="checkbox"/> Nível de desenvolvimento da criança     | <input type="checkbox"/> Estabilidade da família   |
| <input type="checkbox"/> Vínculo da criança aos pais             | <input type="checkbox"/> Qualidade das relações das crianças com irmãos ou outros membros da família |
| <input type="checkbox"/> Capacidade cognitiva dos pais           | <input type="checkbox"/> Segurança/ riscos da comunidade   |
| <input type="checkbox"/> Stress a que os pais estão sujeitos     | <input type="checkbox"/> Disponibilidade de colocações de qualidade                                  |
| <input type="checkbox"/> Abuso de substâncias por parte dos pais |  |
| <input type="checkbox"/> Psicopatologias dos pais                |  |



4. Tendo por base a sua experiência, quem envolveria na tomada de decisão? (selecione todos os que se aplicarem)

Juiz do Tribunal de Menores

Tutor legal

Profissional da CPCJ

Assistente Social

Polícia

Psicólogo Clínico

Professor

Outro: \_\_\_\_\_



---

**ANEXO 2: DECISION MAKING ABOUT CHILD ABUSE SITUATIONS: LAYPEOPLE VS. LAW STUDENTS**

---

**Anexo A: Vinhetas**

**Caso A**

O João tem 9 anos e foi referenciado por maus-tratos psicológicos infligidos pelos progenitores. O nível socioeconómico da família é baixo. O João reside com os pais, mas tem um irmão que não está à guarda dos pais. Não há registo de consumo de substâncias ilícitas por parte dos progenitores. Relativamente ao historial da família, não há registo de que o João tenha sido vítima de abusos anteriores por parte dos pais. A equipa técnica dos serviços sociais recomenda a retirada da criança aos progenitores.

1. Se tivesse que tomar uma decisão em relação ao futuro desta criança, recomendaria:

- A retirada da criança à família
- Que a criança continuasse a viver com os pais

2. Sente-se confiante na sua resposta anterior? (ou seja, está certo/a da decisão que tomou).

Selecione uma das opções abaixo de 1 (nada confiante) a 7 (muito confiante).

(nada  
confiante)

(mais ou menos  
confiante)

(muito  
confiante)

1

2

3

4

5

6

7

### Caso B

A Maria tem 3 anos e foi referenciada por maus-tratos físicos infligidos pelos progenitores. O nível socioeconómico da família é médio. A Maria vive com os pais e com a irmã. Os seus pais não consomem substâncias ilícitas. Relativamente ao historial da família, há registo de que a Maria foi vítima de abusos anteriores por parte dos pais. Os pareceres da equipa técnica dos serviços sociais recomendam que a criança seja retirada da guarda dos progenitores.

1. Se tivesse que tomar uma decisão em relação ao futuro desta criança, recomendaria:

- A retirada da criança à família
- Que a criança continuasse a viver com os pais

2. Sente-se confiante na sua resposta anterior? (ou seja, está certo/a da decisão que tomou).  
Selecione uma das opções abaixo de 1 (nada confiante) a 7 (muito confiante).

(nada  
confiante)

(mais ou menos  
confiante)

(muito  
confiante)

1

2

3

4

5

6

7

### Caso C

A Joana tem 9 anos e foi referenciada por maus-tratos físicos por parte dos progenitores. O nível sócio económico da família é alto. A Joana vive com os seus pais, mas a sua irmã não se encontra à guarda dos seus pais. Há registo que apenas o progenitor consome substâncias ilícitas. Relativamente ao historial da família, não há registo que a Joana tenha sido vítima de abusos anteriores por parte dos progenitores. A equipa técnica dos serviços sociais recomenda que se retire a guarda da criança aos pais.

1. Se tivesse que tomar uma decisão em relação ao futuro desta criança, recomendaria:

- A retirada da criança à família
- Que a criança continuasse a viver com os pais

2. Sente-se confiante na sua resposta anterior? (ou seja, está certo/a da decisão que tomou).

Selecione uma das opções abaixo de 1 (nada confiante) a 7 (muito confiante).

(nada confiante)				(mais ou menos confiante)				(muito confiante)
1	2	3	4	5	6	7		
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### Caso D

O Manuel tem 3 anos e foi referenciado por negligência. O nível socioeconómico da família é baixo. O Manuel reside com os pais, mas tem um irmão que não se encontra à guarda dos seus pais. Os progenitores não consomem substâncias ilícitas. Não há registo de abusos anteriores por parte dos pais do Manuel. A equipa técnica dos serviços sociais recomenda que a guarda da criança seja retirada aos progenitores.

1. Se tivesse que tomar uma decisão em relação ao futuro desta criança, recomendaria:

- A retirada da criança à família
- Que a criança continuasse a viver com os pais

2. Sente-se confiante na sua resposta anterior? (ou seja, está certo/a da decisão que tomou).  
Selecione uma das opções abaixo de 1 (nada confiante) a 7 (muito confiante).

(nada  
confiante)

(mais ou menos  
confiante)

(muito  
confiante)

1

2

3

4

5

6

7

### Caso E

A Cláudia tem 9 anos e foi referenciada por abuso físico infligido pelos progenitores. O nível socioeconómico da família é baixo. A Cláudia vive com ambos os pais e a sua irmã. Os pais não consomem substâncias ilícitas. Não há registo de abusos anteriores por parte dos progenitores da Cláudia. A equipa técnica dos serviços sociais não recomenda a retirada da criança aos pais.

1. Se tivesse que tomar uma decisão em relação ao futuro desta criança, recomendaria:

- A retirada da criança à família
- Que a criança continuasse a viver com os pais

2. Sente-se confiante na sua resposta anterior? (ou seja, está certo/a da decisão que tomou).

Selecione uma das opções abaixo de 1 (nada confiante) a 7 (muito confiante).

(nada  
confiante)

1

2

3

(mais ou menos  
confiante)

4

5

6

(muito  
confiante)

7

### Caso F

A Ana tem 3 anos e foi referenciada por abuso físico por parte dos progenitores. O nível socioeconómico da família é baixo. A Ana mora com os pais, mas tem uma irmã que não se encontra à guarda dos pais. Apenas o progenitor consome substâncias ilícitas. Relativamente ao historial da família, há registo de que a Ana foi vítima de abusos anteriores por parte dos progenitores. A equipa técnica dos serviços sociais não recomenda a retirada da criança aos pais.

1. Se tivesse que tomar uma decisão em relação ao futuro desta criança, recomendaria:

- A retirada da criança à família
- Que a criança continuasse a viver com os pais

2. Sente-se confiante na sua resposta anterior? (ou seja, está certo/a da decisão que tomou).  
Selecione uma das opções abaixo de 1 (nada confiante) a 7 (muito confiante).

(nada  
confiante)

(mais ou menos  
confiante)

(muito  
confiante)

1

2

3

4

5

6

7



### Caso G

O Daniel tem 3 anos e foi referenciado por maus-tratos físicos por parte dos progenitores. O nível sócio económico da família é alto. O Daniel vive com os seus pais apesar destes não terem a guarda do seu irmão. Não há registo de consumo de substâncias ilícitas por parte dos pais. Quando se consulta o historial da família, verifica-se que há registo que o Daniel tenha sido vítima de abusos anteriores por parte dos progenitores. Os pareceres da equipa técnica dos serviços recomendam que a criança seja retirada dos pais.

1. Se tivesse que tomar uma decisão em relação ao futuro desta criança, recomendaria:

- A retirada da criança à família
- Que a criança continuasse a viver com os pais

2. Sente-se confiante na sua resposta anterior? (ou seja, está certo/a da decisão que tomou).

Selecione uma das opções abaixo de 1 (nada confiante) a 7 (muito confiante).

(nada confiante)				(mais ou menos confiante)				(muito confiante)
1	2	3	4	5	6	7		
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## Caso H

O Luís tem 15 anos e foi referenciado por abuso físico por parte dos progenitores. O nível sócio económico da família é baixo. O Luís mora com os pais e o irmão. Apenas o progenitor apresenta consumo de substâncias ilícitas. Não existe registo de abusos anteriores por parte dos pais ao Luís. A equipa técnica dos serviços sociais recomenda a retirada da criança aos pais.

1. Se tivesse que tomar uma decisão em relação ao futuro desta criança, recomendaria:

- A retirada da criança à família
- Que a criança continuasse a viver com os pais

2. Sente-se confiante na sua resposta anterior? (ou seja, está certo/a da decisão que tomou).

Selecione uma das opções abaixo de 1 (nada confiante) a 7 (muito confiante).

(nada  
confiante)

1

2

3

(mais ou menos  
confiante)

4

5

6

(muito  
confiante)

7

### Caso I

O Nuno tem 15 anos e foi referenciado por maus-tratos psicológicos por parte dos progenitores. O nível sócio económico da família é baixo. O Nuno reside com os seus pais apesar destes não terem a guarda do seu irmão. Os pais do Nuno não consomem substâncias ilícitas. Quando se consulta o historial da família, constata-se que não há registo que o Nuno tenha sido vítima de abusos anteriores por parte dos pais. Quando contactada, a equipa técnica dos serviços sociais recomendou a retirada da guarda da criança aos pais.

1. Se tivesse que tomar uma decisão em relação ao futuro desta criança, recomendaria:

- A retirada da criança à família
- Que a criança continuasse a viver com os pais

2. Sente-se confiante na sua resposta anterior? (ou seja, está certo/a da decisão que tomou).

Selecione uma das opções abaixo de 1 (nada confiante) a 7 (muito confiante).

(nada  
confiante)

1

2

3

(mais ou menos  
confiante)

4

5

6

(muito  
confiante)

7

## Caso J

O Paulo tem 15 anos e foi referenciado por abuso psicológico infligido pelos progenitores. O nível sócio económico da família é alto. O Paulo vive com os progenitores e o irmão. Não existe registo de consumo de substâncias ilícitas por parte dos pais. No que diz respeito ao historial da família, existe registo que o Paulo tenha sido vítima de abusos anteriores por parte dos progenitores. Quando contactada, a equipa técnica dos serviços sociais recomendou a retirada da guarda da criança aos seus progenitores.

1. Se tivesse que tomar uma decisão em relação ao futuro desta criança, recomendaria:

- A retirada da criança à família
- Que a criança continuasse a viver com os pais

2. Sente-se confiante na sua resposta anterior? (ou seja, está certo/a da decisão que tomou).

Selecione uma das opções abaixo de 1 (nada confiante) a 7 (muito confiante).

(nada  
confiante)

1

2

3

(mais ou menos  
confiante)

4

5

6

(muito  
confiante)

7

### Caso K

A Sara tem 3 anos e foi referenciada por abuso psicológico por parte dos progenitores. O nível sócio económico da família é médio. A Sara mora com os pais apesar destes não terem a guarda da sua irmã. Não existe registo de consumo de substâncias ilícitas por parte dos progenitores. No que diz respeito ao historial da família, não existe registo que a Sara tenha sido vítima de abusos anteriores por parte dos pais. Quando analisados os pareceres da equipa técnica dos serviços sociais, constata-se que estes recomendam a retirada da guarda da criança aos pais.

1. Se tivesse que tomar uma decisão em relação ao futuro desta criança, recomendaria:

- A retirada da criança à família
- Que a criança continuasse a viver com os pais

2. Sente-se confiante na sua resposta anterior? (ou seja, está certo/a da decisão que tomou).

Selecione uma das opções abaixo de 1 (nada confiante) a 7 (muito confiante).

(nada confiante)			(mais ou menos confiante)				(muito confiante)
1	2	3	4	5	6	7	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### Caso L

O Pedro tem 9 anos e foi referenciado por negligência por parte dos progenitores. O nível sócio económico da família é baixo. O Pedro mora com ambos os pais e com o seu irmão. Apenas o pai consome substâncias ilícitas. Existe registo de abusos anteriores por parte dos pais ao Pedro. Quando analisados os pareceres da equipa técnica dos serviços sociais, constata-se que estes recomendam a retirada da guarda da criança aos progenitores.

1. Se tivesse que tomar uma decisão em relação ao futuro desta criança, recomendaria:

- A retirada da criança à família
- Que a criança continuasse a viver com os pais

2. Sente-se confiante na sua resposta anterior? (ou seja, está certo/a da decisão que tomou).  
Selecione uma das opções abaixo de 1 (nada confiante) a 7 (muito confiante).

(nada  
confiante)

(mais ou menos  
confiante)

(muito  
confiante)

1

2

3

4

5

6

7

### Caso M

A Catarina tem 3 anos e foi referenciada por negligência. O nível sócio económico da família é médio. Como a sua irmã não se encontra à guarda dos pais, Catarina vive apenas com os seus progenitores. Há registo de consumo de substâncias ilícitas apenas por parte do pai. No que diz respeito ao historial da família, não existe registo que a Catarina tenha sido vítima de abusos anteriores por parte dos progenitores. A equipa técnica dos serviços sociais não recomenda que se retire a guarda da criança aos pais.

1. Se tivesse que tomar uma decisão em relação ao futuro desta criança, recomendaria:

- A retirada da criança à família
- Que a criança continuasse a viver com os pais

2. Sente-se confiante na sua resposta anterior? (ou seja, está certo/a da decisão que tomou).

Selecione uma das opções abaixo de 1 (nada confiante) a 7 (muito confiante).

(nada confiante)			(mais ou menos confiante)				(muito confiante)
1	2	3	4	5	6	7	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## Caso N

O Miguel tem 3 anos e foi referenciado por abuso físico infligido pelos progenitores. O nível sócio económico da família é baixo. O Miguel reside com os pais e o irmão. Há registo de consumo de substâncias ilícitas apenas por parte do progenitor. Existe registo de abusos anteriores por parte dos progenitores ao Miguel. A equipa técnica dos serviços sociais não recomenda que a guarda da criança seja retirada aos pais.

1. Se tivesse que tomar uma decisão em relação ao futuro desta criança, recomendaria:

- A retirada da criança à família
- Que a criança continuasse a viver com os pais

2. Sente-se confiante na sua resposta anterior? (ou seja, está certo/a da decisão que tomou).  
Selecione uma das opções abaixo de 1 (nada confiante) a 7 (muito confiante).

(nada  
confiante)

(mais ou menos  
confiante)

(muito  
confiante)

1

2

3

4

5

6

7



## Caso 0

A Sandra tem 15 anos e foi referenciada por maus-tratos psicológicos infligidos pelos progenitores. O nível sócio económico da família é baixo. Como a sua irmã não se encontra à guarda dos pais, Sandra reside apenas com os seus progenitores. Há registo de consumo de substâncias ilícitas apenas por parte do pai. No que diz respeito ao historial da família, existe registo que a Sandra tenha sido vítima de abusos anteriores por parte dos pais. A equipa técnica dos serviços sociais recomenda a retirada da guarda da criança aos progenitores.

1. Se tivesse que tomar uma decisão em relação ao futuro desta criança, recomendaria:

- A retirada da criança à família
- Que a criança continuasse a viver com os pais

2. Sente-se confiante na sua resposta anterior? (ou seja, está certo/a da decisão que tomou).

Selecione uma das opções abaixo de 1 (nada confiante) a 7 (muito confiante).

(nada  
confiante)

(mais ou menos  
confiante)

(muito  
confiante)

1

2

3

4

5

6

7

### Caso P

O António tem 3 anos e foi referenciado por maus-tratos psicológicos por parte dos progenitores. O nível sócio económico da família é alto. O António reside com os pais e com o irmão. Existe registo de consumo de substâncias ilícitas apenas por parte do progenitor. Não existe registo de abusos anteriores por parte dos progenitores ao António. Os pareceres da equipa técnica dos serviços sociais não recomendam que a criança seja retirada da guarda dos pais.

1. Se tivesse que tomar uma decisão em relação ao futuro desta criança, recomendaria:

- A retirada da criança à família
- Que a criança continuasse a viver com os pais

2. Sente-se confiante na sua resposta anterior? (ou seja, está certo/a da decisão que tomou).

Selecione uma das opções abaixo de 1 (nada confiante) a 7 (muito confiante).

(nada  
confiante)

(mais ou menos  
confiante)

(muito  
confiante)

1

2

3

4

5

6

7

### Caso Q

O Rui tem 9 anos e foi referenciado por abuso psicológico infligidos pelos progenitores. O nível sócio económico da família é médio. Como o seu irmão não se encontra à guarda dos pais, o Rui mora apenas com os seus progenitores. Não há existe registo que os pais consomem substâncias ilícitas. Há registo de abusos anteriores por parte dos pais ao Rui. Os pareceres da equipa técnica dos serviços sociais não recomendam que a criança seja retirada da guarda dos progenitores.

1. Se tivesse que tomar uma decisão em relação ao futuro desta criança, recomendaria:

- A retirada da criança à família
- Que a criança continuasse a viver com os pais

2. Sente-se confiante na sua resposta anterior? (ou seja, está certo/a da decisão que tomou).  
Selecione uma das opções abaixo de 1 (nada confiante) a 7 (muito confiante).

(nada  
confiante)

(mais ou menos  
confiante)

(muito  
confiante)

1

2

3

4

5

6

7

## Caso R

A Inês tem 15 anos e foi referenciada por negligência por parte dos progenitores. O nível sócio económico da família é alto. A Inês reside com os progenitores e a irmã. Os pais não consomem substâncias ilícitas. Quando se consulta o historial da família, constata-se que há registo que a Inês tenha sido vítima de abusos anteriores por parte dos pais. Quando contactada, a equipa técnica dos serviços sociais não recomendou a guarda retirada da criança aos pais.

1. Se tivesse que tomar uma decisão em relação ao futuro desta criança, recomendaria:

- A retirada da criança à família
- Que a criança continuasse a viver com os pais

2. Sente-se confiante na sua resposta anterior? (ou seja, está certo/a da decisão que tomou).  
Selecione uma das opções abaixo de 1 (nada confiante) a 7 (muito confiante).

(nada  
confiante)

(mais ou menos  
confiante)

(muito  
confiante)

1

2

3

4

5

6

7

### Caso S

O Bruno tem 15 anos e foi referenciado por abuso físico por parte dos progenitores. O nível sócio económico da família é baixo. O Bruno reside com os pais, mas o seu irmão não está à guarda dos seus pais. Os pais não apresentam consumo de substâncias ilícitas. Quando se consulta o historial da família, verifica-se que não há registo que o Bruno tenha sido vítima de abusos anteriores por parte dos progenitores. Quando contactada, a equipa técnica dos serviços sociais não recomendou a retirada da guarda da criança aos seus progenitores.

1. Se tivesse que tomar uma decisão em relação ao futuro desta criança, recomendaria:

- A retirada da criança à família
- Que a criança continuasse a viver com os pais

2. Sente-se confiante na sua resposta anterior? (ou seja, está certo/a da decisão que tomou).

Selecione uma das opções abaixo de 1 (nada confiante) a 7 (muito confiante).

(nada  
confiante)

(mais ou menos  
confiante)

(muito  
confiante)

1

2

3

4

5

6

7

### Caso T

A Carla tem 3 anos e foi referenciada por abuso psicológico por parte dos progenitores. O nível sócio económico da família é baixo. A Carla vive com a irmã e com os pais. Os pais não consomem substâncias ilícitas. Relativamente ao historial da família, não há registo que a Carla tenha sido vítima de abusos anteriores por parte dos progenitores. A equipa técnica dos serviços sociais recomenda a retirada da guarda da criança aos pais.

1. Se tivesse que tomar uma decisão em relação ao futuro desta criança, recomendaria:

- A retirada da criança à família
- Que a criança continuasse a viver com os pais

2. Sente-se confiante na sua resposta anterior? (ou seja, está certo/a da decisão que tomou).  
Selecione uma das opções abaixo de 1 (nada confiante) a 7 (muito confiante).

(nada  
confiante)

(mais ou menos  
confiante)

(muito  
confiante)

1

2

3

4

5

6

7

## **Anexo B: Ranking**

Por favor, pense nos casos que lhe foram apresentados anteriormente e nas decisões que tomou relativamente a esses mesmos casos. Quão importantes foram as características abaixo mencionadas para as suas decisões?

**NOTA:** Dado que o objetivo é ordenar as características (produzir um ranking), não poderá haver repetição de cotações. Deste modo, só uma das características poderá receber a cotação 1 (a mais importante), apenas uma outra poderá receber a cotação 2 (a segunda mais importante) e assim sucessivamente até à cotação 8 (a menos importante).

- Sexo da vítima
- Os pais têm a guarda dos outros filhos
- Consumo de substâncias dos pais
- Antecedentes em termos de abuso pais-vítima
- Antecedentes em termos de abuso pais-vítima
- Tipos de pareceres de técnicos de serviço social
- Nível socioeconómico
- Tipo de abuso
- Idade da vítima

## Anexo C1: Questionário Demográfico (Laypersons)

### SEXO

- Masculino
- Feminino

### IDADE (ex.: 20)

### REGIÃO ONDE RESIDE

- |   |  |  |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> Alentejo       | <input type="checkbox"/> Entre Douro e Minho | <input type="checkbox"/> Trás-os-Montes e Alto |
| <input type="checkbox"/> Algarve        | <input type="checkbox"/> Estremadura e       | douro  |
| <input type="checkbox"/> Beira Interior | Ribatejo                                     | <input type="checkbox"/> Açores                |
| <input type="checkbox"/> Litoral        | <input type="checkbox"/> Lisboa e Setúbal    | <input type="checkbox"/> Madeira               |

### ESTADO CIVIL

- |   |                                       |
|---|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Solteiro/a     | <input type="checkbox"/> Divorciado/a |
| <input type="checkbox"/> União de facto | <input type="checkbox"/> Viúvo/a      |
| <input type="checkbox"/> Casado/a       |                                       |

### NÚMERO DE FILHOS

- |                            |                                    |
|----------------------------|------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 0 | <input type="checkbox"/> 2         |
| <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 3 ou mais |

### HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

- |                                 |                                       |
|---------------------------------|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 4º ano | <input type="checkbox"/> 12º ano      |
| <input type="checkbox"/> 6º ano | <input type="checkbox"/> Mestrado     |
| <input type="checkbox"/> 9º ano | <input type="checkbox"/> Doutoramento |

### PROFISSÃO

SE FOR ESTUDANTE ESPECIFIQUE O CURSO E O ANO QUE FREQUENTA, POR FAVOR.

### CURSO

### ANO



## Anexo C1: Questionário Demográfico (Law Students)

### SEXO

- Masculino
- Feminino

### IDADE (ex.: 20)

### REGIÃO ONDE RESIDE

- |   |  |  |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> Alentejo       | <input type="checkbox"/> Entre Douro e Minho | <input type="checkbox"/> Trás-os-Montes e Alto |
| <input type="checkbox"/> Algarve        | <input type="checkbox"/> Estremadura e       | douro  |
| <input type="checkbox"/> Beira Interior | Ribatejo                                     | <input type="checkbox"/> Açores                |
| <input type="checkbox"/> Litoral        | <input type="checkbox"/> Lisboa e Setúbal    | <input type="checkbox"/> Madeira               |

### ESTADO CIVIL

- |   |                                       |
|---|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Solteiro/a     | <input type="checkbox"/> Divorciado/a |
| <input type="checkbox"/> União de facto | <input type="checkbox"/> Viúvo/a      |
| <input type="checkbox"/> Casado/a       |                                       |

### NÚMERO DE FILHOS

- |                            |                                    |
|----------------------------|------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 0 | <input type="checkbox"/> 2         |
| <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 3 ou mais |

### HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

- |                                 |                                       |
|---------------------------------|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 4º ano | <input type="checkbox"/> 12º ano      |
| <input type="checkbox"/> 6º ano | <input type="checkbox"/> Mestrado     |
| <input type="checkbox"/> 9º ano | <input type="checkbox"/> Doutoramento |

### PROFISSÃO

### ATUALMENTE FREQUENTO

- 1º ano da Licenciatura em Direito
- 2º ano da Licenciatura em Direito
- 3º ano da Licenciatura em Direito

4º ano da Licenciatura em Direito

1º Mestrado em Direito (por favor, indique o nome do mestrado que frequenta)

2º Mestrado em Direito (por favor, indique o nome do mestrado que frequenta)

**QUAL A UNIVERSIDADE QUE FREQUENTA?**

**ANOS DE PRÁTICA PROFISSIONAL**

0 - 1

5 - 10

1 - 3

Mais de 10

3 - 5